

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Vanessa Pelissari de Marchi Moraes

**Um percurso entre o oral e o escrito em redações escolares de séries finais do Ensino
Fundamental II e do Ensino Médio**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

São Paulo

2023



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Vanessa Pelissari De Marchi Moraes

**Um percurso entre o oral e o escrito em redações escolares de séries finais do Ensino
Fundamental II e do Ensino Médio**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa, sob orientação do Professor Doutor João Hilton Sayeg de Siqueira.

São Paulo

2023

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura _____

Data _____ *e-mail*

Vanessa Pelissari De Marchi Moraes

Um percurso entre o oral e o escrito em redações escolares de séries finais do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa, sob orientação do Professor Doutor João Hilton Sayeg de Siqueira.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira – PUC-SP – Orientador

Dra. Indaiá de Santana Bassani – UNIFESP

Dr. Luiz Antonio Ferreira – PUC-SP

Dedico este trabalho ao meu esposo, ao meu filho e à minha mãe.

O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)
Nº do processo: 88887.598073/2021-00

This study was financed in part by the Coordenação
de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)
Process number: 88887.598073/2021-00

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

A Deus, pela oportunidade de prosseguir meus estudos e de concluir uma etapa acadêmica que, a meus olhos, seria impossível: os planos de Deus para nós são infinitamente melhores do que os nossos próprios. Agradeço a Ele pelo Seu infinito amor e bondade.

À Professora Doutora Leonor Lopes Fávero – *in memoriam* –, pelas valiosas contribuições para este trabalho. Agradeço por me ensinar tantas coisas em tão pouco tempo que passamos juntas nas aulas e orientações. Agradeço por me afirmar que eu era capaz de realizar um bom trabalho, por me motivar sempre, dizendo “força e coragem”. Hoje, a Professora Leonor Fávero não está presente para finalizar este trabalho comigo, mas me deixou o legado de que sempre podemos mais e melhor, desde que tenhamos determinação e persistência para tal realização. À professora Leonor, os meus sinceros agradecimentos.

Ao Professor Doutor João Hilton Sayeg de Siqueira, por dar continuidade ao andamento desta pesquisa, orientando-me com competência e leveza. Tê-lo como orientador foi uma honra para mim. Apenas dizer “muito obrigada” seria pouco, perto do quanto o senhor me ajudou e me fez crescer. Ao Professor João, a minha eterna gratidão!

À banca examinadora – nas pessoas da Professora Indaiá de Santana Bassani (da UNIFESP) e do Professor Luiz Antônio Ferreira (da PUC/SP) –, por aceitar analisar atentamente o texto. Valeu a pena cada correção e sugestão, todas elas valiosas contribuições para o trabalho.

Aos amigos Giovani Duarte e Judá Midiã de Toledo Borges Santos, por fazerem importantes observações na construção do texto.

À equipe administrativa do Colégio em que leciono, por me apoiar e ajustar os meus horários de aulas para que eu pudesse participar das atividades acadêmicas.

Aos meus alunos, pois eles sempre me proporcionaram valiosas aprendizagens. A vocês, o meu "muito obrigada".

Ao meu pai, Carlos De Marchi – *in memoriam* –, por sempre me apoiar nas decisões estudantis e, mesmo tendo tão pouco, por sempre se esforçar para me dar o máximo que podia.

A minha mãe, Luzia das Graças Pelissari De Marchi, por me dar o exemplo de determinação e a consciência de que, sem esforço, não alcançamos os nossos objetivos. Agradeço pelas constantes orações, pelas palavras de encorajamento, pelo exemplo de mãe

dedicada e responsável que sempre foi. Com você, aprendi que família feliz não se acha ao acaso, mas se constrói com zelo e cuidado.

Aos meus irmãos, Vagner (irmão gêmeo) e Andressa (a caçulinha), por sempre se alegrarem comigo, desejando-me boas conquistas.

Aos meus familiares, por entenderem minhas faltas às reuniões de família: estava distante, mas tal situação se fazia necessária para a conclusão deste trabalho.

A uma pessoa muito especial, meu esposo Evandro Eustáquio Moraes. Não tenho palavras para descrever o quanto você me apoiou nesta jornada tão nova e desconhecida para mim. Agradeço por cuidar do nosso Artur enquanto eu estudava. Nas atitudes do Evandro, encontrei forças para prosseguir – assim, essa conquista também é dele.

“O orgulho divide os homens, a humildade os une.”

(Sócrates)

“A soberba do homem o abaterá, mas o humilde de espírito obterá honra”.

(Provérbios 29: 30)

MORAIS, Vanessa Pelissari De Marchi, (2023). **Um percurso entre o oral e o escrito em redações escolares de séries finais do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Programa de estudos pós-graduados em Língua Portuguesa. Orientador: Profª. Drº João Hilton Sayeg de Siqueira.

RESUMO

Esta dissertação, vinculada à linha de pesquisa *Texto e discurso nas modalidades oral e escrito*, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pretende identificar e analisar as marcas de oralidade inseridas na organização de textos dissertativos produzidos por alunos da Educação Básica em idade regular. O objetivo geral de nossa investigação é desenvolver um estudo sobre como se dá o registro da oralidade na organização de textos dissertativos produzidos por alunos do 6º e do 9º anos do Ensino Fundamental II e do 3º ano do Ensino Médio. Com relação aos objetivos específicos, pretendemos: I) estabelecer a relação entre a ancoragem e a opinião formulada; II) identificar como se dá a formação de conceitos nas redações escolares em estudo; III) apontar como acontece o desenvolvimento dos tópicos nas redações em análise; IV) relatar o uso das marcas de envolvimento entre parceiros, o uso dos marcadores de opinião e o uso dos marcadores conversacionais. Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa é descritiva, de abordagem qualitativa e de base interpretativa. O aporte teórico que embasa a pesquisa é constituído pelos seguintes autores: Koch e Fávero (1987); Travaglia (1991, 2002, 2009); Siqueira (1995); Fávero, Andrade e Aquino (1999); Fávero (1999); Marcuschi (2002, 2010); Galembeck (2008 e 2009); Jubran (2019). O *corpus* constitui-se de 15 redações produzidas por alunos do 6º e do 9º anos do Ensino Fundamental II e do 3º ano do Ensino Médio de uma escola particular do município de Tremembé-SP, coletadas no ano de 2021. Observamos que as marcas de oralidade estavam presentes em todos os textos, como o esperado para alunos na fase escolar acompanhada. Vimos que tais marcas podem enfraquecer a argumentação apresentada nos textos; no entanto, percebemos que, à medida em que há um crescimento cognitivo do aprendente, as marcas de oralidade aparecem em menor quantidade ou aparecem menos expressivas. Assim, quanto maior crescimento cognitivo do aluno, maior é o comprometimento dele sobre o ato de escrever.

Palavras-chave: Marcas de oralidade. Marcas de envolvimento. Dissertação. Oralidade e escrita.

MORAIS, Vanessa Pelissari De Marchi, (2023). **A pathway between the oral and the written in school essays at the final grades of elementary school II and high school.** Masters Dissertation. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Post-Graduation Studies Program on the Portuguese Language. Advisor: Prof^ª. Dr^o João Hilton Sayeg de Siqueira.

ABSTRACT

This dissertation linked to the line of research *Text and discourse on oral and written modalities*, from the Post-Graduation Studies Program on the Portuguese Language at Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, aims to identify and analyze the orality marks within the organization of dissertative texts produced by elementary school students at the regular age. The general goal of our investigation is to develop a study about how the orality register occurs in the organization of dissertative texts produced by students at the 6th and 9th grades of Elementary School II and at the third grade of High School. Regarding the specific goals, we aim: I) To establish the relation between the anchoring and the formulated opinion; II) Identify how the concept formation occurs in the studied school essays; III) Point to how the development of topics in the analyzed essays happens; IV) Report the use of engagement marks between peers; the use of opinion marks and conversational marks. From the methodologic perspective, this research is descriptive, qualitative approach and of interpretative foundation. The theoretical contribution that bases the research is constituted by the following authors: Koch e Fávero (1987); Travaglia (1991, 2002, 2009); Siqueira (1995); Fávero, Andrade e Aquino (1999); Fávero (1999); Marcuschi (2002, 2010); Galembeck (2008 e 2009); Jubran (2019). The corpus is constituted by fifteen essays produced by students at the 6th and 9th grades of Elementary School II and the third grade of High School from a private school at the municipality of Tremembé-SP, collected at the year of 2021. We have observed that the orality marks were present in all texts, as expected for students at the analyzed school stage. We have seen that such marks could weaken the argumentation presented in the texts. However, we have noticed that, as there is a cognitive growth from the apprentice, the orality marks appear in a smaller quantity or a less expressive one. Therefore, the bigger the student's cognitive growth, the bigger is their commitment about the act of writing.

Keywords: Orality marks. Engagement Marks. Dissertation. Orality and Writing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Proposta tipológica de Koch e Fávero (1987).....	48
Figura 2 – Proposta de redação aplicada aos alunos do 6º e 9º anos do Ensino Fundamental II	61
Figura 3 – Proposta de redação ENEM 2016 aplicada aos alunos do 3º ano do Ensino Médio.....	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O tópico discursivo e as suas propriedades	28
Quadro 2 – Procedimento de expansão do tópico	30
Quadro 3 – Elementos da fala e da escrita nas situações	34
Quadro 4 – Condições de produção para a fala e a escrita.....	35
Quadro 5 – Tipologias textuais (Travaglia)	41
Quadro 6 – Propriedades básicas de descrição, dissertação, injunção e narração.....	43
Quadro 7 – Estruturas linguísticas formadores de bases de textos.....	46
Quadro 8 – Comparação das propostas tipológicas.....	49
Quadro 9 – Identificação dos textos.....	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – ORALIDADE E ESCRITA	19
1.1 Organização da fala e da escrita	23
1.2 Fatores para a produção de sentido no texto falado	24
1.3 O tópico discursivo	26
1.4 Recursos para a formulação de um texto.....	32
1.5 Condições e modo de produção de um texto.....	33
1.6 Retextualização	36
CAPÍTULO 2 – O TEXTO DISSERTATIVO	39
2.1 Introdução ao conceito de “tipo textual”.....	39
2.2 A proposta tipológica conforme Travaglia.....	40
2.3 A proposta tipológica conforme Marcuschi e Werlich (1973) apud Marcuschi 2005	45
2.4 A proposta tipológica de Koch e Fávero	47
2.5 A dissertação conforme Othon Garcia e alguns manuais didáticos	50
2.6 A dissertação na visão de Koch e Fávero.....	52
2.7 A estrutura do texto dissertativo.....	52
2.7.1 A estrutura do texto dissertativo segundo Koch e Elias.....	52
2.7.2 A estrutura do texto dissertativo em manuais didáticos	54
2.8 A organização do texto dissertativo conforme Siqueira.....	55
2.9 Retomada de conceitos.....	57
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	59
3.1 Apresentação e organização do capítulo	59
3.2 Constituição do <i>corpus</i>	59
3.3 Subdivisões para a análise do <i>corpus</i>	62
3.3.1 Aspectos organizacionais do texto dissertativo.....	62
3.3.2 Análise das marcas de envolvimento entre parceiros.....	85
A. Uso dos marcadores de envolvimento com o ouvinte.....	85
B. Uso dos marcadores de opinião.....	88
C. Marcadores conversacionais: “bom”, “viu”, “né”	90
CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
ANEXO – REDAÇÕES USADAS NA ANÁLISE	97

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, que se liga à linha de pesquisa *Texto e discurso nas modalidades oral e escrita*, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tem por objetivo analisar como se dá o registro da oralidade nas produções escritas por alunos do 6º e do 9º anos do Ensino Fundamental II e por alunos do 3º ano do Ensino Médio. O nosso interesse particular por esse objeto de pesquisa deu-se durante aulas de Língua Portuguesa ministradas por nós, em especial nos momentos de produção de textos, em que os alunos diziam ter ideias, mas não conseguiam “colocá-las” no papel de modo que cumprissem com os critérios solicitados. Talvez seja cabível entender tal afirmativa partindo do pressuposto de Marcuschi (2010, p. 17): “seria possível definir o homem como um ser que fala e não como um ser que escreve”. Para explorar a ideia do autor, entendemos ser a fala uma tendência natural, ou seja, ela é inerente ao ser humano; já a escrita, consideramo-la uma habilidade que precisa ser ensinada. Assim, o homem não é apenas um ser que fala, mas também um ser que escreve. No entanto, para elaborar a escrita de maneira adequada, é preciso que aconteçam intervenções externas – por exemplo, da escola.

Foi ao cursar a disciplina Oralidade: Escrita e Ensino da Língua Portuguesa, durante o curso de pós-graduação *stricto-sensu*, que entendemos o quanto a língua falada influencia na língua escrita, e é por isso que a afirmativa de Marcuschi citada acima é válida, pois fomos feitos naturalmente para falar, mas precisamos ser treinados para escrever. Perceber isso nos fez, de maneira muito particular, associar tais ideias e perceber várias marcas de oralidade nos textos dissertativos escritos pelos alunos nas disciplinas ministradas. Assim, verificamos que a dificuldade não era transcrever as ideias para o papel, mas, sim, não escrever como se fala e evitar que as marcas de oralidade interferissem na escrita.

Desse modo, pretendemos responder à seguinte pergunta norteadora: como ocorrem as marcas de oralidade nos textos escritos produzidos por alunos do 6º e do 9º anos do Ensino Fundamental II e por alunos do 3º ano do Ensino Médio? O que entendemos nesta pesquisa é que, com o passar dos anos escolares, os estudantes diminuem as ocorrências das marcas de oralidade em seus textos dissertativos. Para isso, todavia, segundo Fávero (1999), é necessário criar condições para que eles reconheçam as especificidades de cada modalidade, a fim de que os textos sejam produzidos de modo consciente.

O objetivo geral desta pesquisa é desenvolver um estudo sobre como se dá o registro da oralidade na organização de textos dissertativos produzidos por alunos do 6º e do 9º anos do

Ensino Fundamental II e do 3º ano do Ensino Médio. Considerando o objetivo geral, a pesquisa está associada aos seguintes objetivos específicos:

- I) Estabelecer a relação entre a ancoragem e a opinião formulada.
- I) Identificar como se dá a formação de conceitos nas redações escolares em estudo.
- III) Apontar como acontece o desenvolvimento dos tópicos nas redações em análise.
- IV) Relatar o uso das marcas de envolvimento entre parceiros, o uso dos marcadores de opinião e o uso dos marcadores conversacionais.

Sabemos que a escrita, historicamente, tem privilégio sobre a fala. Porém, esse aspecto não pode fazer esta ser superior àquela, nem vice-versa: mesmo levando em consideração que todos os povos tiveram ou têm uma tradição oral, a oralidade não pode ter soberania sobre a escrita, e o inverso também deve ser verdadeiro.

Conforme Marcuschi (2010, p. 17), a fala tem uma “primazia cronológica” indiscutível sobre a escrita. A fala é adquirida socialmente, em contextos informais. A escrita, por sua vez, é adquirida formalmente – ou seja, dentro de padrões escolares – e, por isso, traz a ideia de maior prestígio. Marcuschi (2010, p. 18) assevera que, “mais importante do que identificar primazias ou supremacias entre oralidade e letramentos, [...] é a tarefa de esclarecer a natureza das práticas sociais que envolvem o uso da língua (escrita e falada) de um modo geral”. A partir desse contexto, entendemos ser comum aparecer, nos textos dissertativos, os recursos da oralidade, tendo em vista que a língua falada é a primeira e mais natural forma da linguagem e a que predomina no nosso dia a dia. Tendo isso em vista, precisamos salientar que, de modo geral, no momento de produção textual, o aluno preocupa-se mais com as normas gramaticais convencionadas para a escrita, por isso pretende evitar “erros”. Ao levarmos em consideração que a língua falada é a primeira forma aprendida, é comum que características dela sejam postas em uso também no momento da escrita.

O trabalho caracteriza-se como pesquisa de campo, com relação ao método, e o projeto foi desenvolvido em quatro etapas:

- I. Identificação e seleção do material bibliográfico necessário;
- II. Leitura e fichamento das leituras selecionadas e identificação do autor e das ideias centrais dos materiais selecionados;
- III. Escolha dos anos escolares a serem aplicadas as propostas de redação;
- IV. Identificação de como acontecem as ocorrências de oralidade nos textos coletados para a finalização da pesquisa.

No que concerne à organização dos capítulos, esta dissertação está dividida em três partes, além da introdução, da conclusão e das referências bibliográficas. No primeiro capítulo, abordamos as relações entre fala e escrita; os recursos para produção de sentido no texto falado; os elementos para a formulação de texto falado e escrito; entre outros aspectos. Para a fundamentação teórica desse capítulo, apoiamo-nos em Fávero, Andrade e Aquino (1999), Galembeck (2008) e Marcuschi (2010). No segundo capítulo, abordamos os tipos textuais e evidenciamos o tipo dissertativo, já que foi ele o escolhido para a utilização nas propostas que foram aplicadas aos alunos. Discutimos algumas teorias referentes aos tipos textuais, assim como à teoria atrelada à organização do texto dissertativo. Para a fundamentação teórica desse capítulo, apoiamo-nos em Travaglia (1991, 2002, 2009), em Werlich (1973) apud Marcuschi (2005), em Marcuschi (2005), em Koch e Fávero (1987) e em Siqueira (1995). No terceiro capítulo, fazemos a análise do *corpus*, com base em como as marcas de oralidade estão inseridas na organização dos textos dissertativos e em como se dá o registro da interatividade nas redações escolares analisadas. Por fim, na conclusão, abordamos, de uma forma ampla, o que extraímos de cada capítulo e refletimos sobre a presença da oralidade nas produções dissertativas acompanhadas.

CAPÍTULO 1 – ORALIDADE E ESCRITA

Os temas “oralidade” e “escrita” vêm sendo tratados há algumas décadas (como veremos nas citações a seguir) de maneiras distintas, como se um fosse bem distante do outro. A escrita tem um prestígio maior em relação à oralidade, pois ela sempre foi usada em ambientes mais formais. No entanto, a língua falada também deve ser utilizada nesses espaços. O que importa é que precisamos entender que os processos de construção do texto falado e do texto escrito apresentam características diferentes. Conforme, por exemplo, estudiosos como Sapir, Bloomfield, Fillmore e Mattoso Câmara *apud* Fávero, Andrade e Aquino (1999, p. 10), a escrita é uma materialização da fala, e, além disso, não são tratadas as especificidades da fala e da escrita, pois elas são derivadas uma da outra – no caso, a fala seria primária, ao passo que a escrita seria derivada da fala:

- Sapir: “a escrita é o simbolismo visual da fala”;
- Bloomfield: “a escrita não é a linguagem, mas uma forma de gravar a linguagem por marcas visíveis”;
- Fillmore: “a comunicação escrita é derivada da norma conversacional face a face”;
- e, entre nós, Mattoso Câmara: “a escrita decorre da fala e é secundária em referência a esta”.

De acordo com Marcuschi (2010), é difícil dissociá-las, sem, antes, levar em conta a distribuição de seus usos na vida cotidiana. Dessa forma, mais do que analisar códigos, precisamos ver a língua falada e a língua escrita como um conjunto de eventos comunicativos. O autor ainda nos sugere que, a depender do objeto de estudo, não são as regras da língua nem a morfologia os elementos aos quais devemos deter a maior parte da nossa atenção, mas, sim, o uso que fazemos da língua. “Trata-se de uma análise de usos e práticas sociais e não de formas abstratas” (Marcuschi, 2010, p. 16). Entendemos que todas as áreas de estudo da língua são importantes, a partir do ponto de interesse para atingir determinado objetivo.

Marcuschi (2010) também considera importante a questão do letramento para o estudo de língua e fala. Sabemos que letramento se refere à capacidade que conduz o aprender a ler e a escrever. Por isso, trata-se de um apropriar-se da leitura e da escrita criticamente, possibilitando ao indivíduo agir e interagir nos mais diversos contextos sociais. Desse modo, a escrita passou a fazer parte da nossa sociedade como um item necessário à sobrevivência, tanto em áreas rurais como em centros urbanos. Isso se deve não apenas a características próprias da escrita, mas à forma como ela foi imposta, elevando ainda mais seu conceito, sendo considerada hoje sinônimo de “educação” e “prestígio social”.

Todavia, devemos nos lembrar, antes de tudo, ainda conforme Marcuschi (2010), que o ser humano é, primeiramente, um ser que fala, depois, um ser que escreve. O autor faz essa afirmativa e diz que a oralidade apresenta primazia cronológica sobre a escrita. Isso não significa que a oralidade tem supremacia sobre a escrita nem vice-versa. Ambas têm características próprias, mas não a ponto de serem dicotômicas nem dois sistemas linguísticos diferentes, já que se complementam em suas diversas áreas de atuação.

Assim, verificar quais práticas sociais envolvem o uso da língua é mais importante do que se preocupar com a supremacia da escrita ou da oralidade. A título de ilustração, há os bate-papos nos ambientes virtuais, em que as pessoas digitam suas perguntas em vez de fazê-las oralmente. Essa é uma maneira de usarmos a escrita, o que não significa que seja outra língua: trata-se apenas uma de suas muitas variações, adquirida e desenvolvida praticamente de modo preestabelecido, de acordo com a necessidade e a situação comunicativa Marcuschi (2010).

A língua falada é adquirida de maneira natural, nas interações do dia a dia. Já a língua escrita é adquirida nas instituições em contextos formais. Talvez seja esse um dos motivos pelos quais a escrita tenha tido certo prestígio social. Outro aspecto abordado por Marcuschi (2010) é a presença da oralidade e da escrita nos contextos sociais. Podemos dizer que a escrita, mesmo surgindo após a oralidade, faz parte de quase todas as práticas sociais dos povos em que ela se inseriu. Até mesmo os que não sabem ler estão em contato com a escrita, seja por meio de cartazes expostos em estabelecimentos comerciais seja em outras situações cotidianas.

Podemos notar também uma diferença entre leitura e escrita aprendidas na escola formalmente e os usos da leitura e da escrita aplicados nas atividades habituais. Parece-nos que muito se fala sobre alfabetização e pouco sobre letramento, ou seja, a influência da escrita na sociedade. Quer no contexto familiar quer no ambiente de trabalho, fazemos uso das duas modalidades da língua. No trabalho, pode ser que nem todos os colaboradores precisem usar a escrita como ferramenta, mas sempre haverá alguém específico para essa função. No ambiente familiar, por outro lado, fazemos uso dessas modalidades na utilização de receitas de bolo, nas leituras de jornais ou revistas ou, ainda, em troca de informação com vizinhos.

Precisamos nos atentar para o fato de que fala e escrita são atividades de uso contínuo em situações reais da língua. Uma e outra são imprescindíveis à sociedade, e há situações próprias para a utilização de cada uma, o que não permite marginalizar seus usuários em consequência das diversas formas (formal ou informal, por exemplo) de se comunicar por meio da fala ou da escrita.

Como já foi dito, Marcuschi (2010) apresenta fala e escrita como modalidades distintas da língua e oralidade e letramento como distinção entre práticas sociais. Segundo o autor,

entendemos como “oralidade” as atividades sociais para fins comunicativos que podem se realizar em diversos gêneros, tais quais: o discurso de formatura, os seminários e até mesmo a contação de histórias e de piadas. Observamos que o uso da oralidade se refere tanto a situações formais quanto a informais. O letramento, por sua vez, envolve várias questões da escrita nas suas mais variadas formas e práticas. Essa realização pode acontecer com alguém que possui apropriação mínima da escrita; com os que são analfabetos, mas letrados no sentido de que sabem realizar situações do dia a dia (como receber de troco, tomar o ônibus, entre outras atividades); bem como com aqueles que apresentam muitas habilidades com a escrita.

A fala ocorre sem a necessidade de recursos tecnológicos: apenas se vale do que é inerente ao ser humano. Já a escrita é apresentada também para fins comunicativos, mas com certas especificidades, envolvendo constituição gráfica e recursos de ordem pictórica. Sendo assim, é considerada como uma complementação à fala, e não uma representação dela.

Seguindo essa tendência de relacionar fala e escrita, temos outras perspectivas que trabalham esse assunto. São elas: a perspectiva das dicotomias, a tendência fenomenológica de caráter culturalista, a perspectiva variacionista e a sociointeracionista.

Sobre a perspectiva das dicotomias, entendemos ser a que se dedica à análise das duas modalidades – fala e escrita. Essa visão se divide em dicotomias mais polarizadas, sendo a mais restrita em relação ao ponto de vista de outros grupos de pesquisadores, que percebem uma visão de contínuo tipológico entre fala e escrita. A convenção de dividirmos língua escrita e língua falada em blocos vem das dicotomias restritas. Esse modelo é bastante difundido nos manuais escolares, porém, ele não leva em consideração os fenômenos dialógicos e discursivos. Assim, torna-se uma tendência não muito produtiva.

A tendência fenomenológica de caráter culturalista se baseia na ideia de que a “escrita representa um avanço na capacidade cognitiva dos indivíduos e, como tal, uma evolução nos processos noéticos (relativos ao pensamento em geral), que medeiam entre a fala e a escrita” (MARCUSCHI, 2010, p. 29). É notório que a escrita trouxe inúmeras vantagens para as sociedades que a adotaram, e essa tendência refere-se à forma como a sociedade a tratou, tornando-a, nos dias atuais, supervalorizada e imprescindível à vida contemporânea.

Por sua vez, a perspectiva variacionista é intermediária entre as tendências citadas anteriormente. Língua falada e língua escrita não são vistas como dicotômicas ou estanques, mas são analisadas sob o ponto de vista de variedades que ambas podem assumir. Portanto, não seria apenas a língua escrita que apresentaria um padrão formal. Isso é importante porque, nessa tendência, a escrita não é posta como superior à fala, como apresentado em outras propostas. Na tendência variacionista, a língua é vista como bidialetal, ou seja, possuidora de dois dialetos.

Na visão de Marcuschi (2010), seria bimodal, isto é, fala e escrita seriam vistas como duas modalidades de um mesmo sistema.

Já a perspectiva sociointeracionista trata a relação entre fala e escrita dentro de uma visão dialógica, pois é voltada para os fenômenos interativos da língua, para a dinamicidade, bem como para estratégias de formulação em tempo real. Podemos ver que esse pensamento se constrói em uma linha discursiva e interpretativa. Sendo assim, tanto fala quanto escrita fundam um dinamismo, que não as caracteriza como polaridades estritas e dicotomias estanques.

Dessa maneira, entendemos que a língua, em especial a fala, reflete a organização da sociedade. Não se trata de um espelhamento, mas de uma representação dela. Isso não significa que conhecer uma língua equivale a conhecer uma sociedade, pois ela é mais que um sistema classificatório: é um meio pelo qual a sociedade estabelece pontos de vista diversos ou coincidentes acerca de um assunto. Por se tratar de um grande meio de comunicação inerente ao ser humano e também de um fator de identidade, a oralidade jamais desaparecerá.

Já a escrita segue uma regra estrutural preestabelecida e não é fator de identidade grupal ou individual. Contudo, as duas modalidades andam juntas. Por exemplo, a área jurídica faz uso da escrita quando se refere às leis e faz uso da oralidade quando se refere às práticas orais nos tribunais. Mais uma vez, concordamos com a ideia de que oralidade e escrita são práticas sociais representando modalidades diferentes de um mesmo sistema.

Esses assuntos não devem apenas ser preocupação dos linguistas: ao contrário são temas que precisam ser aplicados ao ensino, uma vez que a oralidade influencia bastante na escrita, em especial, nas séries iniciais. Por isso, a língua falada deve ser investigada nas instituições educacionais como tópico de estudo e de reflexão, para que haja o reconhecimento de que a escrita não é apenas uma representação da fala. Além disso, devemos analisar o contexto em que a fala e a escrita serão utilizadas. Há momentos em que a fala precisa ser mais regulada, supervisionada, como em uma palestra; e há momentos em que a escrita não precisa ser tão regulada, como em um bilhete casual. A intenção não é ensinar a falar, mas desenvolver situações específicas de uso dessas duas modalidades.

De certa forma, a questão da oralidade ainda não é bem difundida. Temos visto uma certa divulgação do assunto, mas de maneira lenta. A seguir, temos algumas habilidades sugeridas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017, p. 143-145), documento de caráter normativo que prescreve quais aprendizagens essenciais os alunos de escolas brasileiras públicas e particulares devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica:

(EF69LP10) Produzir notícias para rádios, TV ou vídeos, podcasts noticiosos e de opinião, entrevistas, comentários, vlogs, jornais radiofônicos e televisivos, dentre outros possíveis, relativos a fato e temas de interesse pessoal, local ou global e textos orais de apreciação e opinião – podcasts e vlogs noticiosos, culturais e de opinião, orientando-se por roteiro ou texto, considerando o contexto de produção e demonstrando domínio dos gêneros.

(EF69LP11) Identificar e analisar posicionamentos defendidos e refutados na escuta de interações polêmicas em entrevistas, discussões e debates (televisivo, em sala de aula, em redes sociais etc.), entre outros, e se posicionar frente a eles.

(EF69LP12) Desenvolver estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, reescrita/ redesign (esses três últimos quando não for situação ao vivo) e avaliação de textos orais, áudio e/ou vídeo, considerando sua adequação aos contextos em que foram produzidos, à forma composicional e estilo de gêneros, a clareza, progressão temática e variedade linguística empregada, os elementos relacionados à fala, tais como modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração etc., os elementos cinésicos, tais como postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia etc.

(EF69LP15) Apresentar argumentos e contra-argumentos coerentes, respeitando os turnos de fala, na participação em discussões sobre temas controversos e/ou polêmicos.

(EF69LP19) Analisar, em gêneros orais que envolvam argumentação, os efeitos de sentido de elementos típicos da modalidade falada, como a pausa, a entonação, o ritmo, a gestualidade e expressão facial, as hesitações etc.

O grande desafio é apresentar a oralidade e a escrita lado a lado, uma complementando a outra, pois, conforme Fávero, Andrade e Aquino (1999, p. 13), elas apresentam relações mútuas e passíveis de troca.

1.1 Organização da fala e da escrita

No que se refere à organização do texto falado, Fávero, Andrade e Aquino (1999) mencionam a estrutura conversacional, destacando os seguintes itens organizacionais: tópico (ou assunto), tipo de situação, papel dos interlocutores, modo e meio do discurso. Sobre o tópico (ou assunto), as autoras o classificam como a manutenção da conversa, pois ele abre e mantém o canal de comunicação entre os participantes. O tipo de situação, por seu turno, abrange atividades verbais e não verbais. Dessa forma, precisamos observar não só o que está sendo dito, mas também o que está implícito, pois se trata de um indicador que pode alterar o sentido da conversação. Já os papéis dos interlocutores revelam como devemos agir em cada situação, uma vez que eles determinam o tipo de linguagem a ser usada em dado momento. Ainda temos o modo do discurso, que influencia sobre um grau maior ou menor de formalidade. E, por

último, há o canal de comunicação usado (ou meio), que pode ser uma conversa face a face, o telefone, a internet, entre outros.

Assim, entendemos a conversação como um evento comunicativo que, para se realizar, constitui-se de elementos responsáveis pela organização de tal evento. São eles:

- a) situação discursiva: formal, informal;
- b) evento de fala: casual, espontâneo, profissional, institucional;
- c) tema do evento: casual ou prévio;
- d) objetivo do evento: nenhum, prévio;
- e) grau de preparo necessário para a efetivação do evento: nenhum, pouco ou muito;
- f) participantes: idade, sexo, posição social, formação, profissão, crenças etc.;
- g) relação entre os participantes: amigos, conhecidos, inimigos, desconhecidos, parentes;
- h) canal utilizado para a realização do evento: face a face, telefone, rádio, televisão, internet. (Fávero, Andrade e Aquino, 1999, p. 18)

Esses itens são determinantes para o tipo de evento comunicativo a ser desenvolvido. Uma conversa em uma roda de amigos, por exemplo, faz com que tenhamos uma situação discursiva informal, um evento repentino, com um tema aleatório em que não se tenha nenhum objetivo específico. Por outro lado, uma entrevista via internet nos faz identificar outros aspectos, como: um grau de preparo maior, um tema previamente acertado, um objetivo a ser atingido, um público preestabelecido, e assim por diante.

Fávero, Andrade e Aquino (1999) abordam também o processo de produção do texto escrito considerando o parágrafo. Este não precisa ser longo, podendo reunir dois ou mais períodos em torno de ideias relacionadas. Além disso, pode ser elaborado de acordo com a intenção do autor, não havendo regras predeterminadas para isso. Um fator importante é sabermos que cada parágrafo constitui um minitexto, pois deve apresentar introdução, desenvolvimento e conclusão. Outro aspecto ainda notório é o fato de que a mudança de um para outro parágrafo não deve ser feita de forma inesperada, mas precisa haver um preparo, uma sequência lógica a ser desenvolvida de forma apropriada.

1.2 Fatores para a produção de sentido no texto falado

Fávero, Andrade e Aquino (1999) apresentam a coesão e a coerência como fatores fundamentais para o entendimento do texto falado. Nem sempre a coesão contribui para o estabelecimento da coerência, ou seja, pode haver textos sem coesão, mas coerentes. Com relação aos tipos de coesão, encontramos em Fávero (2001) três tipos de coesão: referencial, recorrencial e sequencial. No primeiro tipo, temos a reiteração do mesmo item lexical,

ocorrendo, assim, a repetição – recurso muito comum no texto falado –, favorecendo a organização tópica e funcionando como um caminho para se ter acesso ao turno. Na coesão recorrencial, há a paráfrase. Já a coesão sequencial se caracteriza pelo uso dos conectores.

Quanto à organização da produção de sentido, as autoras apontam quatro elementos básicos, a saber: 1) o turno, 2) o tópico discursivo, 3) os marcadores conversacionais e 4) o par adjacente. O primeiro dos elementos – o turno – pode ser interpretado como a “vez de quem fala”, e, dessa maneira, podemos afirmar que uma conversa é uma sequência de trocas de turno. Qualquer intervenção pode ser considerada um turno, sejam as intervenções de caráter informativo sejam breves sinais de monitoramento, como: “ahn ahn”, “sei”, “certo” (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1999, p. 31).

Sobre o tópico discursivo, o segundo dos itens mencionados pelas autoras, podemos entendê-lo como “o assunto sobre o qual está se falando”. Também é um estruturador organizacional, uma vez que orienta a interação dos falantes, pois eles entendem quando há mudança de assunto, corte, retomada ou digressão. Assim, fica claro que há um processo colaborativo entre os participantes. Há alguns pré-requisitos mínimos para que falante e ouvinte identifiquem a presença de um tópico. Ao falante cabe garantir a atenção do ouvinte, articulando bem as palavras para que se estabeleça entendimento do tópico; ao ouvinte cabe ficar atento ao que está sendo dito, para que identifique objetos, ideias ou indivíduos mencionados no tópico e, a partir daí, faça suas inferências.

Conforme Fávero, Andrade e Aquino (1999 p. 46), o tópico discursivo apresenta duas propriedades básicas: a centração e a organicidade. A centração é falar acerca de algo recorrendo a elementos explícitos para o desenvolvimento do texto, ao passo que a organicidade trabalha a relação entre supertópico, os tópicos coconstituintes e os subtópicos. Outras informações sobre o tópico discursivo serão explicitadas mais adiante.

O terceiro elemento básico quanto à produção de sentido do texto falado são os marcadores conversacionais. Fávero, Andrade e Aquino (1999, p. 44) nos dizem que “o marcador conversacional serve para designar não só elementos verbais, mas também prosódicos e não linguísticos que desempenham uma função interacional qualquer na fala”, podendo ser realizado tanto pelo falante quanto pelo receptor. Os marcadores conversacionais podem ser divididos em: marcadores não linguísticos (ou paralinguísticos); recursos prosódicos; e marcadores verbais.

Os marcadores não linguísticos, ou paralinguísticos, exercem função importante na interação face a face. Dependendo da realização deles, entendemos se fomos aprovados ou não pelo nosso ouvinte. Já os recursos prosódicos são de natureza linguística, mas não apresentam

caráter verbal. São eles: as pausas, os alongamentos e o tom de voz. Não há duração específica para as pausas. Elas podem ser curtas, longas ou médias, exercendo função determinante na conversação. Por fim, os marcadores verbais são constituídos por uma variedade muito grande de partículas, palavras, sintagmas, expressões estereotipadas e orações de diversos tipos. Marcuschi *apud* Fávero, Andrade e Aquino (1999, p. 45-46) nos apresenta uma subdivisão em quatro grupos:

- 1) *marcador simples*: realiza-se com uma só palavra: interjeição, advérbio, verbo, adjetivo, conjunção, pronome etc. Ex.: *agora, então, aí, entende, claro*.
- 2) *marcador composto*: apresenta um caráter sintagmático com tendência à cristalização. Ex.: *então, daí, aí depois, quer dizer, digamos assim*.
- 3) *marcador oracional*: corresponde a pequenas orações que se apresentam nos diversos tempos e formas verbais ou modos oracionais (assertivo, indagativo, exclamativo). Ex.: *eu acho que, quer dizer, então eu acho*.
- 4) *marcador prosódico*: associa-se a algum marcador verbal, mas realiza-se por meio de recursos prosódicos. Fazem parte deste grupo a entonação, a pausa, a hesitação, o tom de voz, entre outros.

O quarto elemento básico para a produção de sentido é o par adjacente, que, por sua vez, é a pressuposta resposta a algo. Por exemplo, uma pergunta pressupõe uma resposta; um convite pressupõe uma aceitação ou uma recusa; um pedido pressupõe uma concordância ou uma recusa etc.

Entendemos que o par adjacente pode iniciar o tópico discursivo. Vimos, nos estudos de Fávero, Andrade e Aquino (1999), que o par adjacente e tópico discursivo estão intimamente ligados, pois a conversação se realiza por meio dos tópicos, e estes se estabelecem por meio dos pares adjacentes.

1.3 O tópico discursivo

Notamos que o tópico discursivo é um assunto importante para o nosso estudo; por isso, consideramos pertinente dedicarmos a ele uma parte do nosso trabalho. Para Fávero (1999, p. 38), ele é, antes de tudo, uma questão de conteúdo dependente de um processo colaborativo entre os participantes de um ato interacional. Além disso, a autora aponta alguns elementos contextuais para que o sentido seja estabelecido, tais como: conhecimento de mundo, conhecimento partilhado, circunstâncias em que ocorre a conversação, pressuposições etc.

Galembeck (2008, p. 278) considera o tópico discursivo um elemento essencial na produção e no estudo da língua falada, especialmente quando se levam em conta dois princípios fundamentais dela: o princípio fundamentador e o organizador. O primeiro se relaciona com o

fato de o tópico (ideia, assunto, alvo) constituir o ponto de referência ou simplesmente o referente (assunto, ideia, alvo), algo imprescindível para a elaboração da fala. Já o segundo diz respeito ao próprio desenvolvimento dos referentes.

Entendemos que o tópico se refere àquilo que está sendo dito, mas ele só pode ser entendido a partir de um processo interacional, uma vez que a interação influencia diretamente na sequência tópica. Desse modo, chegamos a dois traços básicos identificadores do tópico discursivo, que Fávero (1999) e Jubran (2019) nomeiam de “centração” e “organicidade”. Acreditamos ser o princípio fundamentador a centração, e o princípio organizador, a organicidade.

A organicidade pode ser observada em dois planos: linear ou horizontal e vertical. A relação horizontal trabalha a questão da organização sequencial dos tópicos, e é por meio da linearidade que podemos compreender melhor dois fenômenos básicos que compõem a organicidade: a continuidade e a descontinuidade. A continuidade se refere a uma organização sequencial de tópicos, de modo que seja possível identificar o início e o término de um tópico. Já a descontinuidade decorre de uma interrupção do tópico antes que ele tenha sido totalmente finalizado. Portanto, se, em uma conversação, houver a retomada do tópico não finalizado, dizemos que ocorreu uma digressão ou inserção, mas, se a retomada não acontecer, dizemos que ocorreu um corte do tópico. A relação vertical, por sua vez, trabalha a questão da interdependência existente entre determinado tópico e outro, gerando quadros tópicos e suas subdivisões: supertópicos, subtópicos e tópicos.

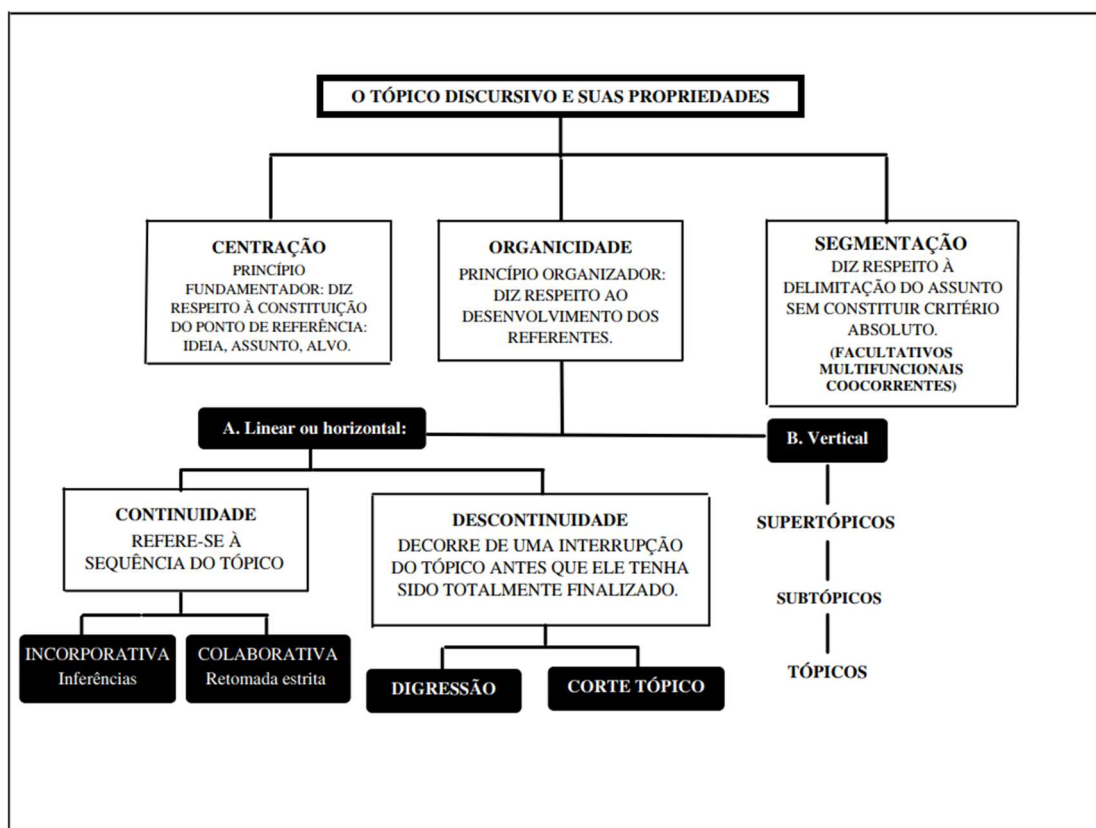
O tópico discursivo, além da centração e da organicidade, também apresenta a segmentação como uma de suas propriedades. Ela é responsável por fracionar as porções tópicas, não apresentando critérios absolutos para essa delimitação, pois eles podem ser opcionais, multifuncionais e coocorrentes.

Galembeck (2008) ressalva que o tópico discursivo apresenta diferenças no que tange à língua falada e à língua escrita. Na fala, prevalece a dinâmica tópica interativa, ou seja, acontece monitoramento no momento em que se fala. Na escrita, o tópico apresenta maior planejamento, com suposições e inferências mais bem pensadas. Essa diferença se dá em decorrência das diferentes condições de produção, pois a fala acontece em tempo real, ao passo que a escrita apresenta um intervalo muito grande entre a produção e a recepção do texto.

Discorrendo sobre as formas de continuidade tópica, Keenan e Schieffelin, citados por Galembeck (2008), mencionam a colaborativa e a incorporativa. Na continuidade colaborativa, o tópico é estabelecido de forma estrita e é mantido rigorosamente em dois enunciados sucessivos ou numa sequência de enunciados. E, na continuidade incorporativa, a sequência de

tópicos é menos rigorosa, pois se baseia em pressupostos e inferências, e não necessariamente na retomada do tópico.

Quadro 1 – O tópico discursivo e as suas propriedades



Fonte: Adaptado de GALEMBECK, 2008; FÁVERO (1999) e JUBRAN (2019).

Outro ponto importante se refere à expansão tópica, em que os falantes usam os mais variados procedimentos para efetuar a expansão do tópico discursivo. Esses recursos correspondem às diferentes formas de atuação dos interlocutores e apresentam duas finalidades: reforçar o assunto em andamento, acrescentando informações, e fornecer pistas de contextualização, de forma que os assuntos tratados passem a fazer sentido para os interlocutores. Ainda em Galembeck (2008, p. 282-293), encontramos uma relação de procedimentos de expansão de tópicos mais usados:

1. Explicitação do tópico: caracteriza-se por fornecer informações adicionais, complementares à focalização, e pode assumir três faces diferentes:

- Explicitação do fato: dar detalhes de um fato, como a rotina diária de uma dona de casa.

- **Explicitação de características:** apresentar detalhes de uma situação, por exemplo, a noite estrelada de uma região específica.
- **Explicitação de conceitos:** consiste em apresentar uma opinião em relação a algum conceito, por exemplo, o uso de máscara para se proteger da Covid-19.

2. Exemplo e analogia: indica o uso de um exemplo para se assemelhar ao que está sendo dito.

3. Justificativa ou relações causais: ocorre quando fica bem clara a necessidade de o locutor justificar uma afirmação ou indicar a causa/consequência de um fato. Isso revela que ele é entendido no assunto. Por isso, usa afirmações em dados concretos.

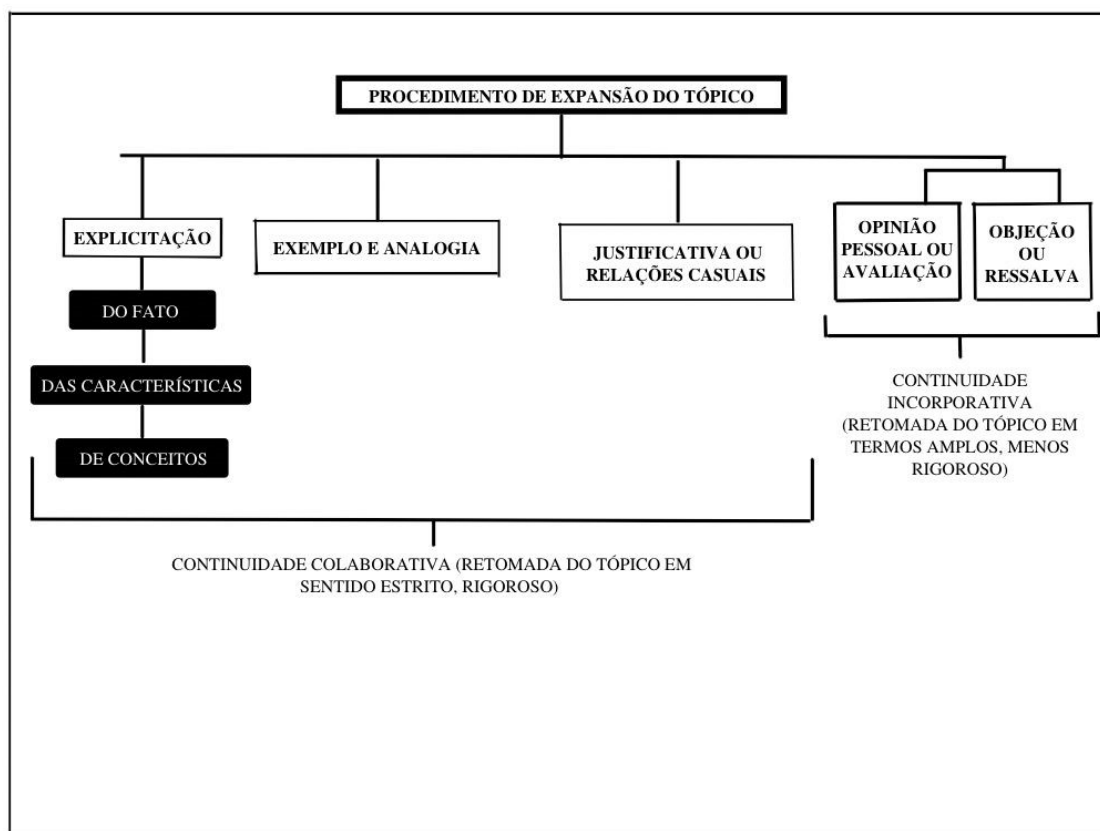
As expansões por justificativa e exemplificação são semelhantes, além de ficar nítido o papel argumentativo que cada uma exerce. Outra nítida semelhança se refere ao uso de marcadores conversacionais tanto na expansão por justificativa quanto na expansão por exemplificação.

4. Opinião pessoal ou avaliação: neste caso, notamos um juízo ou uma opinião pessoal acerca de determinado tópico. Não acontece a ruptura dele, mas uma manifestação da subjetividade por parte do próprio informante.

Devemos ressaltar que os juízos e as opiniões vêm introduzidos por prefaciadores de opinião, sendo os mais frequentes “eu acho que”, “eu penso que” ou “eu creio” – expressões com verbos na primeira pessoa do singular. Porém, nem sempre a expressão “eu acho que” indica a opinião do locutor. Ela pode indicar também a falta de convicção dele, sinalizando que não assume responsabilidade pelo que está sendo dito.

5. Objeção ou ressalva: Este tipo de expansão tópica ocorre quando um dos interlocutores dá continuidade ao tópico, apresentando opinião contrária à do primeiro interlocutor.

Quadro 2 – Procedimento de expansão do tópico



Fonte: Adaptado de GALEMBECK, 2008.

Os procedimentos de expansão tópica podem ser divididos em dois grupos quando associados às formas de continuidade tópica. No primeiro grupo, podemos incluir a explicitação (fato, características, conceito), a exemplificação (ou analogia) e as relações causais. Nesses casos, ocorre a retomada dos tópicos em sentido estrito (continuidade colaborativa). No segundo grupo, podemos incluir as opiniões e os juízos, bem como as objeções e as ressalvas. Nesses casos, ocorre a retomada do tópico em termos amplos (continuidade incorporativa). Nas duas últimas formas, opiniões ou avaliações e objeções ou ressalvas, vemos o enfoque do assunto se deslocar para a esfera da subjetividade, que pode ser manifestada tanto pelo ponto de vista do interlocutor quanto por opiniões divergentes.

Ao estudar a expansão do tópico discursivo, verificamos que ele é, de fato, a razão principal do desenvolvimento interacional, pois é a partir das diversas formas de expansão do tópico que o assunto passa a ser contextualizado e inserido no universo cognitivo dos interlocutores. Observamos também que o desenvolvimento do tópico não é previamente planejado, já que o tipo de expansão se dá de acordo com a reação e a interação dos interlocutores. Assim, justifica-se o predomínio da explicitação, uma vez que ela é uma forma

de contextualizar os assuntos tratados. Também se justifica o menor uso da continuidade incorporativa (objeção, ressalva), tendo em vista que elas são menos contextualizadoras, porque ressaltam a opinião pessoal em relação a algum assunto.

Em Galembeck (2009, p. 248-261), encontramos os resultados de um produtivo trabalho realizado pelo autor. Tal pesquisa teve como objetivo analisar alguns traços da oralidade presentes em textos produzidos por alunos da antiga 8ª série, hoje nomeada como 9º ano do Ensino Fundamental II. Nesses textos, o autor verificou as seguintes alterações:

- Na construção do enunciado: estruturas excessivamente longas e tortuosas.
- Na sequência tópica: assuntos que se sucedem sem um plano definido.

Com relação à construção do enunciado, foram verificados itens como: texto produzido no momento da fala; mistura de subordinação com coordenação; falta de estrutura definida das ideias; períodos longos, sem a preocupação de expor, de maneira clara, a ideia discutida; repetição de palavras e expressões.

Halliday, citado por Galembeck (2009), diz que a estrutura da língua falada é mais complexa do que a da língua escrita, pois é preciso levar em conta o planejamento local e o enunciado – este último, aliás, tende a apresentar truncamentos, interrupções, inserções e encaixamentos sucessivos. Para escreventes que apresentam pouco domínio da estrutura escrita, é mais fácil reproduzirem aquilo com que estão mais acostumados: no caso, a estruturação falada. Com base nessa afirmativa, a marca de planejamento local se manifesta, no plano da estrutura do texto, sobretudo na sequência tópica, de duas formas:

- A. O escrevente não foge ao tema, porém, apresenta vários outros subtópicos que não são desenvolvidos, apenas enumerados. Caso esses subtópicos fossem desenvolvidos, poderiam ser objetos de um texto. Essa característica revela a dificuldade de associar os subtópicos ao tópico central.
- B. O escrevente tem dificuldade de manter o foco no mesmo tema. Pode ser que ele exponha um assunto e, de forma brusca, comece a falar de outro. Tanto a dificuldade em desenvolver os subtópicos quanto a de manter o tópico advêm de um mesmo problema: a dificuldade de criar um contexto sociocognitivo pertinente para a expansão do tópico. (GALEMBECK, 2009)

Essa característica revela o quanto a fala está presente na escrita, porque, na conversação, a enunciação se desenrola com um interlocutor, e, assim, são feitos

enquadramentos sucessivos pelos participantes. Contudo, isso não acontece na escrita, uma vez que o texto escrito é realizado individualmente, e não coletivamente. É desse aspecto que decorre a dificuldade de uma correta realização do texto escrito.

Castilho, citado por Galembeck (2009), afirma que a linguagem humana apresenta caráter dialógico, mesmo na modalidade escrita. Nesta, essa característica é menos evidente, porquanto os interlocutores não estão presentes nem participam da mesma situação enunciativa. Já na fala, os interlocutores estão presentes, são reais, e as marcas linguísticas são frequentes. Ainda com relação ao dialogismo na escrita, este último autor sugere-nos marcas de subjetividade e intersubjetividade, tais como marcadores de envolvimento do ouvinte, marcadores de opinião e parênteses de esclarecimento.

Sobre esses primeiros, Galembeck (2009) avalia os termos “veja”, “você”, “você sabe”. Esses marcadores revelam que o escrevente cria um interlocutor virtual com o qual se comunica. Quanto aos marcadores de opinião, podemos dizer que eles são representados por: verbos de valor epistêmico (acho que), verbos de percepção (vejo que) ou expressão adverbial (na minha opinião). Sobre o uso de “acho que”, podemos indicar dois empregos do “achar”: o primeiro é indicação de um palpite (uma suposição); o segundo, de um julgamento (considerar, julgar). O uso de expressões assim revela a necessidade de o escrevente se inserir no texto, uma vez que é difícil para ele “ultrapassar a realização dialógica em favor de uma exposição centrada no assunto” (GALEMBECK, 2009 p. 257). Por fim, os parênteses de esclarecimento servem para manifestar a opinião do escrevente e enfatizar para o leitor o que está sendo escrito.

1.4 Recursos para a formulação de um texto

Formular um texto não diz respeito apenas a planejá-lo, mas também a realizá-lo, aplicá-lo em uma situação real, fazendo-o ser entendido. Assim, “o fazer ser entendido” é uma responsabilidade do locutor, e não apenas do ouvinte. Para que isso aconteça, o falante deixa marcas de manifestação que podem ser formulação *stricto sensu* e formulação *lato sensu*. Na *stricto sensu*, o locutor não encontra dificuldades em sua produção; já na *lato sensu*, há algumas possibilidades, quais sejam: hesitação, paráfrase, repetição e correção.

A hesitação se refere a algo que está por vir. É como se a estrutura ainda não estivesse pronta, representando, de certa forma, que o falante está procurando, selecionando quais palavras utilizará. Por isso, constatamos que a hesitação relaciona dois meios: pensamento e linguagem. Em alguns momentos, a hesitação pode representar indecisão por parte do falante. Seria um enunciado que ainda está em processo de elaboração.

A paráfrase, por outro lado, constitui-se no ato de contar ou de escrever um texto já lido, porém, utilizando palavras próprias de quem está escrevendo ou falando. Fávero, Andrade e Aquino (1999, p. 59) conceituam “paráfrase” como “um enunciado que reformula um anterior e com o qual mantém uma relação de equivalência semântica”. Esse recurso contribui para a coesão do texto, pois faz articulação entre informações novas e antigas, propiciando também a intercompreensão. Trata-se de um processo criativo, excluindo o automatismo e criando uma nova forma de confirmar o que já foi dito.

Outro recurso comum na conversação é a repetição. Ela mantém e dá continuidade ao tópico frasal. Para Marcuschi (2019, p. 207), a repetição “favorece a coesão e a geração de sequências mais compreensíveis; dá continuidade à organização tópica e auxilia nas atividades interativas”.

Por último, quanto à correção, podemos dizer que ela é um processo de formulação retrospectiva, pois retoma um termo anterior para sua alteração. Na correção, temos a reformulação de algo que foi dito anteriormente – diferentemente, por exemplo, da paráfrase, em que não temos um texto reformulado com o objetivo de corrigir o anterior, mas um texto cuja intenção é explicar o anterior com outras palavras. Corroboramos isso verificando que, na paráfrase, tanto o texto anterior quanto o já reformulado, alterado, apresentam o mesmo valor semântico; já na correção, isso não acontece. Fávero, Andrade e Aquino (2019) nos apresentam três tipos de correções: autocorreções autoiniciadas, autocorreções heteroiniciadas e heterocorreções autoiniciadas.

A autocorreção autoiniciada é processada pelo próprio falante e pode ocorrer no mesmo turno ou em turno diferente. Geralmente, acontece no mesmo turno e na mesma frase pelo fato de o falante ter pressa em se corrigir, para não perder o turno e a oportunidade de corrigir seu enunciado. O falante seleciona um termo que considera inadequado; por isso, corrige-o, trocando por outro. No segundo tipo, a autocorreção heteroiniciada, o interlocutor nega a informação do locutor, que a corrige posteriormente. Já a heterocorreção autoiniciada é aquela em que o falante inicia a correção, mas esta é efetivada somente por seu interlocutor.

1.5 Condições e modo de produção de um texto

Entendemos que os elementos de formulação atuam no processo cognitivo para a elaboração da linguagem falada. Não queremos dizer que há diferenças entre a modalidade escrita e a falada, mas enfatizamos que a distinção entre elas se refere a oposições estruturais.

Por isso, explicitaremos as condições e o modo de produção da fala e da escrita. Drieman, citado por Fávero, Andrade e Aquino (1999, p. 69), realizou uma pesquisa quantitativa e verificou que palavras mais longas, adjetivos e textos mais curtos são características da língua escrita, e palavras com menos sílabas, frases mais curtas e palavras de cunho pessoal são mais utilizadas na fala. Por outro lado, precisamos levar em consideração que a escolha léxica, seja na fala seja na escrita, é influenciada pelos seguintes fatores: “contexto e propósito do evento discursivo, natureza da atividade comunicativa apropriada ao evento discursivo, conhecimento partilhado entre participantes e nível de conhecimento linguístico” (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2009, p. 71).

As três autoras enumeram os elementos que compõem a atividade de produção textual (fala e escrita) e como esses elementos se articulam nas situações comunicativas, como se segue:

Quadro 3 – Elementos da fala e da escrita nas situações

I – Papéis e características dos participantes A – Papéis comunicativos dos participantes 1 – falante/escritor 2 – ouvinte/leitor 3 – audiência (facultativa) B – Características pessoais 1 – estáveis: personalidade, interesses, crenças etc. 2 – temporárias: modos, emoções etc. C – Características do grupo: classe social, grupo étnico, sexo, idade, ocupação, educação etc.
II – Relações entre os participantes A – No papel social: poder, <i>status</i> etc. B – Pessoais: preferências, respeito etc. C – Extensão do conhecimento partilhado: conhecimento de mundo e específico.
III – Contexto A – Físico B – Temporal C – Extensão espaço-temporal compartilhada pelos participantes.
IV – Propósito (finalidade ou tema do texto) A – Convencional B – Pessoal
V – Tópico discursivo (assunto ou tema do texto)
VI – Avaliação social A – Avaliação do evento comunicativo 1 – valores partilhados por toda a cultura 2 – valores retidos por subculturas ou indivíduos

B – Atitudes do locutor em relação ao conteúdo 1 – sentimentos, julgamentos, atitudes 2 – tom ou modo 3 – grau de comprometimento em relação ao conteúdo
VII – Relação dos participantes com o texto: nível de envolvimento
VIII – Aspectos linguísticos e paralinguísticos A – Fala: 1 – léxico-sintático 2 – prosódico 3 – paralinguístico B – Escrita: 1 – léxico-sintático

Fonte: FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1999, p. 72-73.

Outro aspecto importante relacionando fala e escrita se refere às condições de produção, que determinam como cada modalidade será realizada. O quadro abaixo elucida a realização de um evento comunicativo.

Quadro 4 – Condições de produção para a fala e a escrita

Fala	Escrita
– Interação face a face.	– Interação à distância (espaço-temporal).
– Planejamento simultâneo ou quase simultâneo quanto à produção.	– Planejamento anterior à produção.
– Criação coletiva: administrada passo a passo.	– Criação individual.
– Impossibilidade de apagamento.	– Possibilidade de revisão.
– Sem condições de consulta a outros textos.	– Livre consulta.
– A reformulação pode ser promovida tanto pelo falante como pelo interlocutor.	– A reformulação é promovida apenas pelo escritor.
– Acesso imediato às reações do interlocutor.	– Sem possibilidade de acesso imediato.
– O falante pode processar o texto, redirecionando-o a partir das reações do interlocutor.	– O escritor pode processar o texto a partir das possíveis reações do leitor.
– O texto mostra todo o seu processo de criação.	– O texto tende a esconder o seu processo de criação, mostrando apenas o resultado.

Fonte: FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 1999, p. 74.

Vimos, em cada uma das colunas apresentadas, as condições de produção específicas de cada modalidade da língua. Precisamos ressaltar que as diferenças na fala e na escrita acontecem dentro de um *continuum* tipológico, ou seja, não podemos dizer que a fala é informal

e a escrita é formal, mas temos condições em que a fala é mais formal do que a escrita: isso dependerá das condições de produção. A informalidade, pois, constitui uma das possibilidades de realização não só da fala como também da escrita. Desse modo, percebemos que estar em contato com as condições de produção de cada modalidade significa criar construções textuais, tanto escritas quanto faladas, de modo consciente, sem que as marcas da língua falada interfiram na produção escrita, se esse for o objetivo.

Para desenvolver essa atividade linguística de modo consciente, Fávero, Andrade e Aquino (1999, p. 90) propõem-nos atividades/operações de transformação. Elas têm o objetivo de transformar o texto falado em texto escrito, buscando visualizar os mecanismos que estão presentes na passagem da fala para a escrita, ou seja, do texto falado para o escrito. As operações apresentadas são as seguintes:

- 1ª. Eliminação de marcas estritamente interacionais e inclusão da pontuação.
- 2ª. Apagamento de repetições, redundâncias, autocorreções e introdução de substituições.
- 3ª. Substituição do turno de fala por parágrafos.
- 4ª. Diferenciação no encadeamento sintático dos tópicos.
- 5ª. Tratamento estilístico com seleção de léxico e da estrutura sintática num percurso do menos para o mais formal.

Tais operações devem ser consideradas como técnicas efetivas para um estudo proveitoso de elaborações textuais. Ao entendermos melhor como são realizadas as produções faladas, podemos fazer melhores interferências nas produções escritas.

1.6 Retextualização

Partindo da suposição de que fala e escrita não são polares, mas, sim, graduais, precisamos buscar um modelo para analisar o grau de consciência do usuário da língua a esse respeito. A fim de materializar essa observação, Marcuschi (2010) propõe atividades de transformação do texto falado para o escrito. A essa transformação, o autor denomina *retextualização*. Vale lembrar, no entanto, que o autor deixa claro que esse processo não é mecânico, mas envolve operações que trabalham quer no âmbito do código quer no do sentido. Também esclarece que não se trata de transpor um texto confuso para um texto organizado, mas da transposição de um texto ordenado para outro também ordenado.

O primeiro aspecto a ser levado em consideração em uma atividade de retextualização é o processo de compreensão; afinal, para transpormos de outra forma o que alguém nos disse ou quis dizer, precisamos, primeiramente, entender o que esse alguém disse ou quis dizer.

Comumente, realizamos retextualização, por exemplo, ao transmitirmos um recado a alguém; ao escrevermos um artigo e, depois, apresentá-lo oralmente; ao revisarmos um texto para publicação; ao recontar uma notícia que ouvimos no rádio ou na TV: todas essas atividades atrelam-se à retextualização. Marcuschi (2010, p. 48) sugere as seguintes possibilidades desse procedimento:

1. Fala ➡ Escrita
2. Fala ➡ Fala
3. Escrita ➡ Fala
4. Escrita ➡ Escrita

Para a explicação dessas possibilidades, o autor propõe:

1. Entrevista oral ➡ entrevista impressa
2. Conferência ➡ tradução simultânea
3. Texto escrito ➡ exposição oral
4. Texto escrito ➡ resumo escrito

Entendemos que essas atividades são exercícios eficientes de retextualização. Salientamos, mais uma vez, que atividades desse tipo são realizadas no dia a dia e, às vezes, nem são percebidas pelos falantes da língua. Assim, concordamos com o autor sobre a retextualização ser um caminho produtivo para a identificação de que fala e escrita formam uma relação contínua, e não polarizada.

Seguiremos nossa análise tratando apenas da primeira possibilidade de retextualização: da fala para a escrita. Antes, porém, precisamos distinguir a transcrição da retextualização. Transcrever a fala é passá-la da forma sonora para a forma gráfica, seguindo alguns padrões sem interferir nesse processo, e retextualizar é adequar o texto sonoro ao texto escrito. Por isso, as transformações acontecem em maior grau na retextualização – mas, a despeito disso, é preciso manter o sentido original.

Novamente, citamos a compreensão, pois ela está envolvida no processo de retextualização, seja na fase da transcrição do oral para o escrito seja na fase final do processo. Também afirmamos que o processo de transformação do texto falado para o texto escrito não é resumo, e, sim, eliminação das redundâncias e repetições informais características da fala. Entendemos que, nas retextualizações, pode ocorrer a diminuição do texto, mas não das

informações nele presentes. Essa redução ocorre muitas vezes pela adequação da linguagem que o próprio processo exige.

Retomando a ideia de que a retextualização é um caminho produtivo para o estudo da fala e da escrita, podemos dizer que é no processo de retextualização que desenvolvemos as características pertinentes a cada modalidade. Nesse sentido, afirmamos que o processo de retextualizar desenvolve o uso consciente da linguagem, pois não só permite compreender a relação fala-escrita como também entender melhor a oralidade em si. Além disso, um trabalho nessa perspectiva possibilita desenvolver aspectos textuais-discursivos, e não apenas aspectos estruturais e formais, porque se trata de transformar um texto de concepção oral em um texto de concepção escrita, ou seja, com a finalidade de apagar características da fala para reconstruir outro texto por meio da perspectiva da escrita.

Fávero, Andrade e Aquino (1999) e Marcuschi (2010) tratam da retextualização com muita propriedade, apresentando operações de transformação com base tanto no código como no sentido. Não achamos necessário expor detalhadamente as operações de transformações, posto que não realizamos, neste trabalho, a retextualização. No entanto, acreditamos que seria incipiente falar das marcas da oralidade nas redações escolares sem mencionarmos a retextualização como grande aliada na conscientização entre fala e escrita.

De tudo o que levantamos sobre as características da oralidade e da escrita, vimos que não há o certo e o errado em cada uma delas, mas o que é pertinente ou não pertinente a cada modalidade. Por exemplo, é aceitável, em uma crônica, haver o uso de tipos de correção, repetição, alongamentos de vogais, entre outros. O mesmo é aceitável em uma fala espontânea também. Entendemos que as marcas de oralidade em textos como crônicas têm como objetivo trazer a situação nelas representadas para mais próximo do real. Todavia, não cabe a uma apresentação em congresso científico o uso de uma linguagem informal. Do mesmo modo, não é pertinente ao texto dissertativo, que é uma modalidade escrita numa linguagem formal da língua, o uso de uma linguagem com marcas de oralidade.

Assim, concluímos que há textos, como a crônica, por exemplo, em que as marcas de oralidade são a eles apropriadas, ao passo que há textos, como a dissertação, em que as marcas de oralidade são inapropriadas. Antes de fazermos a análise das marcas de oralidade encontradas nos textos dissertativos das turmas acompanhadas para este trabalho, fizemos, no capítulo 2, uma abordagem teórica acerca dos tipos textuais e destacamos o tipo dissertativo e a sua organização.

CAPÍTULO 2 – O TEXTO DISSERTATIVO

Neste capítulo, discorreremos sobre as teorias que norteiam o conceito de *texto dissertativo* e sobre como se dá a organização desse tipo textual. Organizamos o capítulo da seguinte forma: primeiramente, conceituamos o que é “tipo textual”; depois, falamos sobre a inserção do texto dissertativo nas propostas tipológicas; sobre o texto dissertativo nos manuais didáticos; e por fim, sobre a organização do texto dissertativo e suas implicações. Para o aporte teórico deste capítulo, embasamo-nos, principalmente em: Travaglia (1991, 2002, 2009), Marcuschi (2005), Werlich (1973) apud Marcuschi (2005), Koch e Fávero (1987) e Siqueira (1995).

2.1 Introdução ao conceito de “tipo textual”

Identificar e categorizar os diferentes tipos de textos é um dos temas tratados pela Linguística Textual. Nesta parte do texto, buscamos esclarecer as categorias textuais propostas por Travaglia (1991, 2002). Segundo o autor, a língua é formada por regularidades, e a forma como essas normas funcionam caracteriza tipos de discursos e, conseqüentemente, tipos de textos. Assim, “se um texto é de certo tipo é porque há uma correlação entre uma propriedade configurada por condições de produção e certas marcas” (TRAVAGLIA, 1991, p. 39).

Entendemos que as propriedades se referem mais à totalidade do discurso e à sua ligação com aspectos externos, isto é, têm a ver com a situação. A condição de produção é um dos critérios para a categorização de textos e se relaciona a quem produz, para quem, quando, onde, em qual suporte, qual serviço, etc. Já as marcas reportam-se à organização do discurso e podem derivar de qualquer nível de análise linguística (fonológico, morfológico, sintático, semântico) ou de unidades de qualquer extensão (fonema, morfema, palavra, sintagma, frase, enunciado, partes do texto, texto).

De acordo com Travaglia, a língua é o fenômeno social da interação verbal, e, por essa razão, o tipo de texto “é identificado por instaurar um modo de interação, uma maneira de interlocução” (Travaglia, 1991, p. 40). Mais especificamente, se pedíssemos a uma criança que nos falasse *o que* aconteceu em seu dia na escola, é possível que ela narrasse os eventos daquele dia, e, assim, teríamos um texto narrativo; se perguntássemos *como foi* o dia na escola, é possível que ela desse o próprio ponto de vista em relação aos fatos acontecidos, de sorte que teríamos um texto dissertativo. Ou seja, “cada tipo instaura uma forma de interação, um modo de relação entre interlocutores” (TRAVAGLIA, 1991, p. 40).

Para o pesquisador, o ato de dizer é sempre “tipificante”, pois se estabelece uma configuração para o discurso, já que só se diz por meio de um funcionamento discursivo que só acontece em uma relação de interlocução. Por esse motivo, o tipo equivale a um ato de linguagem, pois instaura uma forma de interação. Ele acrescenta que pesquisar a tipologia é necessário e importante por duas funções metodológicas: a primeira é possibilitar a sistematização, a organização de características, o agrupamento de propriedades, distinguindo classes, tal como acontece em outras análises linguísticas. A segunda é oportunizar a análise de condições de produção dos textos, ou seja, verificar por quem os textos foram produzidos, com qual objetivo, entre outros aspectos. O fator determinante para a escolha de uma tipologia é o objetivo da análise em relação à natureza do texto.

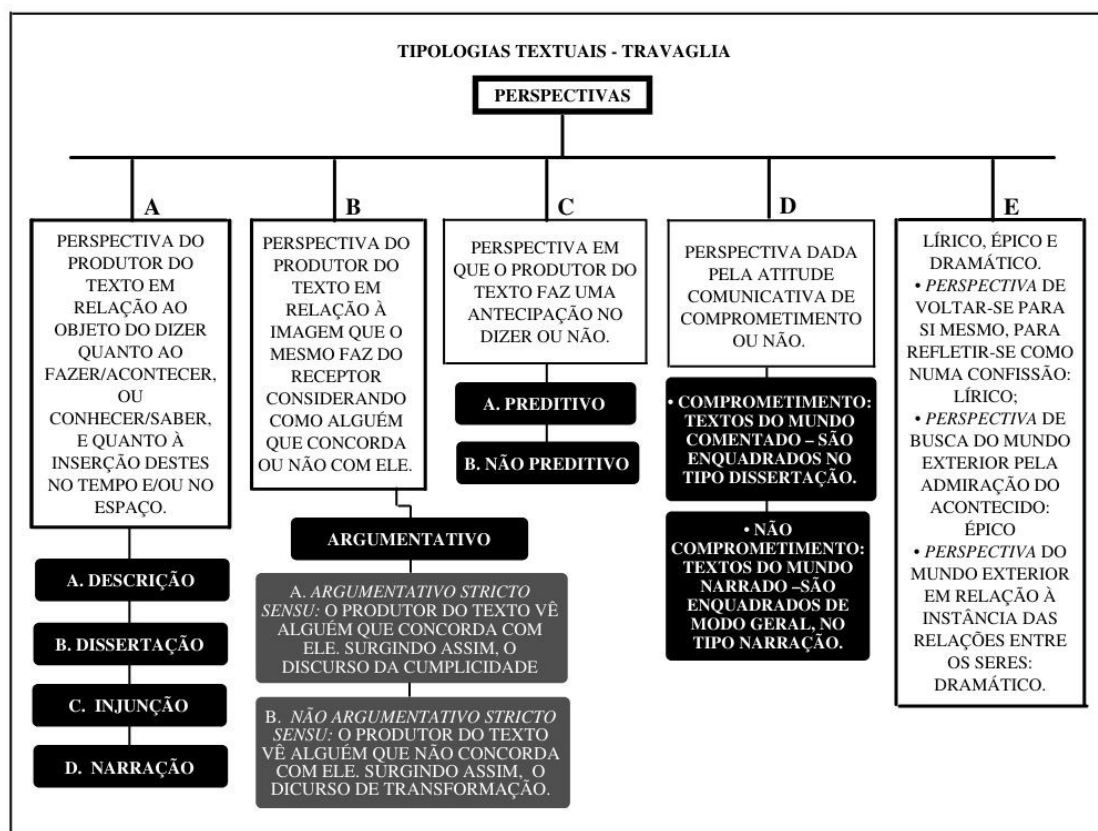
2.2 A proposta tipológica conforme Travaglia

Travaglia (2002, p. 2016) conceitua os tipos de textos por meio de perspectivas distintas. A primeira categoria leva em consideração “o produtor do texto em relação ao objeto do dizer quanto ao fazer/acontecer ou quanto ao conhecer/saber e sua inserção no tempo e/ou no espaço ou não”. Nessa perspectiva, enquadram-se os textos *narrativos*, *descritivos*, *dissertativos* e *injuntivos*.

Apesar de termos realizado a leitura das demais perspectivas, apresentamos, no trabalho, uma explicação mais minuciosa apenas da primeira perspectiva (Grupo A, no quadro das tipologias abaixo), pois nela se enquadra o texto dissertativo: a explicação das demais perspectivas não se faz necessária para o nosso trabalho. Por outro lado, é inescapável não fazer comentários, mesmo que não exaustivos, sobre a narração, a descrição e a injunção, com o objetivo de fazer comparações com o texto dissertativo.

A seguir, elaboramos um quadro que resume as concepções tipológicas propostas por Travaglia.

Quadro 5 – Tipologias textuais (Travaglia)



Fonte: Adaptado de TRAVAGLIA, 1991, 2002.

Das cinco classificações propostas no Quadro 5, damos maior atenção aos textos da categoria A (descrição, dissertação, injunção e narração), em especial, ao estudo da dissertação, tendo em vista que nosso trabalho tem por objetivo observar as marcas de oralidade no texto dissertativo. Dessa forma, discorreremos sobre os textos da perspectiva A, enfatizando o tipo dissertar.

Travaglia nos apresenta a dissertação da seguinte forma:

O enunciador coloca-se na perspectiva do conhecer, abstraindo-se do tempo e do espaço, na busca do refletir, do explicar, do avisar, do conceituar, do expor ideias para dar a conhecer, para saber associando-se à análise e à síntese de representações (...). Quanto ao tempo referencial, há simultaneidade das situações e o tempo da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior ao tempo referencial. Instaura o interlocutor como ser pensante, que raciocina. (TRAVAGLIA, 1991, p. 49-50)

Concordamos com o autor a respeito do fato de que, na dissertação, o locutor expõe ideias, diz o que sabe acerca de algo. Busca refletir, para fazer saber. As informações valem-se da individualidade ou de acontecimentos da sociedade, das proposições sobre elas e das suas relações. Nesse tipo de texto, é apresentada a linha de raciocínio do produtor, e o interlocutor é

posto como um ser que raciocina, que pensa sobre os fatos. Podemos dizer que o “conhecer” do dissertativo refere-se a um conhecer conceitual, que diz o que é, mas que também envolve a reflexão e o raciocínio, estimulando a razão.

Ao continuar as considerações sobre o texto dissertativo, Travaglia (2009) apresenta dois subtipos para esse tipo: o expositivo e o explicativo. Por várias vezes, é comum verificar o uso dos termos “explicativo” e “expositivo” como sinônimos para categorizar o texto dissertativo. Porém, essa oscilação terminológica pode confundir os que se detêm mais aos termos e menos aos conceitos e às características de cada tipo. Assim, o autor busca caracterizações específicas tanto para o expositivo quanto para o explicativo (lembremo-nos de que ambos apresentam características do tipo dissertativo). No expositivo, entendemos que há a apresentação geral de diferentes formas do saber sem alguma contraposição, sem a necessidade de problematização. Cabem, neste subtipo, as reflexões acerca de um conhecimento. Já no explicativo, compreendemos que existe a apresentação de um ponto incontestável do conhecer/saber, sobre o qual devem ser feitos questionamentos e reivindicadas respostas ou explicações, seguidas de uma conclusão e uma avaliação do problema proposto.

Assim, podemos dividir o dissertativo explicativo em quatro fases:

- a) a fase **constatação inicial**, que introduz um fenômeno não contestável (objeto, situação, acontecimento, ação, etc.);
- b) a fase de **problematização**, em que é explicitada uma questão da ordem do porque ou do como, eventualmente associada a um enunciado de contradição aparente;
- c) a fase de **resolução** (ou de *explicação* propriamente dita), que introduz os elementos de informações suplementares capazes de responder as questões colocadas;
- d) a fase de **conclusão-avaliação**, que reformula e completa eventualmente a constatação inicial. (TRAVAGLIA, 2009, p. 2636, grifos do autor)

Quanto ao texto narrativo, o autor diz que o enunciador está na perspectiva do fazer/acontecer aliado ao tempo, por isso as informações necessárias são os fatos ou os acontecimentos ordenados numa sequência lógica. O interlocutor parece ter apenas o papel de ouvinte.

Travaglia ainda propõe uma divisão entre os textos narrativos: o tipo história e o tipo não história. No primeiro, os episódios precisam estar ordenados de acordo com o tempo do mundo real, prosseguindo para um determinado fim. No segundo, os fatos não precisam ser encadeáveis no tempo em direção a um fim: devem ser vistos como se constituíssem um grande episódio. Na narração, vemos a necessidade da temporalidade; na dissertação, não.

Sobre os textos descritivos, é apresentado o enunciador na perspectiva do espaço em seu conhecer. Nesse tipo de texto, são mencionadas características e detalhes do objeto analisado,

o que transforma o interlocutor em espectador. Notamos que, na descrição, a perspectiva do enunciador é a do conhecer, mas na perspectiva do espaço/objeto, indicando pormenores dele, ou seja, trata-se de um conhecimento visual, sensorial.

Vimos que, na narração, ocorre a noção de “temporalidade” e, na descrição, dá-se a relação de simultaneidade de propriedades num dado momento. Já na dissertação, vimos a predominância de um ponto de vista em que o tempo e o espaço não são levados em consideração.

Quanto à injunção, Travaglia (1991, p. 49-50) relata que

O enunciador se coloca na perspectiva do fazer posterior ao tempo da enunciação. Em relação ao objeto de dizer na injunção diz-se a ação requerida, desejada, diz-se o que/ou como fazer; incita-se à realização de uma situação; instaura o interlocutor como aquele que realiza aquilo que quer, ou se determina que seja feito, aquilo que se deseja que seja feito ou aconteça.

Na injunção, o interlocutor está na condição de realizar a ação proposta pelo enunciador; na narração, o interlocutor parece ter o papel apenas de ouvinte; na descrição, o interlocutor é um espectador; e, por fim, na dissertação, como já foi dito, ele é posto como um ser que pensa sobre os fatos.

Travaglia (1991, p. 51) aponta que narração e injunção representam discursos da ordem do fazer (ações) e do acontecer (fatos, fenômenos), ao passo que descrição e dissertação não representam essencialmente discursos da ordem do fazer e do acontecer – embora tais características apareçam nesses textos, não são suficientes para identificá-los. Por essa razão, “a descrição é essencialmente o discurso do ser e do estar, e que a dissertação é o discurso do ser”.

Um traço ou marca raramente é exclusividade de um tipo de texto, porém, para determinar um tipo é preciso “levantar marcas formais e referi-las, correlacioná-las a determinada(s) propriedade(s) discursiva(s)” (TRAVAGLIA, 1991, p. 36), verificando a condição de produção e como ela funciona na interlocução. As marcas só caracterizam tipos em sua relação com as propriedades.

Quadro 6 – Propriedades básicas de descrição, dissertação, injunção e narração

	Descrição	Dissertação	Injunção	Narração
Perspectiva do enunciador/ produtor do texto	Enunciador na perspectiva do espaço em seu conhecer.	Enunciador na perspectiva do conhecer, abstraindo-se do	Enunciador na perspectiva do fazer posterior ao	Enunciador na perspectiva do fazer/acontecer inserido no tempo.

		tempo e do espaço.	tempo da enunciação.	
Objetivo do enunciador	O que se quer é caracterizar, dizer como é.	Buscam-se o refletir, o explicar, o avaliar, o conceituar. Procura-se expor ideias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações.	Diz-se a ação requerida, desejada, diz-se o que e/ ou como fazer; incita-se à realização de uma situação.	O que se quer é contar, dizer os fatos, os acontecimentos, entendidos como os episódios, a ação em sua ocorrência.
Forma como se instaura o interlocutor	Como um <i>voyeur</i> do espetáculo.	Como ser pensante, que raciocina.	Como aquele que realiza aquilo que se requer ou se determina que seja feito, aquilo que se deseja que seja feito ou aconteça.	Como assistente, espectador não participante, que apenas toma conhecimento se inteira do(s) episódio(s) ocorrido(s).
Tempo referencial (o tempo da ocorrência no mundo real em sua sucessão cronológica)	Simultaneidade das situações.	Simultaneidade das situações.	Indiferença à simultaneidade ou não das situações.	Não simultaneidade das situações, portanto, sucessão.
Tempo da enunciação (o momento da produção/recepção do texto, que pode ou não coincidir com o referencial)	Pode haver ou não coincidência entre o tempo da enunciação e o referencial: o da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior.	Pode haver ou não coincidência entre o tempo da enunciação e o referencial: o da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior.	O tempo referencial é sempre posterior ao da enunciação.	Pode haver ou não coincidência entre o tempo da enunciação e o referencial: o da enunciação pode ser posterior, simultâneo ou anterior.

Fonte: TRAVAGLIA, 2002, p. 210.

Observamos que dissertar está no âmbito do explicar, do apresentar ideias a partir de um ponto de vista. Consideramos produtivo apresentar, nesta parte do trabalho, as explicações referentes à narração, à descrição e à injunção, pois, dessa forma, podemos analisar o que é o texto dissertativo por meio da comparação dele com esses outros tipos de textos.

Ao levarmos em consideração que o texto dissertativo é o esclarecimento de algum assunto, podemos entender as marcas do oral e as marcas de subjetividade que nele se fazem presentes, isto é, mesmo sendo um texto formal, ainda assim, é possível o aparecimento da

oralidade e das marcas de envolvimento nele, uma vez que a oralidade, na dissertação, geralmente está inserida no momento em que o autor do texto deixa transparecer o próprio ponto de vista em relação ao que se está sendo discutido. Dessa forma, acreditamos que o papel do oral na dissertação seja marcar a opinião do autor em relação ao assunto que está em discussão.

2.3 A proposta tipológica conforme Marcuschi e Werlich (1973) apud Marcuschi 2005

Marcuschi (2005, p. 22) traz a ideia de que a expressão “tipo textual” é utilizada “para designar uma espécie de sequência teoricamente definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)”. O autor enumera os tipos textuais em uma quantidade limitada de categorias conhecidas, como: narração, argumentação, exposição, descrição e injunção. Para ele, os tipos são definidos por propriedades linguísticas internas, ou seja, identificar as sequências linguísticas típicas é ação norteadora para a definição de um tipo. Entendemos como “sequências linguísticas” os aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas etc. Assim, o autor apresenta-nos as seguintes características para tipos textuais:

1. constructos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas;
2. constituem sequências linguísticas ou sequências de enunciados no interior dos gêneros e não são textos empíricos;
3. sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal;
4. designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição. (MARCUSCHI, 2005, p. 23)

De acordo com a primeira observação, entendemos que o tipo é uma categoria linguística paradigmática, pois suas características servem de modelo para a realização de textos. Desse modo, não existe texto que não seja formado por um tipo ou uma sequência tipológica.

Um dos aspectos básicos dos tipos textuais é o fato de serem definidos por seus traços linguísticos predominantes. Por isso, conforme Marcuschi (2005, p. 27) “um tipo textual é dado por um conjunto de traços que formam uma sequência e não um texto”. Quando nomeamos um certo texto como narrativo, descritivo ou argumentativo, levamos em consideração o predomínio de um tipo de sequência-base. Nessa perspectiva, Marcuschi adapta um trabalho de Werlich (1973) que propõe uma matriz de critérios para as estruturas linguísticas formadoras da base de textos.

Quadro 7 – Estruturas linguísticas formadores de bases de textos

Bases temáticas	Exemplos	Traços linguísticos
1. Descritiva	“Sobre a mesa havia milhares de vidros.”	Este tipo de enunciado textual tem uma estrutura simples com um verbo estático no presente ou no imperfeito, um complemento e uma indicação circunstancial de lugar.
2. Narrativa	“Os passageiros aterrissaram em Nova York no meio da noite.”	Este tipo de enunciado textual tem um verbo de mudança no passado, um circunstancial de tempo e lugar. Por sua referência temporal e local, este enunciado é designado como indicativo de ação.
3. Expositiva	(a) “Uma parte do cérebro é o córtex.” (b) “O cérebro tem 10 milhões de neurônios.”	Em (a), temos uma base textual denominada <i>exposição sintética pelo processo da composição</i> . Aparecem um sujeito, um predicado (no presente) e um complemento com um grupo nominal. Trata-se de um enunciado de identificação de fenômenos. Em (b) temos uma base textual denominada <i>exposição analítica pelo processo de decomposição</i> . Também é uma estrutura com um sujeito, um verbo da família do verbo “ter” (ou verbos como: “contém”, “consiste”, “compreende” e um complemento que estabelece com o sujeito uma relação parte-todo. Trata-se de um enunciado de ligação de fenômenos.
4. Argumentativa	“A obsessão com a durabilidade nas Artes não é permanente.”	Tem-se aqui uma forma verbal com o verbo “ser” no presente e um complemento (que no caso é um adjetivo). Trata-se de um enunciado de atribuição de qualidade.
5. Injuntiva	“Pare!”, “seja razoável!”	Vem representada por um verbo no imperativo. Estes são os enunciados incitadores à ação. Estes textos podem sofrer certas modificações significativas na forma e assumir, por exemplo, a configuração mais longa, na qual o imperativo é substituído por um “deve”. Por exemplo; “Todos os brasileiros na idade de 18 anos do masculino devem comparecer ao exército para alistarem-se.”

Fonte: WERLICH *apud* MARCUSCHI, 2005, p. 28.

Sobre o Quadro 7 Marcuschi (2005, p. 28) apresenta-nos uma clara explicação:

Um elemento central na organização de textos narrativos é a sequência temporal. Já no caso de textos descritivos predominam as sequências de localização. Os textos expositivos apresentam o predomínio de sequências analíticas ou então explicitamente explicativas. Os textos argumentativos se dão pelo predomínio de sequências contrastivas explícitas. Por fim, os textos injuntivos apresentam o predomínio de sequências imperativas.

Notamos que, entre as classificações tipológicas do quadro exposto logo acima e as de Travaglia, há muitas semelhanças. Uma pequena diferença ocorre com relação a nomenclaturas dos tipos. Travaglia prefere usar o termo “dissertativos”; Werlich e Marcuschi, “*expositivos*.” No entanto, são diferentes em nomenclaturas, mas semelhantes em propriedades: tanto Marcuschi quanto Travaglia se apoiam na ideia de que dissertar está no âmbito do explicar, do refletir e do expor, bem como abstêm-se do tempo e do espaço.

2.4 A proposta tipológica de Koch e Fávero

Koch e Fávero (1987) sugerem que uma Linguística Textual que se proponha a trazer contribuições ao estudo do texto e ao desenvolvimento da competência que o envolve deve apresentar a comparação e a diferenciação entre os tipos textuais como noção fundamental de trabalho. Além disso, as autoras reconhecem que uma tipologia de texto deve estar articulada a uma tipologia do discurso. Dessa maneira, ressaltam que uma tipologia do discurso está relacionada às condições de produção e às formações discursivas em que estão inseridas.

Tais tipologias discursivas estão relacionadas *à existência de instituições* (discurso político, jurídico, religioso etc.), *a domínios do saber* (discurso filosófico, científico, político e jornalístico – que são variações do primeiro), e *à tipologia da antiga retórica* (discurso deliberativo, epidítico, judiciário). Já as tipologias de texto levam em conta os esquemas conceituais cognitivos, as características formais e os meios linguísticos utilizados por interlocutores para realizar suas intenções comunicativas.

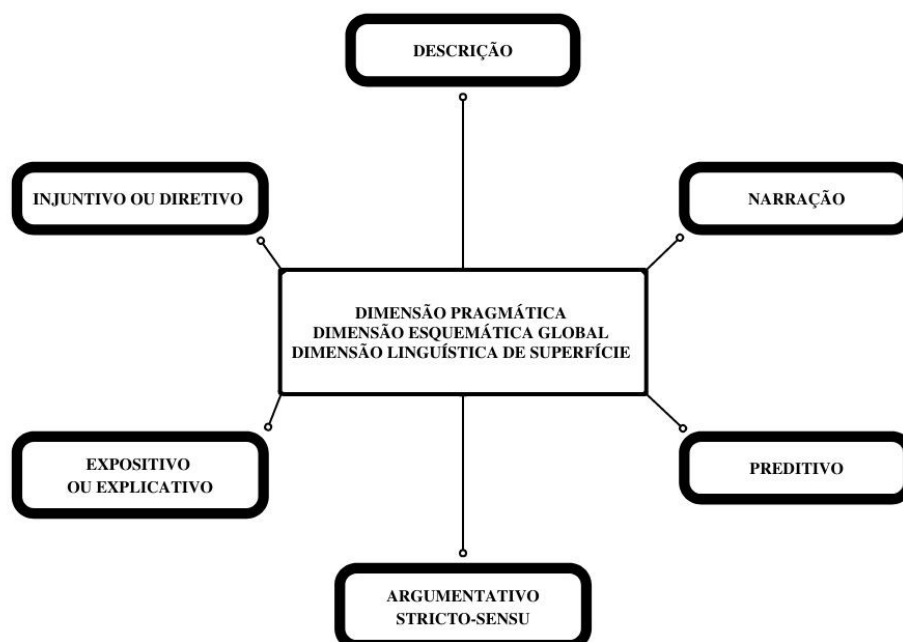
Com base na Linguística Textual, as autoras destacam que, para os estudos dos textos, são necessários critérios mais abrangentes, além dos critérios formais e estruturais, ou derivados da retórica, da Sociolinguística ou puramente funcionais. Nesse sentido, elas estabelecem três dimensões interdependentes – aspectos básicos para a diferenciação e a comparação textuais – a saber: a pragmática, a esquemática global (superestrutura) e a linguística (de superfície). Mais especificamente:

- a. dimensão pragmática, que diz respeito aos macroatos de fala [...] que o texto realiza e aos diversos modos de atualização em situações comunicativas;
- b. dimensão esquemática global, ou seja, os modelos cognitivos ou esquemas formais, culturalmente adquiridos [...];
- c. dimensão linguística de superfície, isto é, as marcas (sintáticos/semânticas) encontradas no texto que facilitam ao alocutário o esforço de compreensão, permitindo-lhe formular, a partir delas, hipóteses sobre o tipo de texto. (KOCH; FÁVERO, 1987. p. 5)

Partindo dessa premissa, as pesquisadoras apresentam seis tipos textuais: narrativo, descritivo, expositivo (explicativo), argumentativo *stricto sensu*, injuntivo (ou diretivo) e preditivo. Em cada um deles, enfatizam-se as dimensões pragmáticas, esquemática global e linguística de superfície. As pesquisadoras mencionam que poderiam citar outras categorias, como o conversacional e o retórico (ou poético), mas não se detêm a eles, pois estão inclusos em macrotipos e merecem atenção à parte.

Com base nas dimensões dos seis tipos citados anteriormente, podemos representar a ideia da seguinte forma:

Figura 1 – Proposta tipológica de Koch e Fávero (1987)



Fonte: Adaptado de KOCH; FÁVERO, 1987.

Por ser nosso objeto de estudo, discutimos as três dimensões no interior do expositivo/explicativo. A dimensão pragmática diz respeito aos macroatos de fala, aos diferentes modos como eles se realizam nas diversas situações comunicativas. Por exemplo, o tipo expositivo, ou explicativo, caracteriza-se pelo macroato de afirmar um conceito, explicar; pela atitude comunicativa de fazer saber; e pela sua atualização em manuais didáticos, científicos e obras de divulgação.

Já a dimensão esquemática global refere-se a aspectos cognitivos ou formais culturalmente adquiridos conforme a noção de “superestrutura” de Van Dijk (1978) citada pelas autoras. Dessa forma, a dimensão esquemática dessa categoria é formada por uma superestrutura expositiva que garante a análise ou a síntese de representações conceituais e ordenação lógica. Apresenta também as seguintes categorias: via dedutiva, via indutiva, e via dedutivo-indutiva. Na via dedutiva, partimos da generalização para a especificação; na via indutiva, da especificação para a generalização; e, na via dedutivo-indutiva, temos a trilogia generalização – especificação – generalização.

Por fim, a dimensão linguística de superfície refere-se a marcas sintático-semânticas, como tempos e modos verbais, articuladores e outras características definidoras de cada tipo. Assim, a dimensão linguística de superfície para o expositivo ou explicativo atrela-se aos conectores de tipo lógico, aos tempos verbais, ao mundo comentado, à presença do interdiscurso e à hipotaxe predominante.

O estudo tipológico apresentado por Koch e Fávero (1987) parece-nos bastante esclarecedor, instrutivo e, ao mesmo tempo, teoricamente fundamentado. Após a análise das propostas tipológicas apresentadas por elas, por Travaglia e por Werlich (*apud* Marcuschi) e Marcuschi, entendemos que cada proposta apresenta características relevantes para o entendimento da língua. De maneira resumida, o quadro a seguir informa as comparações existentes entre tais propostas.

Quadro 8 – Comparação das propostas tipológicas

Autores	Tipos de textos					
	Narração	Descrição	Dissertação	Injunção	Argumentação	Preditivo
Travaglia	x	x	x	x	x (apresenta a argumentação em uma perspectiva diferente da dissertação)	x (apresenta o texto preditivo em uma perspectiva diferente da dissertação)
Marcuschi	x	x	x (apresenta o nome “exposição” para a dissertação)	x	x	

Werlich <i>apud</i> Marcuschi	X	X	X (apresenta o nome “exposição” para a dissertação)	X	X	
Koch e Fávero	X	X	X (apresenta o nome “expositivo”, ou “explicativo”, para a dissertação)	X (usa também o termo “diretivo” para a injunção)	X (argumentativo <i>stricto sensu</i>)	X

Fonte: Elaborado pela autora.

2.5 A dissertação conforme Othon Garcia e alguns manuais didáticos

Conforme o dicionário Aurélio (2010, p. 259-260), a palavra “dissertação” – originária do latim *dissertationis* –, significa “exposição desenvolvida de matéria doutrinária, científica ou artística; exposição de matérias estudadas.” Apresentamos, nesta seção, conceitos de “dissertação” encontrados em alguns manuais didáticos. Antes, porém, referenciamos a Garcia (2010 [1967], p. 379-380), que conceitua o termo como “nome que se designa a exposição ou explanação de ideias”. O autor ainda faz distinção entre “argumentar” e “dissertar”:

Nossos compêndios e manuais de língua portuguesa não costumam distinguir a dissertação da argumentação, considerando esta apenas “momentos” daquela. No entanto, uma e outra têm características próprias. Se a primeira tem como propósito principal expor ou explicar, explicar ou interpretar ideias, a segunda visa sobretudo a convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou ouvinte. Na dissertação, expressamos o que sabemos ou acreditamos saber a respeito de determinado assunto; externamos nossa opinião sobre o que é ou nos parece ser. Na argumentação, além disso, procuramos principalmente formar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a razão está conosco, de que nós é que estamos de posse da verdade. Na dissertação podemos expor, sem combater, ideias de que discordamos ou que nos são indiferentes. Um professor de filosofia pode fazer uma explanação sobre o existencialismo ou o marxismo com absoluta isenção, dando dessas doutrinas uma ideia exata, fiel, sem tentar convencer seus alunos das verdades ou falsidades numa ou noutra contidas, sem tentar formar-lhes a opinião, deixando-os, ao contrário, em inteira liberdade de se decidirem por qualquer delas. Mas, se, por ser positivista, fizer a respeito da doutrina de Comte uma exposição com o propósito de influenciar seus ouvintes, de lhes formar a opinião, de convertê-los em adeptos de positivismo, com o propósito, enfim, de mostrar ou provar as vantagens, a conveniência, a verdade, em suma, da filosofia comtista — se assim proceder, esse professor estará argumentando. Argumentar é, em última análise, convencer ou tentar convencer mediante a apresentação de razões, em face da evidência das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente.

No que se refere à não distinção entre os vocábulos “argumentar” e “dissertar” nos manuais didáticos, mencionada pelo autor, realizamos uma busca em alguns desses materiais, a fim de verificarmos se essa realidade ainda se faz presente.

As autoras Cassia Garcia de Souza e Márcia Paganini Cavéquia, na coleção *Linguagem: criação e interação – 8ª série* (2002, p. 71), conceituam texto dissertativo da seguinte forma:

O texto dissertativo caracteriza-se por apresentar a exposição de uma ideia, um conceito ou um ponto de vista sobre um determinado assunto. Além disso, é desenvolvido a partir de uma ideia central, sendo baseado em argumentos lógicos. Para fundamentar a ideia central, o autor pode utilizar em sua argumentação recursos diversos, como exemplos, comparações, dados estatísticos. Na conclusão desse tipo de texto, são sintetizadas as ideias desenvolvidas nos parágrafos anteriores e confirmada a ideia central.

A autora Leila Lauar Sarmento, na obra *Oficina de redação*, no volume do 8º ano (2007, p. 194), assim se pronuncia: “o texto dissertativo é também chamado de expositivo, apresenta ou expõe informações, conhecimentos, e não opiniões que visem persuadir o leitor”. No mesmo volume, Sarmento deixa clara a existência do texto dissertativo-argumentativo, conceituando-o da seguinte maneira: “o texto dissertativo-argumentativo é aquele que expõe ideias e, ao mesmo tempo, tenta convencer o interlocutor da validade delas. Apresenta uma tese (opinião central) sustentada por argumentos”.

Ainda é válido apresentar o que Pacheco (1988, p. 2) diz sobre dissertação: “o texto dissertativo é aquele que expressa uma tese (o que se quer provar), um ponto de vista sobre determinado assunto, apoiado em dados, fatos, argumentos”.

Não apenas nas escolas, mas em diversas outras situações, as pessoas deparam-se com a necessidade de dissertar. São situações em que se faz necessária a exposição de ideias, isto é, falar ou escrever o que se pensa ou se sabe sobre determinado tema. Nesse sentido, observamos que há, nos livros didáticos, uma divergência entre os conceitos de “dissertação”. Para uns autores, dissertar é apenas expor ideias, ao passo que, para outros, é possível também a imposição de um ponto de vista no texto dissertativo. Em alguns conceitos, ocorre a junção de dissertar e argumentar, mas em outros não.

Assim, observamos que, no que diz respeito à concepção desses autores, o conceito de “dissertação” parece ficar confuso. De um lado, dissertar é explanar um ponto de vista e defendê-lo; de outro, é expor, explicar uma ideia – texto expositivo. Além disso, pode também ser chamado de “dissertativo-argumentativo” quando tenta persuadir o interlocutor.

De fato, constatamos que os manuais analisados apresentam, de forma confusa, os conceitos de “dissertar”. Concordamos, pois, com Garcia ao dizer que nem sempre os conceitos de “dissertar” e “argumentar” são apresentados de forma clara nos livros didáticos.

2.6 A dissertação na visão de Koch e Fávero

Para esclarecer essa ideia, baseamo-nos em Koch e Fávero (1987, p. 9), que ressaltam: “argumentatividade está presente em todos os tipos de textos, de modo mais ou menos intenso, mais ou menos explícito”. Essa noção mostra-nos um aspecto relevante para o bom entendimento dos textos, aspecto esse que pode ter como base o próprio uso da linguagem adotada e os efeitos de sentido causados por ela, dificultando, assim, a questão de texto neutro ou imparcial.

Partindo do princípio de que, a todo momento, discutimos, debatemos e solicitamos (algo ou a alguma coisa), podemos dizer que o ser humano é um argumentador nato. Não é válido dizer que não sabemos argumentar, pois, na escola, em casa e no trabalho, as pessoas argumentam. Na escola, por exemplo, podemos questionar sobre o uso ou não de uniformes. Em casa, podemos persuadir os pais. No mundo profissional, podemos apresentar um motivo para solicitação de benefícios profissionais. Desse modo, a troca de informações e a tomada de posição referem-se à argumentação.

Fundamentados nas pesquisas de Koch (2011 [1984]), entendemos que a argumentatividade está presente nos mais variados tipos de textos. Por exemplo, uma carta de reclamação, uma dissertação ou até mesmo uma narração podem apresentar uma base argumentativa. Dessa forma, notamos um enfraquecimento da distinção entre o que se convencionou chamar tradicionalmente de “dissertação” e de “argumentação”, “visto que a primeira teria de limitar-se, apenas, à exposição de ideias alheias, sem nenhum posicionamento pessoal (KOCH, 2011 [1984], p. 17)”. Koch ainda ressaltava que a simples escolha de opiniões a serem reproduzidas já indica a tendência a uma certa ideologia ou teoria. Por isso, não há discurso neutro. Por essa razão, consideramos a dissertação como tipo textual de base argumentativa. Esse será, portanto, o conceito que norteará nosso trabalho. Ainda ressaltamos a não existência de tipos puros de textos, mas eles podem se mesclar.

2.7 A estrutura do texto dissertativo

2.7.1 A estrutura do texto dissertativo segundo Koch e Elias

Koch e Elias (2020 [2016]) basearam-se numa sequência já bem conhecida de texto dissertativo: introdução, desenvolvimento e conclusão. Quando escrevemos algo, sempre pensamos e nos perguntamos por onde ou qual seria o melhor caminho. As autoras partem do princípio de que conhecimento de língua, de mundo e de texto é essencial para o desenvolvimento do *projeto de dizer*. Afinal, não é possível escrever sobre um assunto que não se conhece. Por isso, a leitura é imprescindível para a aquisição de argumentos que podem ser utilizados nas produções escritas.

Outro aspecto abordado por elas refere-se ao exercício de planejar o que será escrito. Quando vamos a um lugar desconhecido, procuramos saber como chegar até lá, quais as condições das rodovias que nos levam até ele, e assim por diante. Com relação à produção, textual não é diferente. Precisamos elaborar um projeto de texto, e, para essa fase, é importante entender o objetivo da escrita, o tema, o leitor – o que o leitor já sabe sobre o assunto, o que não sabe e o que precisa ser explicado. Koch e Elias (2020 [2016], p. 61) ressaltam “atenção aos sujeitos envolvidos na interação, aos objetivos em jogo, aos conhecimentos compartilhados, enfim, ao contexto”. Destarte, é de suma importância planejar a escrita.

Sobre as partes de um texto, podemos dizer que, na introdução, é apresentada uma ideia-núcleo. Ela desencadeia o assunto, dá o ponto de partida para o desenvolvimento do texto. Na introdução, precisamos deixar bem claro o que será discorrido ao longo da dissertação. É conveniente a formulação de uma tese que deverá ser justificada ou provada ao longo do texto. Para o início de uma dissertação, as autoras sugerem estratégias como apresentar fatos, fazer uma declaração inicial, contar uma história, estabelecer relações entre textos, lançar perguntas, estabelecer comparações, apresentar uma definição, entre outras.¹

No desenvolvimento, o escritor precisa confirmar, justificar, exemplificar o que foi usado como ideia-núcleo na introdução do texto. É necessário usar e aplicar conceitos de várias áreas do conhecimento para que a ideia seja válida. Nesse sentido, as autoras sugerem as seguintes estratégias de desenvolvimento: fazer perguntas e elaborar respostas, indicar argumentos favoráveis e argumentos contrários, tecer comparações e exemplificar.

Já na conclusão, é feita uma avaliação final de tudo o que foi exposto durante o desenvolvimento do texto. Geralmente são usadas expressões como “assim”, “portanto”, “deste modo”, apresentando um resumo, uma retomada do que foi dito na introdução, possibilitando

¹ Koch e Elias (2020 [2016], p. 179) seguem afirmando que, no texto, “o espaço maior é reservado para o sujeito que pensa, que produz, que cria, que é essencialmente um estrategista”. Porém, esse processo não surge naturalmente, é, ao contrário, fruto de uma bagagem construída ao longo da história do escritor do texto, enquanto leitor, enquanto cidadão no mundo.

ao texto uma confirmação da ideia-base. As pesquisadoras também destacam algumas estratégias para concluir um texto, tais como: elaborar uma síntese, apresentar soluções para um problema, fazer uma remissão a textos ou fazer uma pergunta retórica.

De modo convencional, é desta forma que a dissertação é estruturada: introdução, desenvolvimento e conclusão.

2.7.2 A estrutura do texto dissertativo em manuais didáticos

Nesta subseção, mostramos o modo como a estrutura da dissertação é apresentada em três manuais didáticos, a saber: o de Pacheco (1988), o de Souza e Cavéquia (2002) e o de Sarmiento (2007). Em seus materiais, todos eles enfatizam a sequência clássica: introdução, desenvolvimento e conclusão. A seguir é possível observar as características próprias e delimitadas em cada uma das partes definidas pelos autores em questão.

- **Introdução:** Sarmiento (2007, p. 200) diz que, na introdução, “[...] se apresentam o assunto e, muitas vezes, a tese ou ideia principal, que será defendida ao longo do texto”. Souza e Cavéquia (2002, p. 71) não dizem algo muito diferente, mas acrescentam que, “a partir da ideia principal, as outras ideias e os demais parágrafos são desenvolvidos, com o objetivo de fundamentá-la, explicá-la ou prová-la.” Os autores também indicam que a introdução deve apresentar, de maneira clara, o assunto a ser discorrido e sugerem que a introdução seja feita em um parágrafo. Pacheco (1988, p. 57) sugere uma proposta diferente: pensar na introdução após o desenvolvimento. Segundo o autor, o escrevente pode correr o risco de “propor na introdução uma abordagem que acaba não sendo cumprida”.
- **Desenvolvimento:** Sarmiento (2007) revela ser o lugar em que se mencionam os argumentos que fundamentam a tese. Souza e Cavéquia (2002), além de dizerem ser a parte do texto que contém os argumentos, ampliam o conceito, destacando que o desenvolvimento precisa ser organizado e coerente com a ideia-base exposta na introdução e seguir uma linha de raciocínio, a fim de que o escrevente construa a defesa de seu ponto de vista sobre o problema em questão. Pacheco (1988), por sua vez, diz que esse segmento do texto corresponde ao desdobramento da ideia central e nele se podem utilizar causa e consequência, tempo e espaço, comparação e contraste, enumeração e exemplificação.

- **Conclusão:** de acordo com Sarmiento (2007), é o resumo do que foi dito e pode apresentar uma solução para o problema abordado ou indicar novos caminhos. Souza e Cavéquia (2002) concordam com o primeiro autor e acrescentam que é nessa parte que o ponto de vista do autor sobre o assunto é reforçado. Para Pacheco (1988, p. 63), “um texto não pode terminar quando todas as ideias foram expostas.” Assim, o autor, propõe a elaboração de um parágrafo final que “amarre” as ideias apresentadas, reforçando e sintetizando a tese inicial.

De modo geral, essa é a forma como vem sendo apresentada a estrutura do texto dissertativo nos manuais didáticos.

2.8 A organização do texto dissertativo conforme Siqueira

Siqueira (1997) traz explicações a respeito das partes constitutivas do texto dissertativo: introdução, desenvolvimento e conclusão. Esses itens geralmente são tratados em livros didáticos de maneira não muito produtiva, mas o referido autor traz contribuições significativas a respeito desse assunto.

Para a introdução, Siqueira (1997) traz a ideia de ancoragem, ou seja, apoiar-se em algo. O assunto no texto dissertativo pode estar ancorado de quatro formas: (1) a partir de um saber partilhado, que pode ser implícito ou explícito; (2) a partir de fatos e ou dados observados; (3) a partir de citação (ões) e; (4) a partir de problema (s) detectado (s).

De acordo com o autor, a função da introdução no texto dissertativo é dar ancoragem à abordagem proposta e à opinião elaborada pelo autor para o assunto em questão. A obra nos apresenta que dissertar é apresentar opinião própria, individual, subjetiva acerca de algum assunto.

Ainda referente à introdução, vimos alguns critérios para a formulação de conceitos que seriam a seletividade, substituição, similaridade e constatação. Com relação à formulação de conceitos, vimos que, ao estar diante de uma nova aprendizagem, não é comum termos uma posição de neutralidade, mas assumirmos uma postura avaliativa ou pessoal.

Com base nessas informações, entendemos que para uma introdução suficiente, primeiro decidimos um tipo de ancoragem, depois formulamos um conceito seguindo os critérios acima mencionados e, assim, estabelecemos uma relação entre a ancoragem e a formulação do conceito. Tal relação se dá por associatividade, complementariedade, contrariedade e incompatibilidade.

Com relação ao desenvolvimento do texto, Siqueira trata a argumentação como um processo comunicativo entre dois sujeitos. Além disso, ressalta que o procedimento argumentativo não é uma característica apenas do texto dissertativo, mas sim uma característica inerente à própria linguagem.

O autor enfatiza o procedimento argumentativo como um recurso do qual o autor lança mão para justificar a opinião formulada. Assim, existe uma estreita relação entre a ancoragem, o procedimento argumentativo e a opinião formulada.

Para o desenvolvimento podemos ter uma argumentação eficaz ou falaciosa dependendo dos recursos argumentativos escolhidos pelo autor para justificar a opinião elaborada. Na argumentação eficaz, temos justificativas adequadas à opinião do autor. Percebemos que elas podem levar o outro a entender a opinião e até a aceitá-la. Na argumentação falaciosa, temos justificativa rasas, imprecisas em relação à opinião formulada.

O autor apresenta os seguintes itens como recursos argumentativos eficazes para a formulação de opiniões: a exemplificação, a explicitação, a enumeração e a comparação. Esses podem ser assim desenvolvidos: (A) a exemplificação: por meio de hierarquização, dados estatísticos, apresentação de causas; (B) a explicitação: por meio de definição ou interpretação; (C) a enumeração: por sequenciação de tempo ou de lugares e; (D) a comparação: por meio de analogia ou contraste.

Para a conclusão do texto, Siqueira (1997, p. 59) afirma que ela é “decorrente da ancoragem proposta, da opinião formulada e dos recursos argumentativos apresentados”. Dessa forma, a conclusão pode ser proposta a partir de uma síntese, de uma agregação, de uma inferência ou de uma relação de causa e consequência.

A conclusão por meio de uma síntese resume as informações apresentadas no texto, geralmente, retoma uma palavra ou uma ideia mencionada anteriormente. A conclusão por agregação, diferentemente, da síntese, não retoma, mas junta as informações citadas, formando, assim, uma ideia final. A conclusão por inferência se efetiva por meio de levantamento de hipóteses, deduções a serem confirmadas. E a conclusão por relação de causa e consequência baseia-se em um fato, uma atitude e a partir disso apresenta os resultados.

Durante a produção de um texto precisamos levar em consideração o uso dos marcadores sintático-argumentativos. De modo geral, na escola, aprendemos apenas as conjunções como sendo as responsáveis pela elaboração de sentido nas construções textuais. Porém, outras classes gramaticais e conjuntos de palavras analisados dentro do texto exercem essa função argumentativa.

Assim, o autor apresenta de forma sugestiva, com o intuito de dar uma orientação genérica, uma relação de marcadores sintático-argumentativos que podem ser usados para a ancoragem, para a formulação de opinião, para os recursos argumentativos e para a conclusão.

Também encontramos a importância do planejamento sintético, pois planejar o texto permite melhor elaboração dele mesmo. Ou seja, facilita o percurso expansivo, evita redundância, digressão e outros problemas que possam comprometer a clareza do texto.

Para a análise das marcas do oral nos textos dissertativos produzidos pelos alunos, utilizamos os conceitos apresentados por Siqueira. Esses serão os critérios que nortearão a nossa análise. A forma elucidativa e sólida como Siqueira apresenta a estrutura do texto dissertativo nos permite verificar como as marcas de oralidade são inseridas no texto e quais implicações essas ocorrências podem trazer para o texto escrito.

2.9 Retomada de conceitos

Abordamos, neste capítulo, algumas teorias que norteiam os estudos sobre tipologia textual. Travaglia (1991, 2002, 2009) apresenta o texto dissertativo segmentando-o em dois subtipos: o expositivo e o explicativo. Como já mencionado, o expositivo apresenta as reflexões de um saber, sem a necessidade de contrapor ou problematizar algo, ao passo que, no explicativo, na visão do autor, é preciso propor um ponto questionável. Ele, inclusive, apresenta quatro fases para a elaboração desse texto: constatação inicial, problematização, resolução e conclusão.

Concordamos com o autor sobre o texto dissertativo apresentar duas vertentes; vemos, inclusive, ser esse um pensamento solidificado, uma vez que o dissertativo-explicativo (acreditamos ser essa a nomenclatura correspondente para “dissertativo-argumentativo”) é muito solicitado em vários exames nacionais de redação. Isso indica que há, de certa forma, uma aceitação dessa teoria, isto é, há textos dissertativos que podem apenas refletir sobre algo, e há outros que também apresentam um ponto de vista do produtor do texto.

Vimos também a tabela de Werlich, citada por Marcuschi (2005), na qual o texto expositivo aparece na forma de exposição sintética – explicação superficial – e exposição analítica – explicação detalhada sobre um tema. Nessa proposta, há, do mesmo modo, a indicação de duas vertentes para o texto expositivo.

Outra linha de pensamento é a de Koch e Fávero (1987), em que os tipos de textos são orientados por três dimensões: a pragmática, a esquemática global e a linguística de superfície. No âmbito da dimensão pragmática, ao texto dissertativo cabe afirmar um conceito, explicar

por meio do fazer saber e da utilização de materiais didáticos e de outros recursos. No âmbito da dimensão esquemática global, é da alçada dele apresentar conceitos com ordenação lógica e também as vias dedutivas, indutiva e dedutivo-indutiva. Logo após, percebemos uma clara explicação das autoras quanto à presença da argumentatividade em diversos tipos de textos, ou seja, sempre argumentamos nas diversas situações comunicativas. Já no âmbito da dimensão linguística, são próprios do texto dissertativo o uso de conectores do tipo lógico, a predominância da subordinação e o uso formal da língua.

Após estudarmos as teorias que norteiam os tipos de textos, entendemos que elas se complementam em vários aspectos. Concluímos que as principais características da dissertação são a exposição e a explicação de uma ideia ou de um conceito. Concordamos também com a corrente filosófica de Koch e Fávero, que vê o texto dissertativo como sendo de base argumentativa e organizando-se na divisão clássica introdução, desenvolvimento e conclusão. Assim, apoiamo-nos nos estudos das autoras para embasar os nossos estudos sobre o tipo dissertativo.

Partindo do pressuposto de que analisamos as marcas de oralidade em textos dissertativos produzidos por alunos em idade regular do ensino básico, fizemos, no capítulo três, uma análise de como ocorrem as marcas de oralidade na organização do texto dissertativo.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO *CORPUS*

O desenvolvimento psíquico, que começa quando nascemos e termina na idade adulta, é comparável ao crescimento orgânico: como este, orienta-se, essencialmente, para o equilíbrio. Da mesma maneira que um corpo está em evolução até atingir um nível relativamente estável – caracterizado pela conclusão do crescimento e pela maturidade dos órgãos –, *também a vida mental pode ser concebida como evoluindo na direção de uma forma de equilíbrio final*, representada pelo espírito adulto.

(PIAGET, 2019, p. 3, grifo meu)

3.1 Apresentação e organização do capítulo

Neste capítulo, apresentamos a análise de 15 redações escolares. Nosso objetivo é verificar como os textos dissertativos se organizam e de que forma as marcas de oralidade estão neles inseridos. Com relação à organização desta parte do texto, inicialmente, fizemos a apresentação de como o *corpus* foi constituído. Em seguida, dividimos a análise em duas seções. Na primeira, detivemo-nos aos aspectos organizacionais do texto dissertativo. Para isso, estabelecemos a relação entre a ancoragem e a opinião formulada, identificamos como se dá a formação de conceito e apontamos como acontece o desenvolvimento dos tópicos. Os estudos de Siqueira (1995), Fávero (1999), Galembeck (2008, 2009) e Jubran (2019) orientaram a nossa análise nesta parte do trabalho. Na segunda, detivemo-nos ao uso das marcas de envolvimento entre parceiros, ao uso dos marcadores de opinião e ao uso dos marcadores conversacionais. Os estudos de Marcuschi (2003) e Melo e Barbosa (2007) subsidiaram a nossa análise no que diz respeito ao quesito marcas de envolvimento.

3.2 Constituição do *corpus*

Entre um universo de 120 redações escolares produzidas, nas aulas de Língua Portuguesa, por alunos do 6º e do 9º anos do Ensino Fundamental II e do 3º ano do Ensino Médio, selecionamos 15 textos que compõem o *corpus* desta pesquisa. A presente pesquisa foi desenvolvida em uma escola da rede particular de ensino localizada na cidade de Tremembé, no estado de São Paulo. A escolha dessa instituição se deu por ser mais acessível à pesquisadora. As redações foram selecionadas com base, unicamente, no critério por amostragem.

Para que os estudantes não fossem expostos, enumeramos os textos de 1 a 15, identificando-os pelo número da redação e pela descrição quanto a que grupo ela pertence. Por exemplo: (REDAÇÃO 01: Grupo 1), (REDAÇÃO 10: Grupo 2), e assim por diante. Fizemos então a seguinte divisão:

Quadro 9 – Identificação dos textos

Grupo	Texto	Ano Escolar
Grupo 1		
	REDAÇÃO 1	6º ano Fund. II
	REDAÇÃO 2	6º ano Fund. II
	REDAÇÃO 3	6º ano Fund. II
	REDAÇÃO 4	6º ano Fund. II
	REDAÇÃO 5	6º ano Fund. II
Grupo 2		
	REDAÇÃO 6	9º ano Fund. II
	REDAÇÃO 7	9º ano Fund. II
	REDAÇÃO 8	9º ano Fund. II
	REDAÇÃO 9	9º ano Fund. II
	REDAÇÃO 10	9º ano Fund. II
Grupo 3		
	REDAÇÃO 11	3º ano Ens. Médio
	REDAÇÃO 12	3º ano Ens. Médio
	REDAÇÃO 13	3º ano Ens. Médio
	REDAÇÃO 14	3º ano Ens. Médio
	REDAÇÃO 15	3º ano Ens. Médio

Fonte: Elaborado pela autora.

Os alunos foram avisados apenas com um dia de antecedência sobre a realização da atividade de escrita e sobre o tema. Para os Grupos 1 e 2, foi selecionada a proposta “Pandemia da intolerância”, tema retirado da 22ª edição do concurso de redação do projeto EPTV² na Escola. Fizemos algumas adaptações, e a proposta assumiu a seguinte forma:

² Ver o site www.eptvnaescola.com.br.

Figura 2 – Proposta de redação aplicada aos alunos do 6º e 9º anos do Ensino Fundamental II

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Após a leitura dos textos motivadores e das discussões em sala de aula, escreva um texto dissertativo em modalidade formal da língua desenvolvendo o tema **"Pandemia da intolerância"**. Pesquise, questione e reflita sobre os males que a intolerância pode causar na sociedade e como podemos agir para aceitar pensamentos e comportamentos diferentes dos nossos, respeitando a diversidade que existe no mundo.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I



TEXTO II

A intolerância na sociedade atual

A intolerância, seja de qualquer espécie - raça, religião, opção sexual, política ou cor - fere a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por isso, todo tipo de preconceito deve ser combatido para, no futuro, haver uma sociedade mais igualitária e livre.

Há intolerância no mundo todo, contudo o Brasil merece certo destaque nesse contexto, pois é um país plural, com diversas crenças, raças e etnias que mantêm tratamento degradante a tantos grupos. No caso do preconceito racial, este está vinculado à submissão do negro ao branco desde a época do Brasil Colônia e perdura até os dias atuais, visto que os negros ainda buscam seu lugar na sociedade. Esta intolerância prejudica a todos, pois provoca atraso no desenvolvimento do país na medida em que esses indivíduos são humilhados e excluídos com frequência.

Para combater a intolerância, a comunidade, através de aulas, palestras e campanhas, deve passar valores de igualdade entre todos, porém respeitando as características e opções de cada indivíduo, sem haver discriminação. Ainda, os preconceituosos ou intolerantes devem ser punidos com leis mais severas. Com essas ações, a intolerância poderá ser erradicada e os países poderão se tornar melhores e mais desenvolvidos.

INSTRUÇÕES:

- O rascunho da redação deve ser feito no caderno do aluno.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas.
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo.

Fonte: Adaptado de: www.eptvnaescola.com.br. Acesso em: 04 nov. 2021.

Já os alunos do 3º ano do Ensino Médio foram submetidos à proposta da redação do Enem 2016 – aplicação 1 –, com o tema “Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”, cuja proposta está a seguir:

Figura 3 – Proposta de redação ENEM 2016 aplicada aos alunos do 3º ano do Ensino Médio

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos;
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

TEXTOS MOTIVADORES

TEXTO I

Em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil e com toda a legislação que assegura a liberdade de crença religiosa às pessoas, além de proteção e respeito às manifestações religiosas, a laicidade do Estado deve ser buscada, afastando a possibilidade de interferência de correntes religiosas em matérias sociais, políticas, culturais etc.

Disponível em: www.mprj.mp.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO II

O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis.

STECK, J. Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. Jornal do Senado. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO III

CAPÍTULO I

Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso | Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo

Art. 208 - Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único - Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência.

BRASIL. Código Penal. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 21 maio 2016 (fragmento).

TEXTO IV

Intolerância Religiosa no Brasil

Fiéis de religiões afro-brasileiras são as principais vítimas de discriminação

Número de denúncias por religião (2011 a julho de 2014)

Afro-brasileira	75
Evangélica	58
Espírita	27
Católica	22
Ateus	8
Judaica	6
Islâmica	5
Outras	15

1

denúncia a cada 3 dias

213

denúncias com religião não informada

20%

dos episódios relatados em 2013 envolveram violência física

12%

dos episódios relatados até jul. 2014 envolveram violência física

Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República | Disponível em: www.110tha.uol.com.br. Acesso em: 31 maio 2016 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Fonte:

https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf. Acesso em: 29 mai. 2022.

3.3 Subdivisões para a análise do *corpus*

3.3.1 Aspectos organizacionais do texto dissertativo

REDAÇÃO 01: Grupo 1

Uma coisa que está muito presente no cotidiano das pessoas e em todos os lugares é a intolerância.

Mas o que é intolerância? A intolerância é um ato de não aceitar, não respeitar opiniões, não aceitar a diferença entre as pessoas, querer que as pessoas hajam e pensem como você.

A tolerância é uma coisa que precisa ser trabalhada entre a sociedade. É preciso ensinar que as opiniões tem que ser respeitadas, e outro tema é a auto-crítica, pois muitas pessoas criticam sem mesmo ter escutado as outras opiniões.

Um desses tipos de intolerância é o racismo. Nele os racistas diminuem a capacidade dos negros sem saber do que eles são capazes. Na minha opinião, se as pessoas comessarem à auto-crítica, a maioria dessa intolerância ia acabar.

A ancoragem do texto é feita em um saber partilhado explícito. Podemos assim entender pois o autor diz que a intolerância “está muito presente no cotidiano das pessoas”, ou seja, está presente no dia a dia delas. Observamos, na ancoragem, o uso do vocábulo “coisa”, que constatamos ser uma marca de oralidade, porque se refere a uma palavra genérica muito utilizada na linguagem informal. Isso revela que a ancoragem em um saber partilhado possibilita o uso de palavras com sentido vazio. Podemos dizer que o uso da linguagem informal foi possível devido ao uso da ancoragem no saber partilhado no início do texto.

Outro exemplo de linguagem informal é o uso inadequado da preposição “entre” em “A tolerância é uma coisa que precisa ser trabalhada entre a sociedade”. Poderíamos reescrever esse trecho da seguinte forma “... que precisa ser trabalhada entre as pessoas” ou “... que precisa ser trabalhada na sociedade”.

O uso do marcador sintático-argumentativo, “mas”, em “Mas o que é a intolerância?”, estabelece uma relação de contrariedade sobre a opinião formulada, sendo esta construída por meio do critério de seletividade. Os recursos argumentativos usados pelo autor para a elaboração do conceito foram a enumeração e a explicitação. Vemos uma enumeração em relação ao conceito de “intolerância” e uma explicitação em relação ao não aceitar. Assim, há no texto um cruzamento argumentativo.

Para o desenvolvimento do texto, o autor utiliza a comparação por contraste ao usar o antônimo da palavra “intolerância”: “a tolerância”. Isso revela uma argumentação consistente, pois vemos justificativas adequadas à opinião formulada pelo autor. Porém, o autor também apresenta uma argumentação falaciosa ao conceituar racistas como sendo aqueles que diminuem a capacidade dos negros (início do 4º parágrafo), e não como sendo aqueles que fazem distinção de raças.

A conclusão do texto, por sua vez, é proposta a partir de uma agregação entre tolerância e intolerância emitindo uma opinião do autor.

Com relação à expansão dos tópicos, no 1º parágrafo da REDAÇÃO 01: Grupo 1, o autor faz uma contextualização sobre o assunto a ser discutido, no caso, a intolerância. No 2º parágrafo, há uma continuidade do tema. O 3º parágrafo inicia-se falando sobre a tolerância, e, logo em seguida, o autor refere-se à realização de autocríticas. Nessa parte do texto, é como se houvesse uma continuidade incorporativa, pois, para que o leitor entenda o raciocínio do texto, é preciso basear-se nas inferências, e não propriamente na retomada do tema.

No 4º parágrafo, vemos um tipo de intolerância – o racismo – que não é desenvolvido, apenas mencionado superficialmente. O procedimento de expansão do tópico por meio de explicitação é bastante recorrente no texto, uma vez que o autor, na maior parte da produção, conceitua “tolerância” e “intolerância”. Vemos também, como sugestão do autor, a realização de autocrítica para o término da intolerância.

Os assuntos são tratados de forma dinâmica como se estivessem sendo realizados numa conversa em que os temas são apresentados à medida em que os falantes vão se lembrando deles, ou seja, sugerem um planejamento local.

REDAÇÃO 02: Grupo 1

Intolerância no Brasil?

Nesses tempos estamos vivendo a pandemia da covid-19, mas você já ouviu falar sobre a pandemia da intolerância? Essa “pandemia” consiste em não respeitar o próximo, não o tolerar. Por que o nome pandemia?

Como a intolerância é algo que afeta o mundo inteiro foi dado este nome metafórico à ela.

Os tipos de intolerância são: religiosa, sexual, racial e política; a coisa que tem de igual em todos é: Não respeitar o próximo por ser diferente.

Aqui no Brasil essa pandemia chegou por volta lá de 1500 com o chamado “descobrimento do Brasil” (aspas porque não tem como o Brasil ser descoberto se já haviam indígenas andando por essas terras antes disso)

Logo depois dos invasores portugueses chegarem ao Brasil já se começou a intolerância religiosa (por que proibiram indígenas e negros de cultuarem seus deuses) e a intolerância racial (escravizaram negros e pretos, os mataram, torturaram e os tratavam como objetos).

Mesmo agora tendo acabado a escravidão ainda existem resquícios de intolerância neste país.

A ancoragem da REDAÇÃO 02: Grupo 1 é feita a partir de uma problematização, e isso é identificado com o uso do sinal de interrogação no título do texto. Essa problematização é resgatada por meio do uso da conjunção adversativa “mas”, no 1º parágrafo, em “mas você já

ouviu falar sobre a pandemia da intolerância?”. Vemos o uso da primeira pessoa do plural marcado no verbo “estamos”, revelando que todas as pessoas têm conhecimento da Covid-19, assim todos estão envolvidos na pandemia. Esse é um recurso argumentativo com base em um testemunho, pois o autor do texto, além de se inserir como um conhecedor da pandemia da Covid-19, deixa claro que todos os seus leitores têm conhecimento do problema detectado.

Verificamos que a relação existente entre a ancoragem e a formulação do conceito se dá por meio da contrariedade. Isso é sustentado por meio das interrogações existentes no texto e marcado linguisticamente pelo uso da conjunção adversativa “mas”. Dessa forma, o autor da REDAÇÃO 02: Grupo 1 mantém a problematização indicada no começo do texto.

Para o desenvolvimento, o autor usa a explicitação como recurso argumentativo. Ela se organiza de três formas: por enumeração, ao apresentar os tipos de intolerância; por explicitação com implicação espacial, revelado pelo uso do advérbio “aqui”, no início do 4º parágrafo; e por explicitação com implicação temporal, revelado pelo uso da locução adverbial “logo que”, no início do 5º parágrafo.

Ainda com relação aos procedimentos argumentativos, notamos uma falácia exposta no 5º parágrafo, na estrutura “por que proibiram indígenas e negros de cultuarem seus deuses”. Ora, não havia negros no Brasil quando os portugueses chegaram ao país, portanto, não há como ter ocorrido escravização deles se ainda não estavam em terras brasileiras.

Observamos que o autor da REDAÇÃO 02: Grupo 1 inicia o texto de maneira que atende adequadamente aos critérios da língua escrita, mas essa característica vai deixando de existir, uma vez que aparece a expressão “chegou por volta lá de 1.500” – expressão típica da oralidade –, e, a partir daí, o texto perde suas características tanto no tratamento conceitual quanto no tratamento escrito da língua.

Para concluir o texto, o autor passa a questionar se, de fato, o Brasil ainda é um país intolerante. Para isso, usa o critério da seletividade, pois cancela os elementos anteriores e chega a uma síntese: “Mesmo agora tendo acabado a escravidão ainda existem resquícios de intolerância nesse país”. A conclusão é proposta pela apresentação dessa síntese.

Quanto ao desenvolvimento dos tópicos, no início da REDAÇÃO 02: Grupo 1, temos a contextualização “Nesses tempos estamos vivendo a pandemia da covid-19”. Vemos que, do primeiro para o 3º parágrafo, há uma continuidade estrita do assunto. Além disso, aparecem, nessa mesma parte, vários exemplos servindo como procedimento de expansão do tópico.

No 4º e no 5º parágrafos, verificamos a expansão do tópico por meio de relações causais, pois o escrevente cita eventos históricos para confirmar o que estava escrito no início do 4º

parágrafo: “Aqui no Brasil essa pandemia chegou com o chamado “descobrimento do Brasil”. Vemos nestes parágrafos uma continuidade estrita do assunto em questão.

A REDAÇÃO 02: Grupo 1 é finalizada com continuidade estrita dizendo que, mesmo tendo se passado tanto tempo, o Brasil ainda permanece com resquícios de intolerância. Ou seja, o tópico em questão foi mantido com retomada estrita do assunto. O texto não foge ao tema, mantendo, assim, a centração tópica, que gira em torno da questão do desrespeito ao outro por ser diferente.

REDAÇÃO 03: Grupo 1

Intolerancia para mim é você não respeitar os outros (Julgar o Livro pela capa). (Exemplo: Você gosta de qual cor? Gosto de laranja, Mas Você Tem gostar de Rosa!!!). Intolerancia também é você, não respeitar as diferenças de outras pessoas (Crença, Raça...). Você não respeitar os gostos e diferenças de Outras pessoas!. Também é ser ignorante com as pessoas. Ter inveja de coisas que outras pessoas tem, Julgar as pessoas pela sua diferença. Não respeitar as pessoas e Querer tudo para si!. Desejar que outras pessoas não sejam felizes, por inveja.

O autor da REDAÇÃO 03: Grupo 1, para discutir o que é intolerância, apoia-se em uma citação de um provérbio popular, colocado entre parênteses. O uso do provérbio popular justifica a subjetividade revelada por meio do pronome oblíquo de primeira pessoa “mim”. Sabemos que essa subjetividade não é adequada para o texto dissertativo, mas acreditamos que a ancoragem em um saber popular propicia o uso da subjetividade.

Ao enunciar a opinião formulada, o autor estabelece uma relação de associatividade, porque ancora a opinião formulada em uma citação, estabelecendo, assim, uma relação de associatividade entre elas.

Para o desenvolvimento do texto, é usada a exemplificação como recurso argumentativo, e isso é revelado pelo vocábulo “exemplo”, na 1ª linha do texto. Também vemos a enumeração, pois é-nos apresentada uma série de ideias sobre o que o autor pensa acerca do que seja a intolerância. No entanto, observamos que o autor se perde nas enumerações, e isso gera uma argumentação falaciosa, pois não há desenvolvimento adequado para sustentar a relação entre a intolerância e a inveja citada no final do texto.

Para concluir o texto, é usada novamente a relação intolerância-inveja. Podemos dizer que o texto termina tentando estabelecer uma relação de causa e consequência.

Quanto ao desenvolvimento dos tópicos, vemos uma sequência de esclarecimentos colocada entre parênteses. Esses esclarecimentos tornam o tópico em andamento mais concreto

ao leitor, uma vez que o escrevente tem a necessidade de ter um interlocutor para quem fazer suas explicações. Notamos uma descontinuidade, por parte do autor, ao inserir as ideias de “ignorância” e de “inveja”, em “também é ser ignorante com as pessoas” e “ter inveja de coisas que outros tem”, pois entendemos que essas características fazem menção a outros problemas, e não à intolerância propriamente dita. Notamos que o texto foi escrito como se estivesse sendo planejado localmente, pois não notamos um planejamento prévio, de modo que os temas estivessem em uma sequência lógica.

REDAÇÃO 04: Grupo 1

Intolerância... Mas o que é isso mesmo; Bom Eu posso não ser um expert nisso, mais posso falar o que eu sei, a intolerância é basicamente não gostar de pessoas, coisas ou opiniões diferentes das suas como ser branco ou negro, alto ou baixo.

Como a idade média se você queria ter algo resolvia na ignorancia, principalmente se eram de uma vila ou um reino diferente do seu.

Principalmente se você mete uma pedrada na cara do outro, isso é pior que tudo... Eu acho?

Mas a lição realmente é ser você mesmo e respeitar o outro, não importa quem seja; Mesmo se for um ogro.

O autor da REDAÇÃO 04: Grupo 1 faz a ancoragem do texto em uma problematização. Vemos o uso inadequado do ponto e vírgula e acreditamos que, no lugar dele, o autor tenha querido utilizar o sinal de interrogação, explicitando um problema-questão.

Ao enunciar a opinião formulada, é estabelecida uma relação de contrariedade entre a opinião e a ancoragem. Essa contrariedade é revelada pelo uso do marcador sintático “mas”, em “mais posso falar o que eu sei”. Notamos também um registro oral na inadequação do advérbio “mais”, que deveria ser substituído por “mas”, para atender ao registro escrito.

Para desenvolver o texto, o autor usa uma argumentação por analogia, pois compara a intolerância da atualidade a uma situação do passado, na Idade Média. Essa comparação é revelada pelo marcador sintático “como”, no início do 2º parágrafo.

Ao utilizar uma argumentação por exemplificação, no 3º parágrafo, é usada uma forma oralizada “você mete uma pedrada na cara do outro”. Isso revela imaturidade escritora, pois representa a inserção da oralidade na organização do texto dissertativo.

A conclusão, por seu turno, é proposta a partir de uma agregação. Nela, é apresentada uma nova ideia: a de aceitar o outro não levando em consideração as características negativas desse outro.

Com relação ao desenvolvimento dos tópicos, o autor inicia com a explicitação de um conceito: o da intolerância. Ele se apresenta como não sendo muito experiente no assunto em questão, por isso usa uma frase de atenuação: “Bom, eu posso não ser um expert nisso, mais posso falar o que sei”. Essa é, claramente, uma marca da fala na escrita.

O texto continua com a apresentação de um exemplo; antes, porém, faz uma contextualização do tema, referindo-se à Idade Média. Vemos também ideias desconexas, revelando a elaboração momentânea do texto. Além disso, temos uma indicação de que o escritor está dialogando com ele próprio ao produzir a expressão “Eu acho...”, no final do 4º parágrafo.

Para finalizar, o autor apresenta uma sugestão em que as pessoas devem ter suas próprias opiniões, mas sempre respeitar a dos outros.

REDAÇÃO 05: Grupo 1

Intolerância... bom.. o que é intolerância?

Intolerância é ser uma pessoa, um ser vivo, que não aceita as diferenças, por exemplo, pensar igual a uma pessoa, ser como ela, se vestir como ela, ter o que ela tem; isso é ser intolerante, julgar o livro pela capa, julgar uma pessoa sem nem se quer conhecê-la, esses exemplos “são bem conhecidos por retratar sobre ser intolerante, a intolerância surgiu quando o homem não aceitou as diferenças, quando o homem não aceitou as diferenças, quando ele discorda de algo que ele não gosta da opinião do outro, mas como não ser uma pessoa intolerante?

bom, todos nós cometemos erros sem nem perceber, mas se nós evitarmos, a chance de sermos intolerantes será bem menos, mas como evitar?

bom, é bem fácil! é só respeitar as diferenças, viu como é fácil evitar a ser uma pessoa intolerante! Cuidado com o que você pensa, ou faz, talvez você possa ser intolerante, mas com a fé em Deus tudo dá certo, mas você tem que se ajudar né. Então lembre-se: evite ser uma pessoa intolerante!

O autor da REDAÇÃO 05: Grupo 1 faz a ancoragem em uma problematização. Isso é revelado por meio do sinal de interrogação no título do texto. Ao formula o conceito, ele utiliza o critério da similaridade, pois associa o conceito de “intolerante” àquele que não aceita as

diferenças , tais como: modo de ser, de se vestir e de pensar. A associatividade é revelada pelo uso do marcador sintático “como” e das expressões “por exemplo”, “esses exemplos”.

Para desenvolver o texto, é usada uma comparação por analogia, por meio do provérbio “julgar o livro pela capa”. É feita também uma comparação por contraste, no final do 1º parágrafo, quando o autor escreve “mas como não ser uma pessoa intolerante?”. Ou seja, até o momento, o autor havia explicado o que seria uma pessoa intolerante, mas, a partir dessa parte, detém-se a explicar como não ser intolerante. Esse recurso argumentativo é revelado pela conjunção adversativa “mas”, no final do 1º parágrafo. Observamos que o “mas” revela a contrariedade e que o ponto de interrogação retoma a problematização do título do texto.

A conclusão é proposta a partir de uma síntese, já que o autor faz um resumo de tudo que havia mencionado.

Com relação ao desenvolvimento dos tópicos, vemos que a REDAÇÃO 05: Grupo 1 inicia com uma explicitação do conceito de “intolerância”. O texto não foge ao tema em questão, mas é apresentado de maneira bem desordenada: há problemas de pontuação, e, de fato, percebemos que não houve um processo enunciativo mais calculado. Isso significa que o escrevente transpôs a escrita para o papel como se estivesse conversando com seu interlocutor e desenvolvendo uma dinâmica tópica interativa.

REDAÇÃO 06: Grupo 2

Pandemia de intolerância

A intolerância é a tendência para não ouvir e não aceitar as ações e opiniões religiosas, políticas, raciais, culturais e muito mais tipos que estão presentes no nosso cotidiano.

Podemos dizer que estamos vivendo em uma “pandemia de intolerância”, por causa que a intolerância já alcançou o mundo inteiro. Eu acho que por conta dos avanços tecnológicos mais por conta das redes sociais, onde você pode falar o que pensa sem nenhuma repreensão. As pessoas começaram a ficar muito mais intolerantes a qualquer opinião ao contrário das opiniões delas.

Acho que essa pandemia de intolerância não vai acabar tão cedo, muitas pessoas ainda são julgadas e desrespeitadas por causa da cor da sua pele, cultura ou por sua religião. Com essa intolerância o nosso país e nosso mundo, nunca vão progredir e sim degredir.

O autor da REDAÇÃO 06: Grupo 2 faz a ancoragem em um saber partilhado revelado pela expressão “no nosso cotidiano”. Tal expressão supõe que os leitores conhecem as

ramificações de intolerância existentes na sociedade – por isso, há a ancoragem em um saber supostamente partilhado.

No 1º parágrafo, vemos dois problemas. O primeiro deles refere-se à lacuna existente em relação ao verbo “ouvir”, em que a expressão “as ações” é usada como seu complemento – não se ouvem ações. O segundo refere-se ainda ao termo “as ações” quando atua como termo interferente, quebrando o paralelismo. Vemos assim, um único complemento para os dois verbos (ouvir e aceitar). As lacunas são próprias da linguagem oral, uma vez que não há preocupação em estabelecer paralelismos na linguagem oral. Assim, não houve preocupação, por parte do autor, em fazer adequações para a modalidade escrita. Uma possível redação para o parágrafo em análise seria: “A intolerância é a tendência para não ouvir e não aceitar opiniões religiosas, políticas, raciais e culturais que interferem nas ações cotidianas das pessoas”.

Para desenvolver o texto, é utilizado o argumento causa e consequência. Porém, encontramos uma ineficácia argumentativa, pois, da forma como está redigido, o texto dá a entender que foram os avanços tecnológicos que propagaram a intolerância. No entanto, essa propagação ocorreu em decorrência da implantação das redes sociais, propiciada pelo avanço tecnológico.

Assim, teríamos o seguinte esquema:

- **Causa:** avanço tecnológico; **consequência:** propiciam redes sociais
- **Causa:** redes sociais; **consequência:** propiciam divulgação da intolerância por meio de comentários ofensivos.

Entendemos que a má elaboração sintática, que representa uma marca de oralidade, repercutiu no enfraquecimento da argumentação.

Para concluir o texto, o autor faz uso da inferência, pois hipotetiza sobre a possibilidade de a intolerância não acabar tão cedo. Ele também faz uso da síntese, apresentando um resumo de tudo o que havia escrito anteriormente, bem como a criação de neologismo “degredir”. Todavia, a predominância na conclusão é a partir de inferência.

Com relação ao desenvolvimento do assunto, podemos ver que a REDAÇÃO 06: Grupo 2 tem início com a explicação do conceito de “intolerância”. No 2º parágrafo, o escrevente faz uso da expansão por justificativa, pois vemos a explicação da expressão “pandemia da intolerância”. Logo em seguida, vemos uma opinião pessoal acerca do assunto.

No 3º parágrafo, permanece a expansão por opinião pessoal, que é seguida de alguns exemplos que indicam continuidade estrita do tópico. Observamos também que o texto não foge ao tema.

REDAÇÃO 07: Grupo 2

O remédio contra a Intolerância

A intolerância é um assunto com o qual estamos tendo que lidar cada dia mais nos dias atuais, isso porque quanto mais presente esta situação se faz na sociedade, mais necessária é a discussão deste assunto, visando encontrar soluções para este male.

Mas afinal, o que é intolerância? Intolerância é qualquer tipo de reação desrespeitosa em relação a opinião de outra pessoa. Esta pode ser demonstrada desde o momento em que alguém se nega a ouvir a opinião do outro, até uma forma mais extrema, como atos de violência entre uma troca de opiniões distintas.

Outra questão a ser discutida é: O que leva uma pessoa a ser intolerante? No meu ponto de vista, a intolerância é uma forma de esconder quão fraca é uma opinião. Suponha-se que alguém gosta de azul e tem certeza de que aquela cor é a melhor opção, não é o fato de alguém gostar de vermelho que vai fazer com que sua opinião se abale ou mude. Mas, se alguém gosta de azul e não tem argumento nenhum para essa escolha, sua opinião é fraca, e para não ter que admitir que, talvez, gostar de azul não seja a melhor opção, a pessoa não vai ouvir a opinião daquele que gosta de vermelho, porque tem medo de que os argumentos de outra pessoa sejam tão bons que a faça mudar de opinião.

A intolerância, em todos os seus aspectos, faz com que a sociedade regreda de forma intelectual, pois não haverá crescimento em uma sociedade sem liberdade de expressão.

Nós, como cidadãos temos que aprender a ouvir e respeitar diferentes opiniões. Ter convicção do que acreditamos talvez seja o melhor remédio no combate à intolerância.

O autor da REDAÇÃO 07: Grupo 2 faz a ancoragem do texto em um saber partilhado. Isso é revelado pelo uso das expressões “nos dias atuais”, “na sociedade”, bem pelo uso do argumento por testemunho revelado por meio da primeira pessoa do plural em “com o qual estamos tendo...”, no início do 1º parágrafo.

Para a formulação do conceito, é usado o critério da problematização, representado por meio do ponto de interrogação no 2º parágrafo. Ao enunciar a opinião formulada, também é usado o critério da problematização. Então podemos dizer que a relação existente entre a ancoragem e a opinião formulada é de complementaridade.

Para desenvolver o texto, o autor usa, no 3º parágrafo, a comparação por contraste, marcada linguisticamente pela conjunção adversativa “mas”, em “Mas, se alguém gosta de...”. Além disso, compara duas formas de comportamento: 1) a pessoa tem convicção do que

acredita, por isso não se abala com opiniões diferentes; e 2) a pessoa não tem argumentação suficiente para sustentar o que acredita, por isso, torna-se intolerante à opinião do outro.

Para concluir o texto, aparece a agregação, pois são acrescentadas ideias não ditas anteriormente: regressão intelectual e falta de liberdade de expressão. Também é feita uma síntese explicitando qual seria o melhor “remédio” para a intolerância, retomando, assim, o título do texto.

Quanto ao desenvolvimento do tópico, o autor desenvolve satisfatoriamente o assunto, não foge ao tema e apresenta também boa organicidade tópica tanto linear quanto vertical. Verificamos que há o uso de perguntas para o desenvolvimento do tópico. Isso pode revelar o caráter interacional que o informante vivencia, motivo por que traz essa marca da oralidade para o texto escrito. Ademais, percebemos marcas de subjetividade no 3º e no 5º parágrafos, representadas pelas expressões “No meu ponto de vista” e “nós”, características tratadas mais adiante.

REDAÇÃO 08: Grupo 2

Intolerância

A intolerância é uma forma de brigar atoa.

Pessoas não conseguem aceitar opiniões das outras exemplo.

Na política, tem pessoas que são da direita e da esquerda.

E essas pessoas não conseguem aceitar opiniões que elas têm por isso se transforma em uma briga boba só por causa de opiniões.

Na minha opinião todas as pessoas deviam aceitar as opiniões de cada, porque se não fosse assim não teria título de voto para presidente, não teria pessoas palpitando a nota dos jogadores, não teria homofobia etc...

Então, na minha opinião as pessoas diviãõ respeitar oque as pessoas penção e age, para não ter brigas e discuções atoas.

Outro exemplo é torcedores de futebol, eles brigam por colocação, e isso resulta em brigas desnecessária.

E essa é a minha opinião sobra a intolerância as pessoas deviam pensar antes de começar uma briga desnecessária.

O autor da REDAÇÃO 08: Grupo 02 faz a ancoragem do texto em um problema detectado, pois refere-se à intolerância como sendo uma briga.

Ao enunciar a opinião formulada, estabelece a relação de complementaridade em relação à ancoragem. Porém, ao justificar a opinião, cria no leitor uma expectativa de que o texto vai apresentar exemplos de como aceitar opiniões diferentes. No entanto, não é isso que acontece: “Na minha opinião todas as pessoas deviam aceitar as opiniões de cada, porque se não fosse assim não teria título de voto para presidente, não teria pessoas palpitando a nota dos jogadores, não teria homofobia etc...”. Vemos que o uso inadequado do advérbio “não” causa incoerência no argumento. Isso torna a proposição uma argumentação ineficaz, falaciosa, pois não confirma com exatidão a opinião formulada pelo autor. Vemos que a elaboração sintática formulada precariamente interfere na argumentação.

Para concluir o texto, o autor faz um resumo das ideias apresentadas, ou seja, recorre à síntese.

Ainda com relação à organização do texto, há várias transgressões referentes à língua escrita: falta de acentuação, pontuação inadequada, má organização dos parágrafos, entre outros aspectos. Percebemos claramente uma característica da língua falada: o planejamento local, imediato.

O texto é dividido em oito parágrafos, porém, identificamos que os parágrafos um, dois e três poderiam ser unidos em um só, pois, da forma como estão estruturados, dão a entender que tratam de ideias separadas, mas não é o caso. Se houvesse a ligação entre eles, todavia, esta deveria ser feita por meio de conjunções, para que houvesse articulação semântica. Essa falta de unidade tópica mostra o desconhecimento do escrevente em relação ao uso da subordinação aplicada à produção textual. Todas essas características revelam marcas de oralidade no texto, as quais interferem claramente na argumentação.

Ainda vemos que o autor apenas lança subtópicos, sem desenvolvê-los, e que não há progressão tópica, pois a única sugestão do informante é a de que há “brigas desnecessárias”.

REDAÇÃO 09: Grupo 2

O que é intolerância e como acabar com ela?

Bom vou começar a falar sobre o que eu ache que seja intolerância, eu acredito que seja um preconceito com medo ou algo do tipo pois a pessoa intolerante tem medo de ideias diversas e diferentes e por isso se torna intolerante, “mas o que a intolerância faz na sociedade?” Bom eu acredito que ela crie barreiras sociais que impedem que as pessoas se comuniquem, como em algumas religiões onde matar e cometer atos terroristas é permitido apenas para “matar os impuros” ou algo do tipo, mas não é só com religião no cenário político a intolerância também está presente com pessoas de partido “x” não conseguindo conversar com pessoas do partido

“y” ocasionando em ainda mais brigas e conflitos entre pessoas, já ocasionando em casos de morte apenas por posicionamento político.

Sobre a “pandemia da intolerância” bom eu acho que com a pandemia do covid-19 fazendo as pessoas ficarem em casa e assim sendo muito mais presentes nas redes sociais, que com o estresse na “vida real” elas descarregam todo o ódio na internet tornando um lugar de conflitos e brigas, e isso aumenta ainda mais com tudo sendo no suposto anonimato digital.

E como acabar com isso? Eu acredito que é apenas “esquecendo”, explicando melhor, nós deveríamos parar de ver as pessoas como negros e brancos ou ricos e pobres, sempre dividindo as pessoas por classes, como se a cor e etnia fosse um documento sempre sendo o “negro artista” ou o “branco cantor”. A cor não deveria ser um adjetivo se a sociedade parasse de fazer isso ela iria melhorar muito.

O autor da REDAÇÃO 09: Grupo 2 ancora o texto em uma problematização. Isso é identificado pelo uso do sinal de interrogação no título do texto. Aliás, verificamos outras duas ocorrências do sinal de interrogação no decorrer da redação. Esse recurso retoma a problematização explícita no título do texto.

Ao enunciar opinião, o autor usa o critério da contrariedade, no 1º parágrafo, uma vez que vemos o uso da adversativa “mas” na opinião.

Para desenvolver o texto, o autor lança mão de exemplificações e da argumentação de causa e consequência no 2º parágrafo, em que vemos:

- **Causa:** as pessoas ficaram em casa; **consequência:** mais tempo nas redes sociais.
- **Causa:** mais tempo nas redes sociais; **consequência:** descarregam o ódio nas redes sociais

Para concluir o texto, o autor faz uso da agregação, pois menciona o fato de não fazer separação entre as pessoas.

A REDAÇÃO 09: Grupo 2 inicia-se com a explicitação do conceito de “intolerância”. Logo em seguida, surge uma pergunta que é respondida por meio de exemplos; por isso, podemos dizer que houve uma expansão tópica por exemplificação.

No 2º parágrafo, temos uma expansão tópica por meio da opinião pessoal do escrevente, pois há o uso da expressão “Eu acho”. Acreditamos que, nesse caso, o uso desse prefaciador representa uma falta de convicção do autor, e não propriamente da opinião dele.

Novamente, no 3º parágrafo, temos o uso de uma pergunta seguida de uma justificativa. De modo geral, o texto não foge ao tema, mas observamos que ele apresenta muitas

transgressões ortográficas, falha de pontuação e planejamento momentâneo, pois as ideias são lançadas no papel sem planejamento.

REDAÇÃO 10: Grupo 2

A intolerância é uma pandemia que afeta o mundo inteiro desde os tempos antigos, e os seus principais sintomas são: O ódio, a violência, a discriminação e o preconceito. A pessoa que contrai esse vírus vai desenvolvendo dentro de si, adoecendo cada vez mais.

O preconceito pode acontecer com qualquer tipo de pessoa, raça, povo ou religião...E esse sentimento é alimentado através de pensamentos e ideias, aumentando e fortificando o preconceito. A intolerância surge a partir da ignorância, do orgulho, do medo, do sofrimento.

Devemos combater esse problema com ensinamento e educação, orientando crianças e adultos sobre as consequências que o preconceito gera. Temos que nos unir e espalhar o amor, acolher e ter compaixão do agredido, do agressor, mostrando o lado da igualdade e compaixão. Enquanto não tomarmos nenhuma providência e ficar em posição de nulos o mundo continuará o mesmo, as pessoas vão continuar com esse preconceito e segregação.

Título: “O vírus da intolerância”

Ao observarmos o primeiro período do texto, notamos que a enumeração “O ódio, a violência, a discriminação e o preconceito” é tratada como sintomas da intolerância. Porém, o título do texto é “O vírus da intolerância”, e não “Os sintomas da intolerância”.

Entendemos que, em relação à ancoragem, o título do texto está inadequado. Primeiramente, porque deveria ser “*Os vírus* da intolerância”, no plural, já que o autor faz uma enumeração de itens; segundo, porque podemos nos perguntar: “trata-se de sintomas ou vírus?”, “quais seriam os sintomas da intolerância?” ou “quais seriam os vírus da intolerância?”. Não seria, pois, *o vírus* da intolerância, mas seriam *os vírus* da intolerância.

O autor descreve, na ancoragem, a base por meio da qual vai trabalhar, mas ele não faz a retomada dessas bases, não faz o resgate referencial. Ele se utiliza de termos genéricos e de referencialidade vazia. Essa é uma característica pertinente à oralidade e causa ineficiência argumentativa, pois toda argumentação precisa ser sustentada por meio de fatos, de dados, de testemunho, de explicação, e assim por diante, para que se torne eficaz.

Entendemos ainda que houve o uso de metonímia no título do texto, uma vez que “intolerância” é o continente e “vírus” o conteúdo. Assim, esse continente tem vários conteúdos, que seriam o ódio, a violência, a discriminação e o preconceito.

Observamos que, no 1º parágrafo, o autor chama o preconceito de “sintoma”; mas, no 2º parágrafo, chama-o de “sentimento”. Isso dificulta o entendimento do leitor, pois fica a dúvida se se trata de uma substituição coerente ou não. Notamos que o autor não mantém a mesma base conceitual – característica essa mais recorrente na oralidade.

Ainda no trecho “E esse sentimento é alimentado através de pensamentos e ideias”, temos expressões vazias de significado, porque podemos pensar “quais ideias?”, “quais pensamentos?”. Não há explicações desses termos, nem referência a eles.

Outra análise que gostaríamos de destacar refere-se ao fato de que o autor não manteve o tópico “intolerância”: ele desenvolveu o tópico “preconceito”. Dessa forma, pela ancoragem apresentada no 1º parágrafo, o título está inadequado, porque seriam “Os vírus da intolerância”, como foi dito anteriormente; porém, pela expansão do texto, o título está adequado, porque, daquele vírus que o autor apresentou na ancoragem, foi trabalhado apenas um deles: o preconceito. No entanto, o autor não fez essa indicação dentro do texto. Para ele, a maior problemática da intolerância é o preconceito, pois é ele quem causa a segregação.

Vemos a predominância da expansão por explicitação dos tópicos “preconceito” e “intolerância”, com predominância para o segundo. Com relação à organicidade dos tópicos, entendemos haver uma continuidade incorporativa, pois o texto menciona a intolerância no 1º parágrafo, mas, nos próximos, trata do tópico “preconceito”, sem que isso seja indicado ao leitor.

REDAÇÃO 11 – Grupo 3

A crítica de religiões e crenças tem crescido cada vez mais no Brasil. Essas críticas são através da violência, ofensas, maus tratos. O número de denúncias tem aumentada a cada dia, Há um grande índice de vítimas que sofrem com as críticas por conta da religião.

Quem comete a agressão física ou verbal pode receber uma multa, detenção de um mês ou de até um ano, isso está no artigo 208, e caso tiver violência, a pena será aumentada um terço a mais.

Criticar alguém por sua religião, dogmas ou aquilo que a pessoa acredita, não é certo, é desrespeito, triste e isso faz com que diversas pessoas sejam inseguras, por conta da religião e medo de serem mais uma vítima da sociedade.

A sociedades julgam umas as outras por qualquer motivo, seja pela sua religião, empregos ou por sua escolha.

Precisa-se respeitar umas as outras e não julgar, fazer piadas, agressões e ter desrespeito. Tratamentos diferentes por causa da religião são crimes e é desrespeitoso, quantas pessoas

querem ou precisam de um emprego, mas não conseguem por causa de sua religião. As vezes a pessoa tem um excelente currículo, tem tudo para conseguir o emprego, contudo, o preconceito fala mais alto e não conseguem a vaga por causa daquilo que ela acredita. Ter o respeito é mais difícil na sociedade mesmo sendo desafiador deve mantê-lo.

Seja evangélico, católico, adventista, ateu, judeu ou de outra religião, deve-se respeitar, guardar a opinião para si mesmo é melhor e consegue evitar qualquer complicação, pois você não iria gostar se fosse o contrário, se alguém julgasse você pela sua crença.

Ter o respeito pelo próximo é muito importante e essencial para todos, se fosse o contrário ninguém iria gostar. Mantenha a sua opinião para si mesmo, não julgue ninguém se você não quer ser julgado.

O autor da REDAÇÃO 11: Grupo 3 faz a ancoragem do texto em um problema detectado. Essa ancoragem é revelada por meio da expressão “cada vez mais”. Com relação ao trecho “A crítica de religiões e crenças tem...”, destacamos a inadequação da regência da palavra “crítica”, assim uma redação mais adequada seria: “A crítica a religiões e crenças tem...”.

A partir do problema detectado, o autor analisa-o, e reconhece que esse é um comportamento incorreto, desrespeitoso e que traz tristeza para a vítima. Assim, constata que a insegurança e o medo fazem parte da vida de quem sofre com preconceito religioso. Entendemos que, em relação à ancoragem no levantamento de um problema, é utilizado um critério constatativo para formular a opinião.

Para desenvolver o texto, é recorrido ao argumento de prova concreta na citação do artigo 208, no 2º parágrafo. Fazer a citação de um artigo dá credibilidade ao texto, e isso demonstra que o escrevente tem confiança no que produz, porém, ele não especifica que o referido artigo está incluso no Código Penal. Para a elaboração do 4º e 5º parágrafos, estabelece uma relação de complementaridade em relação à ancoragem. Já no 6º parágrafo, vale-se do recurso argumentativo da enumeração para fundamentar sua opinião.

Para concluir, é elaborada a síntese, que retoma itens mencionados anteriormente.

Quanto ao desenvolvimento do tópico intolerância religiosa, o autor discute a questão de críticas realizadas às diversas religiões e crenças. Observamos que não há dispersão tópica no texto, assim entendemos que houve continuidade colaborativa, pois o tema é mantido de forma estrita, sem a necessidade de inferências para entendê-lo. A continuidade colaborativa acontece também nos diálogos, quando ouvinte e falante mantêm o mesmo assunto.

Uma observação pertinente é a presença da marca de ouvinte “você” e do uso dos verbos “mantenha” e “não julgue” no modo imperativo, indicando ainda a necessidade, por parte do aluno, de um interlocutor. Ou seja, mesmo sendo um estudante de 3º ano do Ensino Médio, ainda é possível encontrar essas marcas de oralidade em redações de tal grupo de alunos – notamos, assim, a necessidade de orientação específica para esses casos.

REDAÇÃO 12: Grupo 3

A linha entre respeito e intolerância

Quando falamos de religião e das crenças de um indivíduo, precisamos compreender a diversidade presente nesse contexto. O homem procura por se agarrar à algo que lhe dê o vislumbre de propósitos, sentido à vida, ou até mesmo esperança. A fé pode também ser usada como uma balança para as escolhas realizadas ao longo da vida e do cotidiano, princípios em que aquele se irá se firmar. Pode-se então, com plena certeza, afirmar que o estado é laico? Não podemos deixar de notar como os valores cridos e pré-estabelecidos por um governador, por exemplo, influenciam nas decisões tomadas para a comunidade. Religião, fé e suas vertentes, compõem o padrão moral de todos, isso é o que cada crença possui em comum.

Então quando falamos do respeito à cada uma e do combate contra qualquer tipo de intolerância, desrespeito ou discriminação, não se pode ser seletivo, é necessário mutualidade e reciprocidade num todo. Muitas vezes o que é cobrado e exigido, não é devidamente cumprido por quem exige. É fato que algumas religiões são bem mais perseguidas e agredidas do que outras, devido a formação de estereótipos ofensivos que degridem o diferente estilo pregado e vivido por determinada crença. No entanto, quantas dessas ofensas, já foram normalizadas como expressões, brincadeiras, padrões representados em novelas, filmes, livros, posts, os famosos memes por exemplo. O ataque e a intolerância não estão isolados apenas ao vandalismo, violência física, mas circula livremente pelo que é pregado na mídia. Os padrões são completamente invertidos no jornal cenas de religiosos sendo atacados e uma frase exigindo respeito impactam o público, enquanto isso figuras debochadas, músicas carregadas de críticas e apologias descarregam certo ódio à determinadas vertentes. A pergunta que permanece é: “até onde vai e o que engloba esse tal respeito exigido?”. Será de fato, uma preocupação e um clamor inclusivo e geral?

Já se conhece a diversidade, agora é necessário um parâmetro de igualdade, não deduzindo que todas as crenças são as mesmas, mas sim que partem de um mesmo fator: reger a vida do ser humano. Se relacionamos quem deve respeito e quem deve apenas se calar, concordaremos que isso é a definição clara de intolerância. Quando a balança começa a pesar

apenas para um lado, significa que os meios não estão sendo viáveis. Religião é individual, mas a moralidade precisa ser comum.

Ao observarmos o título do texto, verificamos uma ideia de contrariedade, porque foram empregadas palavras de sentidos opostos: “respeito” e “intolerância”. Sabemos que respeito é um sentimento que impede uma pessoa de tratar mal a outra, e intolerância é a falta de aceitação ou de compreensão a algo.

O autor da REDAÇÃO 12: Grupo 3 ancora o texto em um saber partilhado. Isso é revelado por meio das expressões “ao longo da vida”, “do cotidiano” e dos verbos em primeira pessoa do plural, “falamos”, “precisamos”. Para enunciar a opinião formulada, utiliza o critério da problematização, revelado pelo uso do sinal de interrogação. Mas, na frase indicativa de opinião “Religião, fé e suas vertentes, compõem o padrão moral de todos, isso é o que ...”, vemos uma ineficácia argumentativa, pois não é possível identificar a quem se refere a expressão “de todos”. Seria a “todos os valores cridos e pré-estabelecidos”? Seria a todas as crenças? Notamos uma referenciação vazia, e essa característica é típica da oralidade.

Para desenvolver o texto, o autor utilizou um argumento de base contrastiva. Isso se dá mediante o marcador sintático “no entanto”. O escrevente continua dizendo que é preciso combater qualquer tipo de intolerância, mas ressalva que muitas dessas ofensas foram normalizadas pela sociedade. Faz, em seguida, uma enumeração de itens, mas não distingue nenhum deles.

Para concluir o texto, utiliza da agregação, uma vez que acrescenta a ideia de igualdade, mas não se referindo que as crenças sejam as mesmas: alude ao fato de que todas regem a vida do ser humano, merecendo, assim, respeito.

Com relação ao desenvolvimento dos tópicos “respeito” e “tolerância”, o autor da REDAÇÃO 12: Grupo 3 deixa clara a necessidade de respeitar a diversidade religiosa. Para isso, o autor expande o tópico a partir da explicitação de um fato surgindo – uma pergunta que fortalece e instiga o que já estava sendo dito.

O 2º parágrafo dá continuidade ao primeiro de forma estrita, levantando questionamento se, de fato, há interesse geral em divulgar o respeito à diversidade, dando ao texto um caráter argumentativo. O escrevente conclui o texto de maneira bem pontual, sem fugir ao tema. O que vemos, de caráter interacional, são os usos da primeira pessoa do plural.

REDAÇÃO 13: Grupo 3

Os intolerantes que se dizem tolerantes

Desde pequenos, fomos criados com padrões colocados por nossos pais, padrões que muitas vezes nos fazem achar que só o nosso certo, é o certo. Quando nascemos em lares religiosos, seguimos a risca o que nos ensinaram e julgamos estarmos corretos em todos os momentos, mesmo que nosso “certo” passe por cima do certo do outro.

Nos últimos anos, lutamos pela liberdade de expressão religiosa, liberdade de expor nossas opiniões, sem medo de sermos “decapitados” por não seguirmos os padrões estabelecidos pela “coroa”.

Buscávamos um espaço para mostrar ao mundo, o mundo que vemos com os nossos olhos, e quando conseguimos tal espaço, queremos agora erguer a bandeira do nosso estado, e dizer que só o nosso certo deve ser seguido, que só a nossa religião está correta, que só nossa opinião importa.

Dizemos ser tolerantes em relação a religião do nosso próximo, mas quando vemos que a opinião dele é contrária, temos o costume de erguer barreiras entre nós, impedindo a paz entre os lados, pois logo começamos a lançar as flechas do ódio sobre eles.

Devemos ter a consciência que existem pessoas diferentes de nós, na maneira de agir, falar e pensar. Somos uma nação receptiva com estrangeiros, mas devemos acolher quem está no nosso meio, abraçar pensamentos diferentes, buscando entender o que o outro pensa sobre tais coisas. Devemos abrir os portões da nossa mente, buscando a paz, tolerância e igualdade entre os reinos. Só assim viveremos a sonhada liberdade.

O autor da REDAÇÃO 13: Grupo 3 ancora o texto em fatos observados. Isso é revelado por meio do trecho “Desde pequenos, fomos criados com padrões colocados por nossos pais”. De modo geral, é comentado a respeito de uma educação padronizada e de como essa educação direciona a uma visão doutrinária. Em seguida, é recuperado o tópico intolerância religiosa no emprego de expressões como “o nosso certo, é o certo” e “mesmo que o nosso ‘certo’ passe por cima do certo do outro”. Essas expressões recuperam o tópico “intolerância religiosa”, pois entendemos ser a religião a instituição que trabalha com doutrinas, com padrões dogmáticos e não democráticos.

Vemos, assim, que o 1º parágrafo começa com a explicitação de um fato, porque o escrevente diz que, muitas vezes, o padrão imposto às pessoas, desde pequenas, é o modelo que elas levam para todo o decorrer da vida. O parágrafo continua em colaboração estrita, ampliando a explicação do fato citado no primeiro período.

Ainda no 1º parágrafo, reconhecemos algumas marcas de oralidade, tais como o uso inadequado da construção temporal e a quebra do paralelismo verbal. No trecho “Quando nascemos em lares religiosos”, podemos pensar se alguém nasce em lar não religioso, já que, geralmente, todo mundo nasce em um lar que tenha uma orientação religiosa, seja ela qual for. Por isso, a relação apropriada seria a causa e a consequência, não a temporalidade. Isso também causa uma ineficácia argumentativa.

Nesse mesmo trecho, vemos uma quebra do paralelismo verbal entre “nascemos” e “ensinaram”, pois, quando falamos, não temos o resgate do que foi dito, mas quando escrevemos, precisamos fazer o paralelismo verbal para uma maior compreensão do texto. Assim, a falta de paralelismo no texto escrito é uma ocorrência de oralidade. Uma possível retextualização seria: “Por que nascemos em lares religiosos, seguimos à risca o que nos ensinam e julgamos estar corretos em todos os momentos, mesmo que o nosso ‘certo’ passe por cima do certo do outro”. Vemos ainda o uso das aspas na palavra “certo”. Isso significa que o autor relativiza o certo, ou seja, ele faz um questionamento àqueles padrões. Implicitamente, ele aponta que tais padrões não poderiam ser dogmáticos, doutrinários.

Para desenvolver o texto, é trazido um argumento narrativo revelado pelo uso da expressão “Nos últimos anos”. No 2º parágrafo, vemos ainda o uso metafórico das palavras “decapitados” – fazendo referência à inquisição, ao movimento político-religioso ocorrido na Idade Média – e “coroa” – aludindo àqueles que detêm o poder. No 2º parágrafo, vemos apresentação de um subtópico: a liberdade de expressão, tema que desencadeia o conteúdo para os próximos parágrafos.

No 3º e 4º parágrafos, o autor enuncia a opinião formulada, estabelecendo uma relação de contrariedade entre a ancoragem e a opinião formulada, pois entendemos que os solicitantes, ao conseguirem o espaço para a apresentação de suas próprias ideias, agiram do mesmo como haviam sido tratados pelos considerados “intolerantes”. No entanto, vemos um uso inadequado do operador argumentativo “e”, em: “vemos com os nossos olhos, e quando conseguimos conquistar tal espaço...” seria adequado utilizar o marcador sintático-argumentativo “mas” em vez de “e”. Essa é uma manifestação da modalidade oral, pois nela é possível retornar e reelaborar, mas na modalidade escrita não.

Para concluir o texto, o autor utiliza a agregação, visto que apresenta a conscientização como forma de respeitar a individualidade de cada um e permitir que todos pensem como querem: dessa forma, haverá a verdadeira tolerância. O tópico é desenvolvido por meio de ressalva, tendo em vista que o autor reforça o quanto os brasileiros são receptivos com estrangeiros, mas não acolhem bem quem está no seu próprio meio.

REDAÇÃO 14: Grupo 3

Intolerância no Brasil

Em um país com muita diversidade cultural como o Brasil, chega a ser irônico a quantidade de intolerância religiosa que é vista. Um filósofo contemporâneo disse uma vez: Numa sociedade tolerante, o intolerante é tolerado? E a resposta deveria ser não. Tolerar uma pessoa que não respeita e que difama outra por apenas ter uma crença diferente, é o mesmo de partilhar se sua opinião.

Anos atrás quando milhares de judeus morreram nos campos de concentração nazistas, foi um grande marco de como o ser humano pode ser egoísta ao ponto de matar diversas pessoas por apenas serem diferentes de sua visão de bom. Hittler era intolerante, e hoje em dia seria preso por difamação ou agressão a religiosos e nem teria chance de matar judeus em grande massa.

A intolerância religiosa no Brasil nem deveria existir, o brasileiro é uma mistura de povos, culturas e crenças. O povo brasileiro sempre mostrou que juntos podemos ser mais fortes, mas, aqueles que ainda são preconceituosos devem, ter vergonha de ser brasileiro, pois ser brasileiro é ser inclusivo.

O amor e o respeito pelos irmãos na pátria deveria ser ensinado desde cedo nas famílias e nas escolas, para que cresçam adultos que são tolerantes a ideias e pensamentos diferentes. Campanhas contra o preconceito religioso devem ser mais frequentes. Um país unido contra todo tipo de intolerância, é um país mais forte e mais capaz.

A ancoragem do texto é feita em um saber partilhado implícito, tendo em vista que o autor diz que “chega a ser irônico a quantidade de intolerância religiosa que é vista”. O fato de ser irônico indica que as pessoas sabem o quanto o Brasil é um país com grande diversidade cultural, mas, ainda assim, a prática da intolerância religiosa é vigente.

Ao enunciar a opinião formulada, o autor propõe para ela um valor de equivalência, marcado linguisticamente pela expressão “é o mesmo de”. Isso significa que a relação existente entre a ancoragem e a formulação do conceito é de associatividade.

Para desenvolver o texto, é mencionada uma exemplificação expandida por meio de dados históricos ao período em que Hitler esteve no poder da Alemanha. Para confirmar a opinião que formulou, o autor faz uso da incompatibilidade, porque nega totalmente o fato de ser brasileiro e, ao mesmo tempo, intolerante.

A conclusão do texto é proposta a partir de uma agregação. Não são retomados aspectos citados anteriormente, mas é sugerida uma ideia mais abrangente ao serem citadas famílias, escolas e campanhas como partes importantes para solucionar a questão da intolerância religiosa. O texto termina ainda associando a ideia de país unido a um país forte.

Com relação ao desenvolvimento do tópico “intolerância religiosa” e como ele é tratado no Brasil, vemos que o autor da REDAÇÃO 14: Grupo 3 inicia o texto apontando uma opinião em relação ao tema. No segundo período do 1º parágrafo, vemos a citação de uma frase de um filósofo, conforme informação do escrevente, porém não há a indicação do nome de quem escreveu a frase. Constatamos que houve um enfraquecimento na argumentação, já que o nome do autor não foi citado, pois referenciar a fonte traria mais credibilidade ao que foi dito. Observamos ser essa uma característica da oralidade. Podemos dizer que o segundo período tem continuidade incorporativa, uma vez que não trata exatamente do excesso de intolerância religiosa no Brasil, mas da intolerância como um todo.

Já no 2º parágrafo, o tópico discursivo foi desenvolvido por meio de exemplificação e contextualização histórica e, no terceiro, a partir da opinião pessoal do escrevente, inclusive ao dizer que aqueles que ainda são preconceituosos deveriam ter vergonha de ser brasileiro, revelando incompatibilidade como dito anteriormente.

No 4º parágrafo, vemos algumas ações sugeridas pelo autor sobre como a intolerância poderia ser amenizada. Essa é uma característica do texto dissertativo, o qual deve apresentar na conclusão uma possível solução para o problema.

REDAÇÃO 15: Grupo 3

Na atualidade é perceptível que grande parcela da população brasileira não respeita ou tem forte preconceito sobre as variadas religiões existentes no território brasileiro. Assim como diversas figuras como Agostinho e Martin Luther King fizeram é necessário que o povo brasileiro se una e busque os ideais de paz e harmonia. Pois assim como está escrito na Constituição da República Federativa do Brasil todo cidadão tem direito de possuir e exercer livremente a sua crença.

Dessa maneira é inaceitável tolerar discursos preconceituosos e de ódio disfarçados como liberdade de expressão. Visto que alguns grupos semeiam caos e discórdia alegando estarem dando apenas a sua opinião. Justificando de maneira errônea que as diferenças entre as crenças como formas de adoração, oferta e etc, seriam motivos para estes ataques.

A falta de informação assim como a disseminação de informações falsas e estereotipadas apenas reforça as diferenças e traz um contraste negativo. Até porque são as próprias diferenças que podem nos unir e fazer-nos entender cada ponto de vista.

Desse modo é notória a necessidade de intervenção por parte do governo, como o Ministério da Cidadania e também o Ministério de Segurança. A lei que reforça a liberdade religiosa, bem como o estado laico deveria ser efetivamente aplicada. Através da tomada de consciência da população, que ocorreria através de palestras e boletins informativos. Assim, como ação governamental, propondo multas e aplicações mais rigorosas, visando assim o bem-estar e a harmonia na sociedade.

O autor ancora o texto em um problema detectado, pois aponta serem visíveis a falta de respeito e o forte preconceito por grande parcela da população brasileira em relação à variedade de religiões existentes. Esse tópico não é desenvolvido de forma estrita, pois o aluno faz a expansão dele sugerindo que os brasileiros sigam exemplos de personagens como Agostinho e Martin Luther King. Verificamos a continuidade incorporativa do assunto, ou seja, de forma mais ampla, porém houve o uso da expansão por meio de citações de autores, revelando o repertório cultural do escrevente. O uso de marcadores sintático-argumentativos como “é perceptível”, “é necessário” revelam um critério constataativo para a formulação da opinião. Observamos, ainda no 1º parágrafo, o uso de orações subordinadas substantivas, revelando o conhecimento do aluno sobre esse conhecimento sintático da língua.

Ao enunciar a opinião, o autor não nega o forte preconceito religioso exercido por boa parte da população, mas complementa escrevendo “todo cidadão tem direito de possuir e exercer livremente sua crença” e faz essa afirmativa citando a Constituição da República Federativa do Brasil. A ideia nova proposta complementa a ideia anteriormente citada na ancoragem. Assim, a relação existente entre a ancoragem e a formulação do conceito é de complementaridade.

Para desenvolver o texto, aparece a explicitação, para justificar a ideia formulada. Os marcadores “visto que” e “assim como” indicam explicitação por definição e por comparação, respectivamente. Nos 2º e no 4º parágrafos, vemos o uso de associações de ideias – discurso de ódio *versus* liberdade de expressão

A conclusão do texto é proposta a partir de uma agregação. O autor não faz uma retomada seletiva dos aspectos citados anteriormente, mas apresenta, de forma abrangente, quais são os possíveis caminhos para amenizar o problema na ancoragem. Ele apresenta

possíveis propostas de intervenção que sugerem que o Ministério da Cidadania e o da Segurança tomem as devidas providências.

3.2.2 Análise das marcas de envolvimento entre parceiros

Partindo do pressuposto de que as duas modalidades da língua, a escrita e a falada, completam-se e se inter cruzam, verificamos que as marcas de envolvimento mais recorrentes nos textos foram:

- a. Uso dos marcadores de envolvimento com o ouvinte;
- b. Uso dos marcadores de opinião;
- c. Uso dos marcadores conversacionais: “bom”, “viu”, “né”.

A. Uso dos marcadores de envolvimento com o ouvinte

Quanto ao uso do pronome de tratamento “você”, temos os seguintes exemplos:

Exemplo 01:

“[...] Mas o que é intolerância? A intolerância é um ato de não aceitar, não respeitar opiniões³, não aceitar a diferença entre as pessoas, querer que as pessoas hajam e pensem como **você**. [...]”

(REDAÇÃO 01: Grupo 1)

Exemplo 02:

“Nesses tempos estamos vivendo a pandemia da Covid 19. Mas **você** já ouviu falar sobre a pandemia da intolerância? [...]”

(REDAÇÃO 02: Grupo 1)

Exemplo 03:

“Intolerância para mim é **você** não respeitar os outros (Julgar o livro pela capa). [...]”

(REDAÇÃO 03: Grupo 1)

Exemplo 04:

“[...] Como a idade média se **você** queria ter algo resolvia na ignorância, principalmente se eram de uma vila ou reino diferente do seu. [...]”

(REDAÇÃO 04: Grupo 1)

³ Em todos os excertos, há transgressões ortográficas, mas mantivemos a grafia original em todos eles.

Exemplo 05:

“[...] cuidado com o que **você** pensa, ou faz, talvez **você** possa ser intolerante. [...]”

(REDAÇÃO 05: Grupo 1)

Exemplo 06:

“[...] Eu acho que por conta dos avanços tecnológicos mais por conta das redes sociais, onde **você** pode falar o que pensa sem nenhuma repreensão. [...]”

(REDAÇÃO 06: Grupo 2)

Exemplo 07:

“[...] Seja evangélico, católico, adventista, ateu, judeu ou outra religião, deve-se respeitar, guardar a opinião para si mesmo é melhor e consegue evitar qualquer complicação, pois **você** não iria gostar se fosse ao contrário, se alguém julgasse **você** pela sua crença.

“Ter respeito pelo próximo é muito importante e essencial para todos, se fosse ao contrário ninguém iria gostar. Mantenha a sua opinião para si mesmo, não julgue ninguém se **você** não quer ser julgado.”

(REDAÇÃO 11: Grupo 3)

Vimos, nos exemplos acima, o uso do pronome de tratamento “você” nas redações produzidas pelos alunos. É muito comum alunos de 6º ano do Ensino Fundamental II usarem o referido vocábulo, pois os discentes imaginam-se conversando com alguém. Acreditamos que, em todos os Exemplos, com exceção do 02, do 05 e do 07, o uso de “você” não se direciona, diretamente, ao leitor do texto, mas refere-se, de modo qualquer, a uma pessoa indeterminada, revelando, assim, uma marca de interatividade. Essa interatividade é própria da língua falada, já que sempre nos expressamos a um interlocutor. O constante uso do “você” revela uma manifestação da oralidade na escrita, posto que os autores das redações transcritas escrevem como se estivessem dialogando com alguém, ou seja, escrevem como se estivessem oralmente trocando ideias com outra pessoa.

É fato conhecido que, de modo geral, os textos mostram uma certa interatividade. Por exemplo: as cartas e os *e-mails* apresentam fatos e esperam respostas do leitor/destinatário. E mesmo os que não são produzidos para obterem respostas sempre são lidos por um interlocutor, que são os leitores. Porém, sabemos que estabelecer uma conversa com o leitor não é característica pertinente aos textos dissertativos especificamente, contudo essa característica foi

muito frequente nos textos selecionados do Grupo 1. Isso ocorre porque os escreventes se imaginam conversando com um interlocutor, por isso estabelecem uma ponte de comunicação usando o pronome de tratamento “você” (2ª pessoa do discurso). Tannen *apud* Melo e Barbosa (2007) enfatizam que não há interação sem envolvimento, isto é, não há como interagir nas situações conversacionais se não nos envolvermos com o conteúdo ou com o interlocutor/ouvinte. Não é à toa, pois, que vemos estratégias de envolvimento do sujeito tanto na modalidade escrita quanto na oral. As autoras classificam o envolvimento em três tipos:

- a. Envolvimento do falante consigo mesmo (auto-envolvimento), evidenciado pela presença de pronomes de 1ª pessoa e possessivos correspondentes e referências à comunicação do processo mental do falante;
- b. Envolvimento do falante com ouvinte (relativo à dinâmica da interação com um interlocutor), ocorre mediante o emprego de pronomes de 2ª pessoa, citação do nome do ouvinte, respostas a questões formuladas pelo interlocutor, uso de marcadores conversacionais e expressões formulaicas que explicitem uma situação de interação;
- c. Envolvimento do falante com o assunto (um compromisso pessoal com o que está sendo contado), os marcadores do 3º tipo são constituídos por uso de vocabulário expressivo, redundâncias e exageros do falante, introdução do presente histórico, uso do discurso direto e emprego de partículas adverbiais modalizadoras.

(MELO; BARBOSA, 2007, p. 147-148)

Também concordamos com essa linha de pensamento; afinal, essas características foram muito recorrentes nos textos analisados. Outra possibilidade para o uso da interatividade no texto escrito é o fato de os alunos ainda não terem total domínio dos critérios para a produção de um texto dissertativo; assim, neste ponto da pesquisa, já podemos notar o quanto a fala influencia nos textos escritos. Observamos que o pronome “você” continua sendo utilizado no Grupo 2; no entanto, a recorrência desse pronome é bem menor do que nos textos do Grupo 1. Também encontramos o uso de “você” em redações do Grupo 3 (REDAÇÃO 11: Grupo 3), por exemplo, o escrevente utilizou o referido pronome três vezes. Além disso, houve o uso do imperativo afirmativo “mantenha”, indicando uma marca de intersubjetividade.

Entendemos que as ocorrências de interatividade acontecem em maior número nas redações do Grupo 1, pois esses autores ainda não têm total desenvolvimento cognitivo para entender questões abstratas da língua. Por isso, para eles, é natural escrever como se fala. À medida que ocorre o desenvolvimento cognitivo e escolar das crianças e dos adolescentes, o aprendizado da escrita se torna mais fácil e adequado. Notamos que, porque há o crescimento

cognitivo, o aluno se torna capaz de se compromissar com o texto escrito. E a escola, por sua vez, propicia o aprendizado adequado para as produções de textos dissertativos.

B. Uso dos marcadores de opinião

As expressões “na minha opinião”, “no meu ponto de vista”, “acho que” indicam um ponto de vista pessoal, não garantindo ao leitor uma certeza em relação ao que está sendo discutido. Tanto nos textos do Grupo 1, quanto nos textos do Grupo 2 essas marcas foram encontradas.

Exemplo 08:

“[...] Um desses tipos de intolerância é o racismo. Nele os racistas diminuem a capacidade dos negros em saber do que eles são capazes. **Na minha opinião**, se as pessoas comessarem à auto-crítica, a maioria dessa intolerância ia acabar.”

(REDAÇÃO 01: Grupo 1)

Exemplo 09:

“[...] **Acho** que essa pandemia de intolerância não vai acabar tão cedo, muitas pessoas ainda são julgadas e desrespeitadas [...]”.

(REDAÇÃO 06: Grupo 2)

Exemplo 10:

“[...] Outra questão a ser discutida é: O que leva uma pessoa a ser intolerante? **No meu ponto de vista**, a intolerância é uma forma de esconder quão fraca é uma opinião. [...]”

(REDAÇÃO 07: Grupo 2)

Exemplo 11:

“[...] **Na minha opinião** todas as pessoas deviam aceitar as opiniões de cada, porque se não fosse assim não teria título de voto para presidente [...]”.

(REDAÇÃO 08: Grupo 2)

Sobre o Exemplo 08 (desconsiderados os desvios ortográficos, sobre os quais não cabe comentarmos, pois esse não é o foco da pesquisa), percebemos, nesse trecho, o envolvimento do autor consigo mesmo, evidenciado pelo uso do pronome possessivo de 1ª pessoa do singular “minha”. Mais uma vez confirmamos um mecanismo de interatividade no texto escrito, como se o escrevente estivesse numa situação comunicativa entre duas ou mais pessoas. O mesmo acontece em relação aos Exemplos 09, 10 e 11 – pertencentes ao Grupo 2 –, em que aparecem

expressões similares definidoras de opinião. Acreditamos que criar estratégias para os alunos entenderem as formas de interação no texto é um caminho promissor para a discussão entre fala e escrita.

Nos textos do Grupo 3, não encontramos ocorrências da expressão “na minha opinião”, mas verificamos o uso da primeira pessoa do plural. Vimos esse recurso nas REDAÇÕES 12 e 13. Não houve ocorrência dessa marca nos textos 11, 14 e 15 do Grupo 3. Entendemos que os alunos de 3º ano do Ensino Médio, por serem mais maduros cognitivamente, conseguem apresentar as próprias opiniões sem precisar do apoio da expressão “na minha opinião”. Assim, fazem uso da primeira pessoa plural, mesmo que esta forma devesse ser evitada.

Exemplo 12:

- 1 “Quando **falamos** de religião e das crenças de um indivíduo, **precisamos** compreender a diversidade presente nesse contexto [...]”
- 2 “Não **podemos** deixar de notar como os valores cridos e pré-estabelecidos por um governador, por exemplo, influenciam nas decisões tomadas [...]”
- 3 “Então quando **falamos** do respeito à cada uma e do combate [...]”
- 4 “[...] Se **relacionarmos** quem deve respeito e quem deve apenas se calar, **concordaremos** que isso é a definição clara de intolerância [...]”

(REDAÇÃO 12: Grupo 3)

Exemplo 13:

- 1 “Desde pequenos, **fomos** criados com padrões colocados por **nossos** pais, padrões [...] que só o **nosso** é o certo. Quando **nascemos** em lares religiosos, seguimos a risca o que **nos** ensinaram e **julgamos** estarmos corretos [...]”
- 2 “[...] **lutamos** pela liberdade de expressão religiosa [...] **nossas** opiniões, sem medo de **sermos** [...] **seguirmos** [...]”
- 3 “**Buscávamos** um espaço [...] **vemos** com os **nossos** olhos, e quando **conseguimos** tal espaço, **queremos** [...] **nosso** estado, e dizer que só o **nosso** certo deve ser seguido, que só a **nossa** religião está correta, que só **nossa** opinião importa.”
- 4 “**Dizemos** ser tolerantes, **nosso** próximo, mas [...] **vemos** que a **nossa** opinião é contrária, **temos** o costume de erguer [...] entre **nós**, [...]”
- 5 “**Devemos** ter a consciência que [...] **nós**, na maneira de agir [...] **somos** uma nação receptiva com estrangeiros, mas

devemos [...] nosso meio, [...]. Devemos abrir os portões da nossa mente, [...]. Só assim viveremos a sonhada liberdade.”

(REDAÇÃO 13: Grupo 3)

C. Marcadores conversacionais: “bom”, “viu”, “né”

Quanto ao terceiro critério, os marcadores conversacionais, vimos também algumas ocorrências deles nos textos 04 e 05, ao passo que, nos textos 01, 02 e 03, não houve ocorrência. Assim, temos:

Exemplo 14:

“Intolerância... Mas o que é isso mesmo; **Bom** eu posso não ser um expert nisso, mais posso falar o que eu sei, a intolerância é basicamente não gostar de pessoas, coisas ou opiniões das suas como ser branco ou negro, alto ou baixo. [...]”

(REDAÇÃO 04: Grupo 1)

Exemplo 15:

- 1- Intolerância ... **bom** ... o que é intolerância?
- 2- Intolerância é ser uma pessoa, um ser vivo, que não aceita as diferenças [...]
- 3- [...] **bom**, todos nós cometemos erros sem perceber, mas se nós evitarmos, a chance de sermos intolerantes será bem menos, mas como evitar?
- 4- **Bom** é bem fácil! É só respeitar as diferenças, **viu** como é fácil evitar a ser uma pessoa intolerante!
- 5- Cuidado com o que você pensa, ou faz, talvez você possa ser intolerante, mas [...] mas você tem que se ajudar **né**.

(REDAÇÃO 05: Grupo 1)

Exemplo 16:

“**Bom**, vou começar a falar sobre o que eu ache que seja intolerância [...]”

(REDAÇÃO 04: Grupo 2)

Marcuschi (2003, p. 61) alerta-nos para o fato de que as unidades sintáticas da conversação não são as mesmas que as da escrita. Essas unidades na fala têm a função de fazer demarcações, e não serem meramente princípios sintáticos. Os marcadores conversacionais podem ser subdivididos em três tipos: verbais, não verbais e suprasegmentais. Nos casos em análise, encontramos os de classificação verbal, que são, muitas vezes, repetitivos e não trazem nenhuma informação adicional ao tópico discursivo.

Ainda sobre os recursos verbais, podemos dizer, conforme Marcuschi (2003), que eles podem ser subdivididos em dois grandes grupos, de acordo com sua fonte de produção: sinais do falante e sinais do ouvinte. Além disso, cada um deles pode atuar sob duas formas: a conversacional e a sintática. A conversacional refere-se aos sinais produzidos pelo falante e aos sinais produzidos pelos ouvintes; a sintática trata desses sinais sob o ponto de vista da interação, da segmentação e do encadeamento das estruturas linguísticas.

No Exemplo 14, vimos o uso de “bom”, marcador usado no começo de uma frase para explicitar o que o escrevente pensa a respeito do conceito de “intolerância”. Nos Exemplos 15 e 16, vimos o mesmo.

Utilizar os marcadores na fala faz com que as pessoas fiquem mais engajadas em relação ao interlocutor e ao conteúdo. Como essa é uma intenção do falante, é bem provável que o escrevente da REDAÇÃO 05 do Grupo 1 tenha tido essa preocupação ao escrever o texto. Vimos que o excesso de marcadores conversacionais no texto dissertativo traz uma ruptura ao que de fato seria esse tipo textual, já que ele pede, de modo geral, uma produção mais formal. Evidentemente tais marcas devem fazer parte, de forma mais intensa, do falar do escrevente da redação em análise, trazendo, assim, essa característica para o texto escrito. Ademais, mesmo a falta de vocabulário específico faz com que os discentes fiquem mais dependentes dessas palavras de apoio.

Com relação ao uso dos marcadores conversacionais “viu” e “né”, não encontramos nenhuma ocorrência nos textos do Grupo 2, apenas nos do Grupo 1. Na REDAÇÃO 05 do Grupo 1, temos “[...] é só respeitar as diferenças, viu? [...]”. Aqui fica claro que o uso desse marcador indica a necessidade de o escrevente chamar a atenção do leitor, indicando a forma que este último deve agir – no caso, respeitando as diferenças. No caso do exemplo 15, “[...] mas você tem que se ajudar né. [...]”, o marcador “né” foi utilizado no final de uma sentença, na busca de apoio à ideia que está sendo desenvolvida pelo escrevente.

Não encontramos esses marcadores em nenhum dos textos do Grupo 3. Isso revela que alunos desse nível de escolaridade apresentam crescimento cognitivo e conseguem escrever textos dissertativos sem o apoio dos marcadores conversacionais. Mesmo que eles saibam que haverá um leitor para os textos deles, tais autores já conseguem escrever sem a necessidade de deixar explícito as marcas de um interlocutor.

CONCLUSÃO

Buscamos, nesta pesquisa, entender como se dá a ocorrência da oralidade na organização do texto dissertativo. Esse questionamento surgiu a partir de uma situação do dia a dia vivenciada pela pesquisadora e por seus alunos, os quais diziam saber contar as ideias, mas não sabiam transformar seus pensamentos em palavras escritas.

No decorrer das aulas, percebemos que a dificuldade deles era escrever os textos de modo que atendessem gramaticalmente aos requisitos da escrita. O que chamou a atenção foi o fato de que as produções escritas por esses alunos apresentavam muitas marcas de oralidade. Compreendemos, de maneira geral, que a influência da oralidade em nossa vida começa cedo, pois, ao nascermos, já estamos em contato com as interações sociais com o apoio da fala. A nosso ver, a fala trata de um processo cognato, ao passo que a escrita é um processo adquirido.

Para escrevermos, transformamos o processo oralizado em processo grafomotor, em que a linguagem toma uma nova perspectiva, a qual reproduz, de forma escrita, o que estamos pensando, porém, não se trata apenas de representar de forma gráfica a escrita, mas de transformar pensamentos em palavras escritas atendendo a aspectos da textualidade.

Nos textos analisados, observamos que a fala influencia na escrita, inclusive na representação gráfica dos sons, conforme atestam Fávero, Andrade e Aquino (2012). No entanto, em nossa pesquisa, não nos detivemos a essas características, pois esse não era o nosso foco. Porém, percebemos de que forma a oralidade influencia na organização do texto escrito bem como as marcas de interatividade nele inseridas.

Nesse aspecto, consideramos importante estudar sobre a oralidade (que está sintetizada como o primeiro capítulo desta dissertação), pois serve de aporte para entendermos o que são as marcas do oral e como elas podem aparecer no texto escrito. É de fundamental importância que o professor de língua materna tenha esse conhecimento para que, assim, ele consiga intervir na produção escrita do aluno de maneira mais reflexiva, e não meramente factual.

Vale ressaltar mais uma vez que, em alguns gêneros textuais, as marcas de oralidade são bem-vindas, mas em outros, não. Assim, entra em evidência o papel da escola e do professor para nortear a competência escritora do aluno. Ou seja, existem condições específicas para que as marcas do oral, gradativamente, deixem de aparecer no texto dissertativo ou apareçam em menor ocorrência.

Em relação ao conceito de “texto dissertativo”, tentamos explicá-lo a partir de algumas correntes tipológicas. Verificamos que todas elas o tratam como um texto cujo objetivo é explicar algo, apresentar uma opinião em relação a algum assunto. Os autores estudados

apresentam formas diferentes de classificação para as tipologias textuais – e não há nenhuma objeção quanto a isso, muito pelo contrário, é o que esperamos. Travaglia (1991, 2002) aborda as tipologias a partir das diferentes perspectivas; Koch e Fávero (1987) o fazem a partir das dimensões; Werlich *apud* Marcuschi (2002), a partir de bases temáticas. A perspectiva pode variar, mas é fato que todos convergem à ideia de que a dissertação é um texto que navega no âmbito do explicar, do justificar.

Esse é um conceito também difundido nos manuais escolares, porém, às vezes, fica confuso o seu entendimento devido à questão da argumentação. Autores como Souza e Cavéquia (2022) dizem que a dissertação apresenta uma ideia, um ponto de vista; Sarmiento (2007) apresenta texto dissertativo expositivo e dissertativo-argumentativo. Para nós, esse questionamento torna-se claro a partir dos estudos linguísticos de Koch (2011 [1984]) e Koch e Fávero (1987), quando dizem que todo texto tem base argumentativa, pois sempre estamos a questionar e a reivindicar algo. Todas essas informações são importantes para o professor, uma vez que elas dão embasamento teórico para a prática docente e fazem com que o docente atue de maneira mais consciente sobre o ato de escrever de seus alunos.

Outro aspecto necessário e de fundamental importância para a nossa pesquisa é a forma como o texto dissertativo se organiza. Como pudemos ver, de maneira geral, os autores seguem a divisão clássica de introdução, desenvolvimento e conclusão. O que nos chamou a atenção foi a forma didática e reflexiva apresentada em Siqueira (1995) sobre a organização do texto dissertativo. Para a introdução, ele trabalha a função da ancoragem, da formulação do conceito e da opinião do autor. Para o desenvolvimento, o autor apresenta-nos recursos argumentativos que tornam a argumentação mais eficaz e consistente. Para a conclusão, são-nos apresentadas a síntese, a agregação, a inferência e a relação de causa e consequência como formas de elaborar uma conclusão. E foram também esses critérios os adotados para a verificação de como as marcas de oralidade estão inseridas na organização do texto dissertativo.

Diante de toda a análise realizada, verificamos que as marcas de oralidade se apresentam de maneira mais acentuada nos textos dos Grupos 1 e 2 (6º e 9º anos do Fundamental II) e menos acentuada nos textos do Grupo 3 (3º ano do Ensino Médio). A nosso ver, isso se justifica pelo fato de os alunos em fase de conclusão do Ensino Médio apresentarem um pensamento mais organizado, o qual influencia diretamente para que a linguagem atinja suas formas de equilíbrio. Assim, alunos em fase escolar inicial apresentam suas ideias escritas de forma mais insegura, e alunos de fase escolar mais avançada articulam o mesmo pensamento de maneira mais madura, revelando segurança. Dessa forma, as marcas de oralidade no texto escrito vão desaparecendo gradativamente. Ratificamos que oralidade e escrita andam juntas, estão no

mesmo patamar, e, à medida em que há crescimento cognitivo, há também crescimento sobre o ato de escrever. Assim, julgamos importante refletir igualmente sobre os princípios da oralidade e da escrita, bem como refletir sobre o papel da escola e do professor sobre o trabalho com os tipos textuais.

Esperamos com este trabalho ter contribuído para a prática do professor em sala de aula, pois muitas vezes ficamos presos às normas da língua e não refletimos sobre as condições de uso dela, isto é, as marcas de oralidade que aparecerem no texto dissertativo do aluno não aparecerão apenas por descuido por parte do discente, mas porque existem razões para isso. Esperamos também ter instigado a curiosidade do professor para o estudo da oralidade, com o objetivo de saber direcionar, de maneira consciente e reflexiva, a habilidade escritora dos alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 6., 2009, João Pessoa, **Anais...** João Pessoa, 2009. p. 2632- 2641. ISSN 978-85-7539-446-5.

DISSERTAÇÃO. In: MiniAurélio. 8ª ed. Curitiba, PR: Positivo, 2010. p. 259-260.

FÁVERO, L. L. O tópico discursivo. In: PRETI, D. (Org.) **Análise de textos orais**. 4. ed. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 33-54.

FÁVERO, L.L; ANDRADE, M.L.A; AQUINO, G. O. **Oralidade e escrita**: perspectivas para o ensino de língua materna. São Paulo: Cortez, 1999.

FÁVERO, L.L.; A; ANDRADE, M.L.A; AQUINO, G.O. Correção. In: JUBRAN, C. S. (Org) **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 241-256.

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. 27ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010 [1967].

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2011 [1984].

GALEMBECK, P. T. O tópico discursivo: procedimentos de expansão. In: PRETI, D. (Org.) **Diálogos na fala e na escrita**. 2ª ed. São Paulo: Humanitas, 2008. p. 277-297.

GALEMBECK, P. T. Marcas da oralidade em textos escolares. In: PRETI, D. (Org.) **Oralidade em textos escritos**. São Paulo: Humanitas, 2009. p. 249-261.

JUBRAN, C. S. Tópico discursivo. In: JUBRAN, C. S. (Org.) **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 85-126.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2011 [1984].

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2020 [2016].

KOCH, I. V.; FÁVERO, L. L. Contribuição a uma tipologia textual. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 3-10, 1987.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI, L. A. Repetição. In: JUBRAN, C. S. (Org.) **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 207-240.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição funcionalidade; In: DIONÍSIO, A. P; MACHADO A. R; BEZERRA, M. A. (Orgs) **Gêneros textuais e ensino**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MELO, C. T. V.; BARBOSA, M. L. F. As relações interpessoais na produção do texto oral e escrito. In: MARCUSCHI, L. A; DIONÍSIO, A. P. (Orgs.) **Fala e escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 145-176.

PACHECO, A. C. **A dissertação: teoria e prática**. 18ª ed. São Paulo: Atual, 1988.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense Universitária, 2019.

SARMENTO, L. L. **Oficina de redação**. Volume 8. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

SIQUEIRA, J. H. S. DE. **Organização do texto dissertativo**. 2. ed. São Paulo: Salinute, 1997.

SOUZA, C. G; CAVÉQUIA, M. P. **Linguagem, criação e interação**. Volume 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

TRAVAGLIA, C. L. **Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil**. 1991. 470 p. Tese (Doutorado em Ciência) – Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Campinas, 1991.

TRAVAGLIA, C. L. Tipos, gêneros e subtipos textuais e o ensino de língua materna. In: BASTOS, N. M. O. (Org). **Língua Portuguesa: uma visão em mosaico**. São Paulo: EDUC / PUC – SP, 2002. p. 201-214.

ANEXO – REDAÇÕES USADAS NA ANÁLISE**(REDAÇÃO 01: Grupo 1)**

Uma coisa que está muito presente no cotidiano das pessoas e em todos os lugares é a intolerância.

Mas o que é intolerância? A intolerância é um ato de não aceitar, não respeitar opiniões, não aceitar a diferença entre as pessoas, querer que as pessoas sejam e pensem como você.

A tolerância é uma coisa que precisa ser trabalhada entre a sociedade. É preciso ensinar que as opiniões tem que ser respeitadas, e outro tema é a auto-crítica, pois muitas pessoas criticam sem mesmo ter escutado as outras opiniões.

Um dos tipos de intolerância é o racismo. Nela os racistas diminuem a capacidade dos negros sem saber do que eles são capazes. Na minha opinião, se as pessoas começarem à auto-crítica, a maioria dessa intolerância ia acabar.

(REDAÇÃO 02: Grupo 1)

Intolerância no Brasil?

Nesses tempos estamos vivendo a pandemia do covid-19, mas você já ouviu falar sobre a pandemia de intolerância? Como "pandemia" consiste em não respeitar o próximo, não o tolerar. Por que o nome pandemia?

Como a intolerância é algo que afeta o mundo inteiro foi dado este nome metafórico a ela.

Os tipos de intolerância são: religiosa, sexual, racial e política, a coisa que tem de igual em todas é: Não respeitar o próximo por ser diferente.

Aqui no Brasil essa pandemia chegou por volta de 1500 com o chamado "descobrimento do Brasil" (apesar por que não tem como o Brasil ser descoberto se já haviam indígenas andando por esses territórios antes disso).

Logo depois dos invasores portugueses chegaram ao Brasil e se começou a intolerância religiosa (por que proibiram indígenas e negros de cultuarem seus deuses) e a intolerância racial escravizaram negros e pretos, os mataram, torturaram e os trataram como objetos.

Mesmo agora tendo acabado a escravidão ainda existem resquícios de intolerância neste país.

(REDAÇÃO 03: Grupo 1)

Intolerância para mim é você não respeitar os outros (Julgar o livro pela capa). (Exemplo: Você gosta de qual cor? Gosta de laranja, Mas Você tem gostar de Rosa!!!). Intolerância também é você não respeitar as diferenças de outras pessoas (Crença, Raça...). Você não respeitar as gostos e diferenças de outras pessoas. Também é ser ignorante com as pessoas. Ter inveja de coisas que outras pessoas tem, julgar as pessoas pelo seu diferenças. Não respeitar as pessoas e querer tudo para si. Desejar que outras pessoas não sejam felizes, por inveja.

(REDAÇÃO 04: Grupo 1)

Intolerância... mas o que é isso mesmo? Bom eu posso não ser um expert nisso, mais por se falar o que eu sei, a intolerância é basicamente não gostar de pessoas, coisas ou opiniões diferentes das suas como ser branco ou negro, alto ou baixo.

Como a idade média se você queria ter algo resolveu na ignorância, principalmente se eram de um vilão ou um reino diferente do seu.

Principalmente se você mete uma pedrada na cara do outro, isso é pior que tudo... Eu acho?

mas a lição realmente é ser você mesmo e respeitar o outro, não importa quem seja; mesmo se for um cão.

(REDAÇÃO 05: Grupo 1)

Intolerância... bem... o que é intolerância?
 intolerância é ser uma pessoa, um ser vivo, que
 não aceita as diferenças, por exemplo, pensar
 igual a uma pessoa, ser como ela, se vestir
 como ela, ter o que ela tem; isso é ser intolerá-
^{nte}~~nte~~, julgar o livro pela capa, julgar uma pesso-
 a sem nem se quer conhecê-la, esses exemplos "não
 bem conhecidos" por retratam sobre ser intolerá-
 nte, a intolerância surge quando o homem não
 aceita as diferenças, quando ele discarta ^{al} algo
 que ele não gosta da opinião do outro, ~~mas~~ ^{mas} como
 não ser uma pessoa inteligente?
 bem, todos nós cometemos erros sem nem perce-
 ber, mas se ~~se~~ nós errarmos, a chance de sermos
 intolerantes será bem menor, mas como evitar?
 bem é bem fácil: é só respeitar as diferenças, isso
 como é fácil evitar ser uma pessoa intolerante!
 cuidado com o que você pensa, ou faz, talvez
 você possa ser intolerante, mas com a fé em
 Deus tudo dá certo, mas você tem que se ajudar
 né, Então lembre-se: o existe ser uma pessoa intole-
 rante!

(REDAÇÃO 06: Grupo 2)

Pandemia de intolerância

A intolerância é a tendência para não ouvir e não aceitar as ações e opiniões religiosas, políticas, sociais, culturais e muito mais tipos que estão presentes no nosso cotidiano.

Podemos dizer que estamos vivendo em uma "pandemia de intolerância", por causa que a intolerância já alcançou o mundo inteiro. Eu acho que por conta das mudanças tecnológicas mais por conta das redes sociais, onde você pode falar o que pensa sem nenhuma repercussão. As pessoas começaram a ficar muito mais intolerantes a qual quer opinião ao contrário das opiniões delas.

Acho que essa pandemia de intolerância não vai acabar tão cedo, muitas pessoas ainda não julgadas e desrespeitadas por causa da cor da sua pele, cultura ou por sua religião. Com essa intolerância o nosso país e nosso mundo, nunca vão progredir e sim decair.

(REDAÇÃO 07: Grupo 2)

O remédio contra a intolerância

A intolerância é um assunto com o qual estamos tendo que lidar cada dia mais nos dias atuais, isso porque quanto mais presente esta situação se faz na sociedade, mais necessário é a discussão deste assunto, visando encontrar soluções para este male.

Mas afinal, o que é intolerância? Intolerância é qualquer tipo de reação desrespeitosa em relação a opinião de outra pessoa. Esta pode ser demonstrada desde o momento em que alguém se nega a ouvir a opinião do outro, até uma forma mais extrema, como atos de violência entre uma tribo de opiniões distintas.

Outra questão a ser discutida é: O que leva uma pessoa a ser intolerante? No meu ponto de vista, a intolerância é uma forma de exaltar quão fraca é uma opinião. Suponha-se que alguém goste de azul e tem certeza de que aquela cor é a melhor opção, não é o fato de alguém gostar de vermelho que vai fazer com que sua opinião se abale ou mude. Mas, se alguém gosta de azul e não tem argumentos nenhum para essa escolha, sua opinião é fraca, e para não ter que admitir que, talvez, gostar de azul não seja a melhor opção, a pessoa não vai ouvir a opinião daquele que gosta de vermelho, porque tem medo de que os argumentos de outra pessoa sejam tão bons que a faça mudar de opinião.

A intolerância, em todos os seus aspectos, faz com que a sociedade regresse de forma intelectual, pois não haverá crescimento em uma sociedade sem liberdade de expressão.

Não, como cidadãos temos que aprender a ouvir e respeitar diferentes opiniões. Ser convencido de que acreditamos talvez seja a melhor maneira de lidar com opiniões. Ser convencido de que acreditamos talvez seja o melhor remédio no

(REDAÇÃO 08: Grupo 2)

Intolerância

A intolerância é uma forma de briga cega.

Pessoas não conseguem aceitar opiniões das outras pessoas.

Na política, tem pessoas que não da direita e da esquerda.

É essas pessoas não conseguem aceitar opiniões que elas têm por isso se transformam em uma briga boba só por causa da opinião.

Na minha opinião todos as pessoas deveriam aceitar as opiniões de cada porque se não fosse assim não teria tido de voto para presidente, não teria pessoas palpitando a nota dos jogadores, não teria hospital etc...

Então, na minha opinião as pessoas devem respeitar que as pessoas pensam e age, para não ter brigas e discussões cegas.

Outro exemplo é torcedores de futebol, eles brigam por coloração, e isso resulta em brigas desmerecidas.

É isso é na minha opinião sobre a intolerância as pessoas devem pensar antes de começar uma briga desmerecida.

(REDAÇÃO 09: Grupo 2)

O QUE É INTOLERÂNCIA E COMO ACABAR COM ELA?

Bom vou COMEÇAR A FALAR SOBRE O QUE EU ACHO QUE SEJA INTOLERÂNCIA, EU ACREDITO QUE SEJA UM PRECONCEITO COM MEDO OU ALGO DO TIPO POIS A PESSOA INTOLERANTE TEM MEDO DE IDEIAS DIVERSAS E DIFERENTES E POR ISSO SE TORNA INTOLERANTE, "MAS O QUE A INTOLERÂNCIA FAZ NA SOCIEDADE?" BOM EU ACREDITO QUE ELA CRIA BARREIRAS SOCIAIS QUE IMPEDEM QUE AS PESSOAS SE COMUNIQUEM, COMO EM ALGUMAS RELIGIÕES ONDE MATAR E COMETER ATOS TERRORISTAS É PERMITIDO APENAS PARA "MATAR OS IMPÍOS" OU ALGO DO TIPO, MAS NÃO É SÓ COM RELIGIÃO NO CÂMBIO POLÍTICO A INTOLERÂNCIA TAMBÉM ESTÁ PRESENTE COM PESSOAS DE PARTIDO "X" NÃO CONSEGUINDO CONVERSAR COM PESSOAS DO PARTIDO "Y" OCASIONANDO EM AINDA MAIS BRIGAS E CONFLITOS ENTRE PESSOAS, JÁ OCASIONANDO EM CASOS DE MORTE APENAS POR POSICIONAMENTO POLÍTICO.

SOBRE A "PANDEMIA DA INTOLERÂNCIA" BOM EU ACHO QUE COM A PANDEMIA DO COVID-19 FAZENDO AS PESSOAS FICAREM EM CASA E ASSIM SENDO MUITO MAIS PRESENTES NAS REDES SOCIAIS, QUE COM O EXTERIO NA "VÍDA REAL" ELAS DESCARABAM TODO O ÓDIO NA INTERNET E A TORNA-DO UM LUGAR DE CONFLITOS E BRIGAS, E ISSO AUMENTA AINDA MAIS COM TUDO SENDO NO SUPORTE ANONIMATO DIGITAL.

E COMO ACABAR COM ISSO? EU ACREDITO QUE É APENAS "DESCUBRIR" EXPLICANDO MELHOR, NÓS DEVEMOS PARAR DE VER AS PESSOAS COMO NEGROS E BRANCOS OU RICOS E POBRES, SEMPRE DIVIDINDO AS PESSOAS POR GRUPOS, COMO SE A COR E ETNIA FOSSE UM DOCUMENTO SEMPRE SENDO O "NEGRO ADULTO" OU O "BRANCO CRIANÇA" A COR NÃO DEVERIA SER UM DETERMINANTE SE A SOCIEDADE PASSAR DE (BRANCA) PARA ISSO ELA IRÁ MELHORAR MUITO.

(REDAÇÃO 10: Grupo 2)

O intelectualismo é uma pandemia que afeta o mundo inteiro desde as tempos antigas, e as suas principais manifestações são: O ódio, o racismo, o discriminação e o preconceito. O perigo que contém em vírus vai a dimensão dentro de si, adensando cada vez mais.

O preconceito pode agir com qualquer tipo de perigo, raça, religião ou religião... É em intelecto é alimentado através de parâmetros e ideias, assim tendo e fortificando o preconceito. O intelectualismo traz o perigo de ignorância, de angústia, de medo, de sofrimento.

Devemos combater esse problema com enxame e educação, orientando crianças e adultos sobre as consequências que o preconceito gera. Temas que são amor, respeito e amor, criar e ter compreensão de agredido e de agressor, mostrando o lado de igualdade e compreensão. Enquanto não lançarmos rumos propre direção e focarmos em parar de deixar o mundo contendo o mesmo e as pernas vão continuar com esse preconceito e repressão.

Titulo: "O vírus do intelectualismo"

(REDAÇÃO 11: Grupo 3)

A crítica de religiões e crenças tem crescido cada vez mais no Brasil. Essas críticas são atitudes de violência, ofensas, mais feias. O número de denúncias tem aumentado a cada dia. Há um grande índice de vítimas que sofrem com as críticas à fé e à religião.

Quem comete a agressão física ou verbal pode receber uma multa, detenção de um mês ou até um ano, isso está no artigo 208 e caso tiver violência, a pena será aumentada um tempo a mais.

Criticar alguém por sua religião, dogmas ou aquilo que a pessoa acredita, não é certo, é desrespeito, triste e isso faz com que diversas pessoas sejam inseguras, receio da religião e medo de serem mais uma vítima da sociedade.

A sociedade julga umas as outras por qualquer motivo, seja pela sua religião, emprego ou por sua escolha.

Respeite, respeite umas as outras e não julgar, fazer piadas, agressões e ter desrespeito. Testamentos diferentes por causa da religião são crimes e é desrespeito. Quantas pessoas querem ou precisam de um emprego, mas não conseguem por causa da sua religião. Às vezes a pessoa tem um excelente currículo, tem tudo para conseguir o emprego, contudo, o preconceito fala mais alto e não conseguem o vaga por causa daquilo que ela acredita. Ter o respeito é mais difícil na sociedade e mesmo sendo desafiador deve mantê-lo.

Seja evangélico, católico, adventista, ateu, judeu ou de outra religião, deve-se respeitar. Guardar a opinião para si mesmo é melhor e consegue evitar qualquer complicação, pois você não iria gastar se fosse ao contrário, se alguém julgasse você pela sua crença.

Ter o respeito pelo próximo é muito importante e essencial para todos, se não ao contrário ninguém iria gastar. Manter a sua opinião para si mesmo, não julgar ninguém se você não quer ser julgado.

(REDAÇÃO 12: Grupo 3)

O linchamento contra respeito e intolerância

Quando falamos de religião e das crenças de um indivíduo, precisamos compreender a diversidade presente nesse contexto. Porém, preciso pensar aqui: até onde aquela diversidade vai, até onde se estende a vida, ou até onde se estende? A fé pode também ser usada como uma balança para as escolhas religiosas de quem do lado de lá está, principalmente em quem quer se firmar. Porém, na prática, como pensar, então, as pessoas que se estende à vida? Não podemos deixar de notar como as ideias cruéis e pre-estabelecidas por um grupo, por exemplo, influenciam nas decisões tomadas para a comunidade. Religião, fé e suas práticas, compõem a moralidade de todos, uma é a que cada um possui em comum.

Então quando falamos de respeito à cada um e de respeito contra qualquer tipo de intolerância, discriminação ou discriminação, não se pode esquecer, a intolerância religiosa e a discriminação religiosa. Muitas vezes, a que é cobrada e exigida, não é devidamente cumprida para quem mais. É fato que algumas religiões não são mais perseguidas e reprimidas do que outras, devido à formação de intolerância. Mas, mesmo que digamos a diferença, não podemos esquecer a discriminação religiosa, quando duas pessoas são perseguidas como expulsores, bruxos, bruxas, etc., e perseguidos em meios, filmes, livros, posts, e por aí vai. Mesmo por exemplo, a intolerância não está relacionada apenas ao preconceito, violência física, mas também, fortemente, pela que é pregada na mídia. As práticas não completamente respeitadas para com as religiões sendo atacadas e uma forte exigência de respeito impõem a público, enquanto isso, figuras religiosas, músicos, cantores, etc., e a religião se tornam alvo de ataques e discriminação. A pergunta que permanece é: até onde vai a que exige esse tal respeito exigido? Será que, na fé, uma preocupação e um clamor coletivo e geral?

Se a sociedade a diversidade, agora é necessária um pensamento de igualdade, não deixando que todas as coisas sejam as mesmas, mas sim que possam ser as mesmas, seja a vida de um humano. Se respeitamos quem tem respeito e quem não opera, então, precisamos que isso é a definição clara de intolerância. Quando a balança começa a pesar, opera para um lado, significa que a sociedade não está sendo respeitada. Religião é individual, mas a moralidade precisa ser comum.

(REDAÇÃO 13: Grupo 3)

Os intolerantes que se dizem tolerantes

Desde pequenos, fomos criados com padrões colocados por nossos pais, padrões que muitas vezes nos fazem achar que só o nosso certo, é o certo. Quando nascemos em lares religiosos, seguimos a risca o que nos ensinaram e julgamos estarmos ^{corretos} em todos os momentos, mesmo que nosso "certo" passe por cima do certo do outro.

Nos últimos anos, lutamos pela liberdade de expressão religiosa, liberdade de expor nossas opiniões, sem medo de sermos "decapitados" por não seguirmos os padrões estabelecidos pela "coroa".

Buscávamos um espaço para mostrar ao mundo, o nosso mundo que vemos com os nossos olhos, e quando conseguimos tal espaço, queremos agora seguir a bandeira do nosso estado, e dizer que só o nosso certo deve ser seguido, que só ^a ~~nosso~~ religião está ^{correta} ~~certa~~, que só nossa opinião importa.

Dizemos ser tolerantes em relação a religião do ~~nosso~~ ^{nosso} próximo, mas quando ^{vemos} ~~vemos~~ que a opinião dele é contrária, temos o costume de erguer barreiras entre nós, impedindo a paz entre os lados, pois logo começamos a lançar as flechas do ódio, sobre eles.

Devemos ter a consciência que existem pessoas diferentes de nós, na maneira de agir, falar e pensar. Somos uma nação receptiva com estrangeiros, mas devemos acolher quem está no nosso meio, abraçar pensamentos diferentes, buscando entender o que o outro pensa sobre tais coisas. Devemos abrir os portões do nosso mente, buscando a paz, tolerância e igualdade entre os reinos. Só assim viveremos a sonhada liberdade.

(REDAÇÃO 14: Grupo 3)

Intolerância no Brasil

Em um país com muita diversidade cultural, como o Brasil, chega a ser irônico a quantidade de intolerância religiosa que existe. Um filósofo contemporâneo disse uma vez: "Numa sociedade tolerante, o intolerante é tolerado? E a resposta, deveria ser não, tolerar uma pessoa que não respeita e que difama outra por apenas ter uma crença diferente, é o mesmo de permitir de sua ~~própria~~ criação".

Antes disso quando milhares de judeus passaram nos campos de concentração nazistas, foi um grande erro de como se ser humano pode ser egoísta no ponto de vista. Muitas pessoas por apenas serem diferentes do seu tipo de bem. Hitler era intolerante e hoje em dia seria preso por difamação às agências religiosas e nem teria chance de matar judeus em grande massa.

A intolerância religiosa no Brasil nem deveria existir, o brasileiro é uma mistura de cores, culturas e valores. O povo brasileiro sempre mostrou que juntos podemos ser mais fortes, mas, aqueles que ainda são preconceituosos devem ter vergonha de ser brasileiro, pois ser brasileiro é ser inclusivo.

O amor e o respeito pelos irmãos na fé são ensinados desde cedo nas famílias e nas escolas, por que criamos adultos que não tolerantes as ideias e pensamentos diferentes. Campanhas ~~isto~~ contra o preconceito religioso devem ser mais frequentes. Um país unido contra todo tipo de intolerância, é um país mais forte e mais capaz.

(REDAÇÃO 15: Grupo 3)

Na atualidade, é essencial que grande parcela da população brasileira seja respeitada ou tem forte preconceito sobre as diversas religiões existentes no território brasileiro. Assim como diversas figuras como Gandhi e Martin Luther King tiveram e necessitam que o Brasil tenha de uma e busque os ideais de paz e harmonia. Por assim como esta constitui a Constituição da República Federativa do Brasil, todos cidadãos têm direito de pensar e expressar livremente a sua fé ou crença. Dessa maneira é inaceitável tolerar discursos preconceituosos e de ódio disfarçados como liberdade de expressão. Justo que alguns grupos semeiam caos e discordância alegando estarem dando voz a sua opinião, justificando de maneira errônea que as diferenças entre as crenças como formas de adoração, oferta e etc. sejam motivos para estes ataques.

A falta de informações assim como a disseminação de informações falsas e estereotipadas apenas reforça as diferenças e traz um contraste negativo. Cabe porque são as próprias diferenças que podem nos unir e fazer nos entender cada ponto de vista.

Dessa modo é notória a necessidade de intervenção por parte do governo, como o Ministério da Cidadania e também o Ministério da Segurança. É lei que reforça a liberdade religiosa, sem como o está do laço deveria ser efetivamente aplicada. Além da tomada de consciência da população, que ocorreria através de palestras e boletins informativos. Assim como ação governamental, propondo multas e aplicações para negócios, visando assim a bem-estar e harmonia na sociedade.